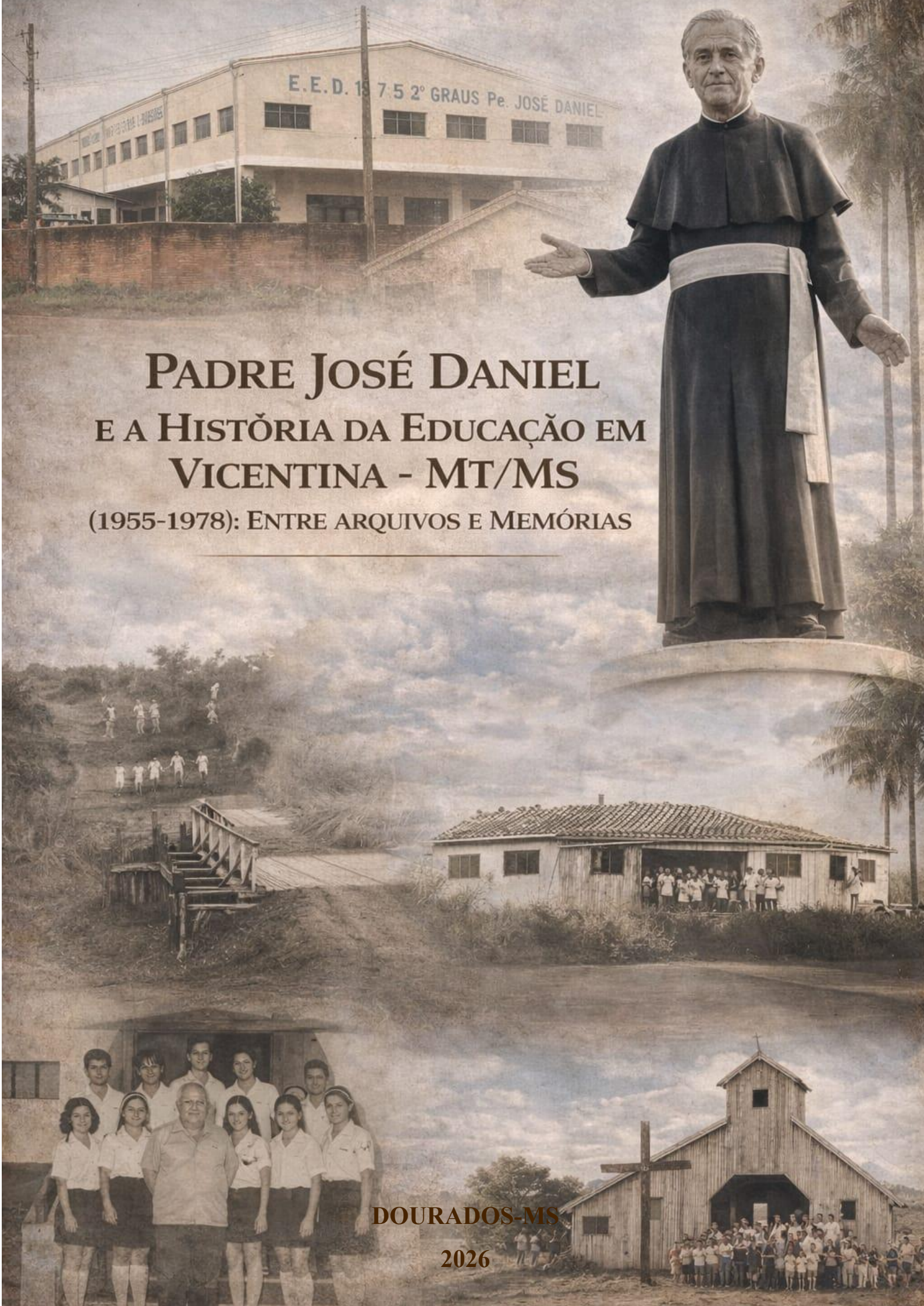




# PADRE JOSÉ DANIEL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VICENTINA - MT/MS

(1955-1978): ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS

DOURADOS-MS

2026





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**LUANA TAINAH ALEXANDRE BRAZ**

**PADRE JOSÉ DANIEL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VICENTINA-MT/MS  
(1955-1978): ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS**



**DOURADOS-MS  
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B827p Braz, Luana Tainah Alexandre

PADRE JOSÉ DANIEL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VICENTINA-MT/MS  
(1955-1978): ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS [recurso eletrônico] / Luana Tainah  
Alexandre Braz. -- 2026.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Magda Carmelita Sarat Oliveira.

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Missão Palotina. 2. . 3. Colônia Agrícola. 4. . 5. Figuração. 6. . 7. Norbert Elias. 8. .  
9. História da Educação.. I. Oliveira, Magda Carmelita Sarat. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**LUANA TAINAH ALEXANDRE BRAZ**

**PADRE JOSÉ DANIEL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VICENTINA-MT/MS  
(1955-1978): ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS**

Tese apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Stricto Sensu –, curso de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, na Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Magda Sarat.

**DOURADOS-MS  
2026**

**LUANA TAINAH ALEXANDRE BRAZ**

**PADRE JOSÉ DANIEL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VICENTINA-MT/MS  
(1955-1978): ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Magda Sarat.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Magda Sarat                      Assinatura: \_\_\_\_\_  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Presidente da Banca

Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese      Assinatura: \_\_\_\_\_  
Universidade de Caxias do Sul  
Membro Externo

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes          Assinatura: \_\_\_\_\_  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Campus Paranaíba  
Membro Externo

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado   Assinatura: \_\_\_\_\_  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Membro Interno

Profa. Dra. Míria Izabel Campos          Assinatura: \_\_\_\_\_  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Membro Interno

Dourados - MS, 2 de maio de 2026.

*“A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como  
recorda para contá-la”  
(Gabriel García Márquez, em Viver para contar)*

*Com orgulho, dedico esta pesquisa à minha mãe, Fátima, por me fortalecer; ao meu pai, Alfredo, pelo incentivo constante aos estudos; ao meu esposo, Cássio, pelo amor, pela cumplicidade e pela parceria; às minhas três Marias (Cecília, Dulce e Isabel), por serem minha maior motivação para seguir, resistir e persistir; e a todas as mulheres que se reinventam para alcançar seus objetivos pessoais e profissionais em meio às lutas cotidianas.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Magda, por me acompanhar ao longo desta década de orientação, por respeitar as minhas escolhas, por me impulsionar e por me ensinar a ser não somente uma boa pesquisadora, mas, sobretudo, uma boa professora.

À Universidade Federal da Grande Dourados, pelo ensino público e gratuito.

À Faculdade de Educação, pelo serviço de qualidade ofertado e por toda a resistência mantida em prol de uma formação coesa.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, pela bolsa concedida nestes quatro anos de pesquisa.

Às Professoras Terciane Luchese, Alessandra Furtado e Míria Izabel Campos, e ao Professor Ademilson Paes, pelo tempo dedicado à leitura desta pesquisa, pelas contribuições, competência e carinho com que realizam os respectivos pareceres.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador, por todo o apoio, e ao Laboratório de Práticas Pedagógicas na Educação da Infância, meu laboratório preferido.

À Escola Estadual Padre José Daniel e ao diretor José André de Alcântara, pela liberdade concedida a mim durante a coleta documental.

Às Paróquias Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Glória e à Cúria Diocesana de Dourados, pela disponibilidade dos arquivos.

Ao Centro de Documentação Regional de Dourados, pelo belíssimo trabalho de coleta, guarda e restauração da documentação.

A todas e todos os entrevistados que dedicaram tempo e memória para que esta pesquisa se realizasse.

Às professoras e aos professores que fizeram parte da minha Educação Básica e aos docentes da Universidade Federal da Grande Dourados, que, com maestria, elevaram a minha formação.

À Pamilla, Edna e Clóvis, pelos bons momentos compartilhados na nossa Linha de Pesquisa.



## RESUMO

BRAZ, Luana Tainah Alexandre. **Padre José Daniel e a História da Educação em Vicentina-MT/MS (1955-1978):** Entre arquivos e memórias. Orientadora: Magda Sarat. 2026. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2026.

Esta pesquisa de doutoramento foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC), a partir da temática História da Educação, tendo como objeto a educação escolar no município de Vicentina-MS. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar, por meio da figura do Padre e educador José Daniel, a História e a Memória da Educação e a formação escolarizante em Vicentina-MS, partindo da seguinte questão norteadora: *como o Padre José Daniel conduziu a educação escolar na cidade de Vicentina-MS, no período de 1955 a 1978?* O recorte temporal anunciado é justificado, respectivamente, pelo ano de chegada do pároco a Vicentina e pelo último ano de sua atuação no município, em decorrência de seu falecimento. Considerando o objeto investigado, o problema de pesquisa desdobrou-se nas seguintes questões: como ocorreu a constituição e a trajetória da educação escolar na cidade de Vicentina a partir da atuação do Padre José Daniel, como se estruturaram e se organizaram as instituições escolares e de que maneira ocorreram a seleção e a formação dos professores. A pesquisa adotou abordagem documental e bibliográfica e utilizou, como procedimentos de coleta de dados, a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas, fundamentadas na história oral temática, com a coleta de documentos em arquivos institucionais, como centros de documentação, escolas, secretarias paroquiais e arquivos pessoais, além da realização de entrevistas com quatro professoras e três professores aposentados que atuaram como alunos e docentes sob a direção do Padre José Daniel no município de Vicentina. A análise dos dados ocorreu a partir da aproximação com a teoria de Norbert Elias (1897-1990), especialmente com os conceitos de civilidade, figuração e poder, confirmando a tese de que a educação vicentinense fundamentou suas bases no catolicismo, representado pela atuação do Padre José Daniel, no período em que a escola esteve sob a tutela da Igreja, bem como nos princípios dessa educação cristã presentes na formação de docentes e estudantes, entre os quais se destacam a disciplina, a moralidade, o controle e o autocontrole das emoções e a ponderação das condutas, com vistas à formação civilizadora dos indivíduos.

**Palavras-chave:** missão Palotina; colônia agrícola; figuração; Norbert Elias; História da Educação.

## ABSTRACT

This doctoral research was conducted within the Graduate Program in Education, in the Research Line *History of Education, Memory, and Society*, at the Federal University of Grande Dourados [UFGD], as part of the Research Group *Education and Civilizing Process* [GPEPC]. Grounded in the field of the History of Education, the study focuses on school education in the municipality of Vicentina, Mato Grosso do Sul, Brazil. The objective of the research was to analyze, through the figure of the priest and educator José Daniel, the history and memory of education and the development of formal schooling in Vicentina, guided by the following research question: *How did Father José Daniel conduct school education in the city of Vicentina between 1955 and 1978?* The announced time frame is justified, respectively, by the year of the priest's arrival in Vicentina and by the final year of his work in the municipality, due to his death. Considering the object of investigation, the research problem unfolded into the following questions: How was school education constituted and developed in Vicentina through Father José Daniel's work? How were educational institutions structured and organized? And how did the selection and training of teachers occur? The study adopted a documentary and bibliographic approach and employed document analysis and semi-structured interviews based on thematic oral history as data collection procedures. Documents were collected from institutional archives, including documentation centers, schools, parish secretariats, and personal archives. In addition, interviews were conducted with four retired female teachers and three retired male teachers who had worked as students and educators under Father José Daniel's leadership in Vicentina. Data analysis was grounded in Norbert Elias's theory (1897-1990), particularly the concepts of civility, figuration, and power. The findings confirm the thesis that education in Vicentina was fundamentally based on Catholicism, represented by Father José Daniel's work during the period in which schools were under the Church's supervision. This foundation was also reflected in the principles of Christian education present in the training of teachers and students, notably discipline, morality, control and self-control of emotions, and moderation of conduct, aimed at the civilizing formation of individuals.

**Keywords:** Pallottine mission; agricultural colony; figuration; Norbert Elias; History of Education.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Localização de Vicentina no Brasil .....                                                     | 20 |
| Figura 2 – Padre José Daniel (1920-1978).....                                                           | 22 |
| Figura 3 – Bandeira do Município de Vicentina-MS.....                                                   | 23 |
| Figura 4 – Arquivo de gavetas da Escola Padre José Daniel .....                                         | 35 |
| Figura 5 – Armários de caixas da Escola Padre José Daniel .....                                         | 35 |
| Figura 6 – Professor Marcelino Vieira dos Santos (2023) .....                                           | 38 |
| Figura 7 – Professora Inez Braz Alcântara (2023).....                                                   | 38 |
| Figura 8 – Professor José Martins Neto (2023) .....                                                     | 39 |
| Figura 9 – Professora Darci Silva de Souza (2023).....                                                  | 40 |
| Figura 10 – Professor Badu (Geraldo Marangão) (2023) .....                                              | 40 |
| Figura 11 – Professora Leninha (Helena Marangão Xavier) (2023).....                                     | 41 |
| Figura 12 – Professora Tomiko Yassunaka (2024) .....                                                    | 42 |
| Figura 13 – Padre José Daniel em festividade religiosa .....                                            | 47 |
| Figura 14 – Padre José Daniel com grupo de fiéis do Apostolado da oração em frente à Igreja (1966)..... | 56 |
| Figura 15 – Padre José Daniel em um evento (1972) .....                                                 | 56 |
| Figura 16 – Mapa da Divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ..                          | 59 |
| Figura 17 – Fluxograma de Decretos de criação das Colônias Nacionais .....                              | 61 |
| Figura 18 – Região da CAND.....                                                                         | 62 |
| Figura 19 – Frente da carteirinha da CAND (1956) .....                                                  | 63 |
| Figura 20 – Verso da carteirinha da CAND (1956) .....                                                   | 64 |
| Figura 21 – Mapa da Primeira e Segunda Zona da CAND .....                                               | 65 |
| Figura 22 – Primeira ponte sobre o Rio Dourados (1957) .....                                            | 65 |
| Figura 23 – Ponte sobre o Rio Dourado atualmente (2026) .....                                           | 66 |
| Figura 24 – Abertura da estrada entre Vicentina e Fátima do Sul entre 1950 e 1953 .....                 | 67 |
| Figura 25 – Percorso realizado pelo Padre José Daniel.....                                              | 73 |
| Figura 26 – Primeiros párocos a assumirem a paróquia em Amambai.....                                    | 78 |
| Figura 27 – Primeiros párocos da Vila São Pedro .....                                                   | 79 |
| Figura 28 – Jeep do Padre José Daniel .....                                                             | 81 |
| Figura 29 – Padre Roberto Fulco do Nascimento.....                                                      | 83 |
| Figura 30 – Livro tombo Nossa Senhora de Fátima (1963-1990) .....                                       | 84 |

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 31 – Livro tombo Nossa Senhora de Fátima (1963-1990) .....                                                   | 85  |
| Figura 32 – Casa dos colonos (197?) .....                                                                           | 87  |
| Figura 33 – Extração de árvore em Vicentina (1975) .....                                                            | 87  |
| Figura 34 – Japoneses cultivando o café (1975) .....                                                                | 88  |
| Figura 35 – Avenida da cidade em 1976 com os postes de energia.....                                                 | 89  |
| Figura 36 – Escola Rainha dos Apóstolos ao lado direito da capela (1958) .....                                      | 91  |
| Figura 37 – Escola Estadual de I Grau Weimar Torres (1978) .....                                                    | 91  |
| Figura 38 – Ata de fundação Escola Paroquial (1958) .....                                                           | 92  |
| Figura 39 – Turma do Pré-primário (1976) .....                                                                      | 94  |
| Figura 40 – Ata de fundação do curso pré-primário (1968) .....                                                      | 95  |
| Figura 41 – Desfile do dia 7 de setembro de 1960 .....                                                              | 96  |
| Figura 42 – Escola em fase de construção (1969) .....                                                               | 96  |
| Figura 43 – Escola recém-inaugurada após construção da quadra.....                                                  | 97  |
| Figura 44 – Insígnia da Escola de 1978 a 1983 .....                                                                 | 98  |
| Figura 45 – Professor Bernardo Baur com alunos.....                                                                 | 100 |
| Figura 46 – Ata nº 2 do regimento interno (1958).....                                                               | 105 |
| Figura 47 – Desfile 7 de setembro na Avenida Pe. José Daniel .....                                                  | 110 |
| Figura 48 – Fanfarra no Desfile 7 de setembro na Avenida Pe. José Daniel.....                                       | 110 |
| Figura 49 – Escola nova em construção .....                                                                         | 113 |
| Figura 50 – Padre em formatura com autoridades .....                                                                | 114 |
| Figura 51 – Divaldo de Faria na construção do andar térreo da escola.....                                           | 114 |
| Figura 52 – Formatura do Curso de corte e costura em 1963 dado pela Professora Nativa.....                          | 117 |
| Figura 53 – Ata de abertura do curso de contabilidade (1967) .....                                                  | 121 |
| Figura 54 – Formandos do curso técnico em contabilidade (1985) .....                                                | 124 |
| Figura 55 – Ata de criação do curso normal (1969).....                                                              | 125 |
| Figura 56 – Formandos do Magistério (1975).....                                                                     | 127 |
| Figura 57 – Relatório de atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Social de Vicentina (SAS) (1976)..... | 129 |
| Figura 58 – Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos .....                                                       | 132 |
| Figura 59 – Registro da visita do governador na entrega dos títulos .....                                           | 140 |
| Figura 60 – Registro sobre as eleições municipais de 1969.....                                                      | 141 |
| Figura 61 – Reunião com Divaldo de Farias e Júlio Ferreira Bastos em 1974 .....                                     | 142 |
| Figura 62 – Publicação no Jornal Progresso (1956).....                                                              | 143 |

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

|                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Quantitativo de alunos do primário por série (1973-1978) .....  | 117 |
| Tabela 2 – Quantitativo de turmas Ginásio Comercial (1965-1970) .....      | 119 |
| Tabela 3 – Alunos no curso de Contabilidade (1969-1978) .....              | 123 |
| Tabela 4 – Quantidade de alunos no curso do Magistério (1970-1978) .....   | 126 |
|                                                                            |     |
| Quadro 1 – Corpus documental da pesquisa .....                             | 37  |
| Quadro 2 – Questionamentos feitos às/aos entrevistadas/os .....            | 43  |
| Quadro 3 – Professores do Curso Técnico de contabilidade (1973-1976) ..... | 122 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                                                                                      |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BDTD        | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações                                                |
| CAND        | Colônia Agrícola Nacional de Dourados                                                                |
| CANs        | Colônias Agrícolas Nacionais                                                                         |
| CMV         | Centro de Memória Vicentina                                                                          |
| CDR         | Centro de Documentação Regional da Grande Dourados                                                   |
| DSpace/UFGD | Repositório Institucional DSpace da Universidade Federal da Grande Dourados                          |
| EdiPUCRS    | Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul                                     |
| FAED        | Faculdade de Educação                                                                                |
| FUNDECT     | Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul |
| GPEPC       | Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador                                                    |
| HEM         | Habilitação Específica para o Magistério                                                             |
| INIC        | Instituto Nacional de Imigração e Colonização                                                        |
| LAPEDI      | Laboratório de Práticas Pedagógicas na Educação da Infância                                          |
| MS          | Mato Grosso do Sul                                                                                   |
| MT          | Mato Grosso                                                                                          |
| PPGEdu      | Programa de Pós-Graduação em Educação                                                                |
| RS          | Rio Grande do Sul                                                                                    |
| SAS         | Serviço de Assistência Social de Vicentina                                                           |
| SEI         | Escola Serviço de Educação Integral                                                                  |
| UFGD        | Universidade Federal da Grande Dourados                                                              |
| UFRGS       | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                                                            |
| UFSM        | Universidade Federal de Santa Maria                                                                  |
| UnB         | Universidade de Brasília                                                                             |
| UNIOESTE    | Universidade Estadual do Oeste do Paraná                                                             |
| UTI         | Unidade de Terapia Intensiva                                                                         |



## SUMÁRIO

|                                                                    |            |
|--------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>                                          | <b>14</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                           | <b>19</b>  |
| <b>2 PADRE JOSÉ DANIEL: UM MISSIONÁRIO NO SERTÃO .....</b>         | <b>46</b>  |
| 2.1 Padre José Daniel: Suas origens e formação .....               | 46         |
| 2.2 O movimento palotino: entre colonizar e civilizar .....        | 49         |
| 2.3 Reconfigurações do catolicismo .....                           | 55         |
| 2.4 O Sul de Mato Grosso e a Marcha para o Oeste .....             | 58         |
| 2.5 A CAND e o lado direito do Rio Dourados .....                  | 63         |
| 2.6 A presença da religião na Colônia .....                        | 68         |
| 2.7 O itinerário do Padre José Daniel na “Selva” .....             | 73         |
| 2.8 Padre José Daniel em Vicentina .....                           | 86         |
| <b>3 PADRE JOSÉ DANIEL: UM SACERDOTE EDUCADOR.....</b>             | <b>90</b>  |
| 3.1 As Instituições escolares .....                                | 90         |
| 3.2 Catequizar, Instruir e Civilizar .....                         | 103        |
| 3.3 A formação dos indivíduos .....                                | 113        |
| 3.4 Padre José Daniel e as suas figurações.....                    | 129        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                 | <b>147</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                           | <b>153</b> |
| <b>APÊNDICE A – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>                     | <b>162</b> |
| <b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO .....</b> | <b>175</b> |

## APRESENTAÇÃO

Peço licença ao leitor para recorrer à primeira pessoa nesta apresentação da tese de doutoramento, tendo em vista tratar-se de uma trajetória particular. Inicialmente, destaco que este texto introdutório constitui a continuidade da apresentação iniciada na dissertação de mestrado intitulada *História da formação docente no município de Dourados-MS: o curso de magistério na Escola Serviço de Educação Integral/SEI (1995-1998)*, defendida em 2021, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Assim, dou prosseguimento ao exercício de historicizar a minha própria trajetória, como etapa preliminar da investigação aqui apresentada.

### *Professora Outsider*

Quando finalizei o curso de mestrado, em 2021, permaneci por um período sem vínculo formal de trabalho, realizando atividades informais de assessoria acadêmica. Em seguida, participei do processo seletivo municipal e passei a lecionar na educação infantil do município de Fátima do Sul, na área denominada “Brinquedos e Brincadeiras”, junto às turmas do Pré-Escolar I e do Pré-Escolar II.

Essa foi minha primeira experiência como docente, uma vez que, anteriormente, havia atuado como auxiliar de sala durante o período de formação. Nesse mesmo período, descobri que estava gestando minha primogênita, Cecília, que passou a me acompanhar nessa etapa de aproximação entre teoria e prática. Vivenciei momentos significativos como professora, assim como situações menos favoráveis, marcadas por práticas incompatíveis com a formação recebida, as quais contribuíram para a compreensão do contexto da educação pública local e reforçaram minha motivação para a continuidade dos estudos.

Posteriormente, minha licença-maternidade encerrou-se simultaneamente ao término do contrato com a prefeitura. Permaneci sem vínculo empregatício por três meses, até ser convocada para lecionar, por seis meses, em um Centro de Educação Infantil no município de Vicentina, onde resido. Após a distribuição das turmas, assumi a regência da sala do maternal, função anteriormente recusada por duas professoras, em razão do perfil considerado “difícil” do grupo.

Tratava-se de uma sala de pequenas dimensões, sem solário, composta por 22 crianças de três anos de idade, em sua maioria meninos, muitas ainda utilizando fraldas, sem banheiro próprio, com duas crianças em processo de avaliação para

possível diagnóstico de transtorno do espectro autista, recursos pedagógicos limitados e apenas uma professora responsável. No primeiro dia de trabalho, enfrentei intensa agitação das crianças e orientações da coordenação para acelerar a aplicação das atividades, em razão da chegada do material escolar.

Diante dessas condições, busquei desempenhar minhas funções da melhor forma possível, reivindicando, sempre que necessário, melhores condições para o bem-estar das crianças durante os seis meses em que atuei, antes de ingressar novamente em licença. Essa experiência contribuiu, mais uma vez, para evidenciar as fragilidades ainda presentes no sistema público de educação.

#### *Diário de uma mãe doutoranda*

Novamente, como no mestrado, em 2019, não consegui parar de estudar. Desejava continuar os estudos, mas, ao mesmo tempo, queria ser mãe e tinha a convicção de que as duas coisas não seriam compatíveis. Afinal, não se veem, nos corredores e nas salas de aula da pós-graduação, alunas gestantes; tampouco é comum encontrar pesquisadoras com bebês pequenos. Na verdade, é muito frequente que se faça uma pausa nos estudos para se dedicar à maternidade, ou então uma pausa na maternidade para se dedicar aos estudos.

Lembro-me de que conversei com a professora Magda, e ela me disse: “Se você se organizar, é possível”. Isso me trouxe muita alegria, pois eu desejava muito as duas coisas. Realizei o processo seletivo do doutorado no final de 2021, grávida, e fui aprovada na turma de 2022. As aulas tiveram início em agosto, e Cecília havia nascido em julho; assim, decidi não usufruir da licença-maternidade, embora fosse um direito meu. Nesse primeiro semestre, cursei uma disciplina optativa, participei do XIX Simpósio Internacional Processos Civilizadores, em Salvador (Bahia), e adiantei o processo de coleta de possíveis fontes.

Nesse período, também fui selecionada como bolsista da FUNDECT e, no primeiro semestre de 2023, cumpri os créditos relativos ao estágio e iniciei meu percurso metodológico, catalogando um acervo virtual de fotografias. Além disso, obtive o aceite para realizar a pesquisa em arquivos institucionais e realizei algumas entrevistas, considerando meu objeto de pesquisa já definido. No segundo semestre, cursei mais alguns créditos, participei da XV Jornada Nacional de Educação, em Naviraí, e do VI Congresso de Educação da Grande Dourados. Recordo-me da alegria

que sentia ao vivenciar as duas figurações, de mãe e de pesquisadora: eu estava onde gostaria de estar.

Entre o cumprimento dos créditos e a realização da pesquisa, descobri uma nova gestação, o que nos deixou muito felizes, pois os filhos são uma grande alegria para nós. Organizei-me para que as duas figurações (estudante e mãe) não entrassem em conflito. No entanto, na semana de início do semestre, em que eu concluiria as disciplinas restantes, Dulce nasceu prematuramente, permanecendo por 18 dias na UTI neonatal para monitoramento. Mais uma vez, decidi não solicitar licença-maternidade, pois não queria perder as últimas disciplinas nem comprometer o cronograma da pesquisa; sobretudo, porque eu não queria parar. Permaneci 40 dias em estudo domiciliar e aproveitei para registrar meu agradecimento às professoras Magda Sarat, Maria Alice de Miranda, Alessandra Furtado e Rosemeire Ziliani, que foram sensíveis e acolhedoras durante esse período de estudo domiciliar.

Antes, eu acreditava que as figurações de mãe e de pesquisadora não poderiam se articular; agora, para mim, mostravam-se plenamente compatíveis e, inclusive, interdependentes. As crianças são, para mim, uma mola propulsora, que me impulsiona a seguir, sem distrações, em busca de algo bom. Além disso, manter a vida pessoal aliada à vida de estudos, nesses 10 anos ininterruptos na universidade, trouxe-me estabilidade emocional. A maternidade, para mim, não é um fardo, assim como a escrita da tese também não é. Sinto alegria em conciliar as duas dimensões e as considero possíveis.

Após finalizar os créditos e a coleta de dados em 2024, iniciei o processo de análise e de transformação dos dados em fontes. Foi então que, pela terceira vez, eu estava grávida, agora da nossa Isabel. Mais uma vez, tendo planejado e desejado que isso acontecesse, organizamo-nos para que tudo ocorresse da melhor maneira possível. Comuniquei a professora Magda, como nas ocasiões anteriores, e confesso que fiz isso com certo receio; no entanto, ela foi carinhosamente acolhedora e demonstrou grande sensibilidade, reafirmando sua confiança em mim, o que me trouxe paz. Continuei com as atividades do Programa e participei do XII Congresso Brasileiro de História da Educação, em Natal (Rio Grande do Norte), junto da minha família e de amigos, que tornaram a experiência possível e repleta de aprendizados.

### *Quase doutora em Educação*

É chegado o momento, tão esperado por mim, de finalmente sentar e escrever a tese. Adaptei meus horários para assegurar, diariamente, pelo menos quatro horas consecutivas de trabalho e de dedicação exclusiva à pesquisa. A cada “quebra-cabeça” construído a partir de diferentes fragmentos, experimentava um sentimento de êxtase, reafirmando o vínculo que estabeleci com a investigação. Nesse sentido, ressalto a importância de desenvolver pesquisas pelas quais se tenha afinidade, bem como de manter clareza quanto à relevância dos resultados produzidos.

Esse período de estudo tem sido significativo, embora, em razão de intercorrências próprias da vida cotidiana, o ritmo precise, por vezes, ser interrompido. A vida transcorre paralelamente às atividades acadêmicas, tornando necessário respeitar os limites físicos e emocionais, distanciar-se temporariamente da escrita e retomá-la posteriormente com renovado envolvimento.

Recordo-me da estudante de iniciação científica, em 2015, aos 19 anos, que observava os mestrandos do grupo de pesquisa e se questionava sobre os caminhos percorridos até aquele estágio. Naquele momento, havia certo receio de aproximação, uma vez que esse percurso parecia distante e de difícil alcance. Posteriormente, já como mestranda, ao acompanhar a chegada dos doutorandos às disciplinas, essas reflexões se repetiam. Tratava-se de um universo percebido como complexo e desafiador, o que despertava profundo respeito pelas trajetórias construídas e favorecia uma postura atenta à aprendizagem.

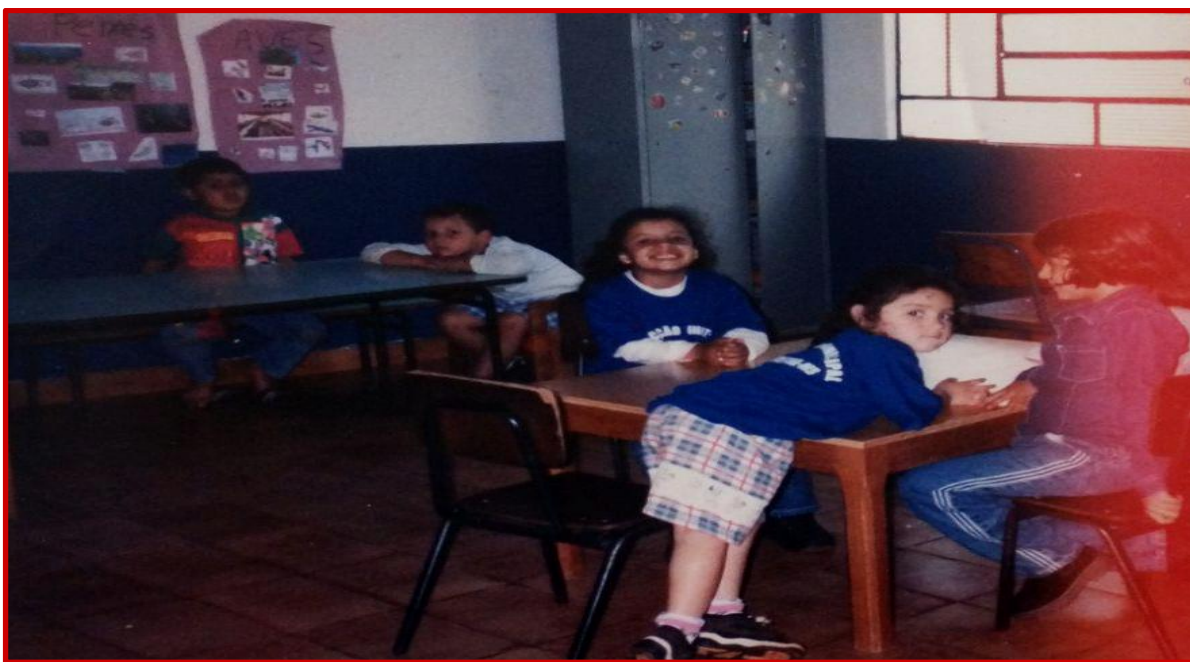
Atualmente, essa estudante, já adulta, em 2026, aos 30 anos, mãe de três filhos e vinculada ao curso de doutorado, ao participar das atividades formativas, passa a refletir sobre o próprio percurso acadêmico. Essa trajetória foi construída por meio de esforço contínuo, do estímulo proporcionado pela iniciação científica, da confiança depositada pela professora Magda e do compromisso pessoal em demonstrar que a formação científica é compatível com a maternidade. Afirmo que as mulheres podem atuar como pesquisadoras, exercer a maternidade e conduzir suas escolhas sem submissão a julgamentos ou restrições quanto à sua capacidade intelectual.

Nesse sentido, optei por construir minha trajetória científica sendo mãe, assumindo integralmente essa condição.

A jovem de Vicentina, que não foi aprovada no curso de Direito e, inicialmente, sentiu constrangimento por ingressar na Pedagogia; a esposa de Cássio desde os 19 anos; filha de Alfredo, trabalhador desde a infância no corte de cana no Ceará e,

posteriormente, na usina de Vicentina; filha de Fátima, que atuou por dez anos na lavagem de roupas e por mais dez anos em frigorífico; encontra-se, atualmente, em processo de conclusão do doutorado em Educação. Trata-se, possivelmente, da primeira doutora em Educação da cidade de Vicentina, formada por meio da universidade pública, com apoio de bolsas ao longo de dez anos de estudos e sob a orientação de professoras e professores que contribuíram para sua formação desde a educação básica até o ensino superior.

Diante desse percurso, reconheço que não imaginava alcançar tal trajetória, a qual representa, para mim, um marco pessoal, acadêmico e social.



Fotografia da turma da Pré-Escola, feita no primeiro dia de aula, no município de Vicentina, na qual apareço vestindo blusa de manga longa branca.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutoramento tem como objetivo investigar a história da educação escolar na cidade<sup>1</sup> de Vicentina-MT/MS<sup>2</sup>, no período de 1955 a 1978, a partir da trajetória do sacerdote e educador Padre José Daniel. Busca-se, assim, inserir no campo das pesquisas sobre formação docente e história das instituições escolares a análise de constituição histórica e do processo de criação, organização e funcionamento das primeiras escolas da referida cidade, por meio de documentos localizados e das memórias dos/as professores/as, o que possibilitou caracterizar o atendimento educacional vicentinense.

A pesquisa integra um projeto mais amplo intitulado “Vida de professor/a? Trajetórias docentes e memórias de práticas pedagógicas na Educação Infantil e na infância em instituições de Mato Grosso do Sul”, vinculado à Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Faculdade de Educação (FAED), da UFGD. O projeto é desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador<sup>3</sup>, no Laboratório de Práticas Pedagógicas na Educação da Infância (LAPEDI).

A pesquisa desenvolvida teve como ponto de partida a formação acadêmica da pesquisadora, com Iniciação Científica e Trabalho de Graduação na área de formação e práticas docentes, além do Mestrado em Educação, na área da história das instituições educativas e da formação docente, especialmente a partir de suas experiências e estudos nesses campos. Soma-se a isso a relação direta com o lócus da pesquisa, uma vez que reside na cidade de Vicentina-MS e nela realizou toda a sua educação básica, nas instituições escolares locais.

Além disso, destaca-se a criação e gestão do Centro de Memória Vicentina (CMV), grupo virtual que desenvolve um trabalho de coleta, preservação e divulgação da história vicentinense (Centro de Memória Vicentina, Facebook, 2019).

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo “cidade” por não contemplarmos, nesta pesquisa, a totalidade do município, incluindo as áreas rurais e os distritos (Vila Rica, São José e Três Irmãs).

<sup>2</sup> Ao longo da pesquisa, utilizamos, para a identificação do Estado, a sigla MT/MS, considerando o recorte temporal adotado (1955-1981), uma vez que, em 1977, o estado de Mato Grosso foi dividido, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 (Brasil, 1977). Após essa reorganização político-administrativa, o município de Vicentina passou a integrar o Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

<sup>3</sup> Para mais informações, ver LAPEDI/GPEPC, disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/lapedi/gpepc>. Acesso a teses e dissertações defendidas no GPEPC pelo Portal da UFGD, disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br>.

A investigação justifica-se pelas lacunas existentes na história da educação da cidade, uma vez que foram localizadas apenas pesquisas voltadas à criação do município, sem abordagens específicas sobre a educação escolar. Nesse sentido, articulando a formação acadêmica da pesquisadora, sua trajetória pessoal, a atuação no Centro de Memórias Vicentina e as fontes coletadas ao longo da pesquisa, foram surgindo inúmeras inquietações que culminaram na elaboração desta tese.

A elaboração da tese encontra respaldo também em Rodríguez (2008):

Acreditamos que focalizar as instituições escolares, nos estudos da História da Educação, implica também detectar as possíveis vinculações e articulações com a história da política educacional, considerando os aspectos escolares internos e seus condicionantes do contexto histórico, visando a compreensão dos “modelos” sociais, culturais e religiosos presentes nesses contextos (Rodríguez, 2008, p. 23).

Vicentina é um município do estado de Mato Grosso do Sul, localizado a aproximadamente 250 km da capital, Campo Grande, e cuja história, segundo as fontes, está centrada nos movimentos assistencial, político e religioso.

Figura 1 – Localização de Vicentina no Brasil



Fonte: Google Imagens (2026).

Vicentina foi constituída a partir da chegada de colonos vinculados ao movimento Marcha para o Oeste, implementado pelo governo Getúlio Vargas em



1940, cujo objetivo era povoar áreas fronteiriças, bem como pela presença de religiosos da Ordem Palotina.

Nesse contexto, foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) e, no sul de Mato Grosso, antes da divisão do estado, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), implantada em 1944. Foram destinados 267.000 alqueires à colônia federal, divididos em duas zonas, separadas pelo rio Dourados (Ponciano, 2006). Contudo, com a chegada de colonos, em 1954, à área designada como Segunda Zona, isto é, após o rio Dourados, tornou-se necessária a criação de um escritório administrativo do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), denominado subsede e da CAND, destinado

[...] aos Colonos que aguardavam novas demarcações ou a regularização de sua demarcação passaram a se estabelecer nas imediações do escritório formando assim um pequeno povoado que deu origem Vicentina, pois a SubSede tornou-se referência e ofereceu condições inclusive para abrigar o primeiro padre na região (Santos, 2007, p. 34).

A presença da religião católica na região sul de Mato Grosso já se fazia notar nos primeiros anos da CAND, por meio da atuação da Ordem Franciscana. Contudo:

Com a criação da Colônia Agrícola, outros desafios foram enfrentados, pois, cada vez mais chegavam migrantes para a região e o número de freis era escasso e o transporte para atender toda essa região dificultava os trabalhos. Porém, a presença católica era considerada fundamental nesse período e teriam o papel de levar a religião para esses “novos cantos” e para isso foi preciso contar com a ajuda de padres Palotinos (Tomaz; Ziliani, 2015, p. 7).

Em 1954, chegou à colônia o Padre José Daniel, de origem italiana. Desde a ordenação, atuava no Rio Grande do Sul, até ser convidado a liderar, com outros padres, a missão palotina na região da CAND, fixando-se definitivamente em Vicentina em 1955, onde permaneceu desenvolvendo trabalhos de cunho educacional, religioso, assistencial e político na Subsede. Em seguida, com a chegada dos colonos, o vilarejo passou a ser denominado Vicentina, em homenagem a São Vicente Pallotti, fundador da Ordem Palotina (Santos, 2008).

Figura 2 – Padre José Daniel (1920-1978)



Fonte: Portal Palotinos.

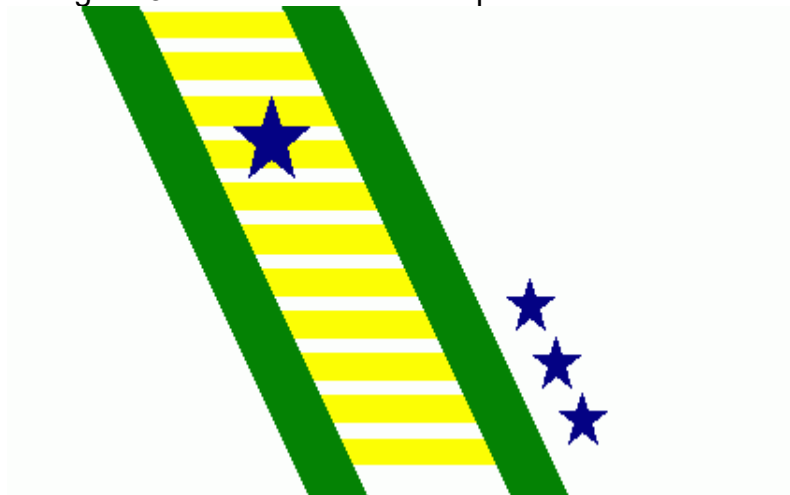
Com a presença do movimento palotino, hospitais, igrejas e escolas foram criados. Assim, em 1958, surgiu a Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos, ofertante do ensino primário. Em 1962, para dar continuidade ao nível de ensino, no mesmo prédio, passou a atender alunos no Ginásio Comercial Vicente Pallotti, ofertando o ensino secundário. Com o passar dos anos, escolas rurais também foram ativadas. Em 1968, foi instalado o curso técnico em Contabilidade e, em 1970, o curso normal, que passaram a ser ofertados conjuntamente em uma mesma formação.

A professora Tomiko (2025), uma das entrevistadas nesta pesquisa, afirma que “havia um núcleo comum, cursado conjuntamente, além das aulas de contabilidade, que incluíam a formação pedagógica do magistério”.

Até o ano de 1987, Vicentina era subordinada ao município de Fátima do Sul, anteriormente denominado Vila Brasil. No entanto, as lideranças locais pleiteavam a emancipação política. Foram anos de disputas, plebiscitos e reuniões, até que a Vila Vicentina foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 725, de 20 de junho de 1987, deixando de ser apenas distrito ou subsede (Tomaz; Ziliani, 2015).

O município passou a ser denominado “cidade menina”, conforme expresso no hino local: “sua praça é preciosa, sua igreja é um esplendor, com o Padre José Daniel, nosso grande educador” (Hino do Município).

Figura 3 – Bandeira do Município de Vicentina-MS



Fonte: Google Imagens (2026).

A bandeira representa a cidade, por meio da estrela principal, e os distritos de Vila Rica, São José e Três Irmãs, pelas três estrelas laterais.

O Padre José Daniel faleceu em 1978, deixando a direção para o Padre Roberto Fulco do Nascimento, então diretor adjunto, também da ordem palotina, consolidando mais de vinte anos de educação vicentinense sob domínio da Igreja. Em 1981, a Instituição passou a integrar o domínio público e, em 1983, em homenagem ao Padre José Daniel, foi denominada *Escola Estadual de 1.º e 2.º graus Padre José Daniel*.

Em 1999, foi vendida ao Governo de Mato Grosso do Sul por R\$ 480 mil, em 48 parcelas de R\$ 10 mil, passando a ser dirigida por diretor nomeado (José Martins Neto). Não foram encontradas informações sobre a destinação desse valor. A instituição permanece em funcionamento, atualmente denominada Escola Estadual Padre José Daniel, atendendo do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3.º ano do Ensino Médio. Com o término da tutela da Igreja sobre a instituição de ensino, sucederam-se, ao longo dos anos, os seguintes diretores escolares: José Martins Neto, Maria Helena Figueiredo, Geraldo Marangão Filho, Evandro Martins de Moura, Adão Alves Marques e José André de Alcântara. No entanto, esta investigação se ateve ao período em que o Padre José Daniel esteve presente nas atividades da cidade e nas instituições escolares em que atuou.

Dessa forma, delimitou-se como recorte temporal o período de 1955 a 1978. O marco inicial (1955) justifica-se pela chegada do Padre José Daniel a Vicentina, ainda que, no desenvolvimento da pesquisa, seja necessário retomar acontecimentos

anteriores para melhor compreender sua trajetória. O marco final (1978) corresponde ao ano de falecimento do Padre José Daniel, quando a direção da escola passou ao Padre Roberto Fulco do Nascimento, com transferência, nos anos seguintes, ao domínio do Estado de Mato Grosso do Sul.

Partimos da questão norteadora: *como o Padre José Daniel conduziu a educação escolar na cidade de Vicentina-MT/MS, no período de 1955 a 1978?*

Buscamos compreender como se constituiu a trajetória da educação escolar em Vicentina diante da atuação do Padre José Daniel. Interessa-nos, também, examinar como se davam a seleção e a formação de professores, bem como os critérios utilizados pelo sacerdote. Por fim, investigamos como o Padre José Daniel articulava os ofícios de sacerdote, líder local, professor e diretor escolar na cidade.

Nesse sentido, definimos como objetivo geral *analisar, por meio da trajetória do Padre José Daniel, a história e a memória da educação e da formação escolar em Vicentina-MS, no período de 1955 a 1978*. Desse objetivo, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: *analisar como ocorreu a formação do Padre José Daniel e a influência do movimento palotino na formação de indivíduos no interior da CAND; descrever as primeiras ações educativas com base no Movimento Marcha para o Oeste e na Missão Palotina; e identificar a instalação das primeiras escolas, a implantação de cursos e o processo formativo de professores e alunos em Vicentina*.

Para determinar a relevância deste estudo, bem como compreender lacunas e contribuições no campo da história da educação, elaboramos uma revisão bibliográfica, analisando pesquisas cuja temática central seja: a história da educação de municípios; a presença da Missão Palotina na educação; e a história da educação de Vicentina-MT/MS. Também foram consideradas as principais características de cada trabalho, sobretudo suas contribuições ao campo científico.

Almejamos traçar caminhos empíricos que revelem algumas dessas respostas e sustentem uma investigação socialmente e cientificamente relevante, uma vez que:

Nos últimos anos, as pesquisas sobre a história das instituições escolares têm marcado presença significativa no campo da História da Educação, ao possibilitarem uma variedade de abordagens, cujo peso tem trazido significativas contribuições para o avanço do conhecimento no que se refere às questões educacionais do passado (Brasil; Furtado, 2010, p. 283).

Realizamos a busca sem recorte temporal específico, porquanto a quantidade de trabalhos se mostrou escassa nas buscas iniciais. A revisão bibliográfica tem lugar central nas investigações, visto que “as práticas de pesquisa em História da Educação têm sido referenciadas na construção de um corpus empírico” (Luchese, 2014, p. 148).

O objetivo deste texto, cuja revisão bibliográfica na íntegra encontra-se ao final desta tese (Apêndice A), decorre da necessidade de mapear a existência de pesquisas sobre a história da educação de municípios, em especial de Vicentina-MS, e sua relação com a Missão Palotina. Para Magalhães (2019, p. 11), “o labor historiográfico sobre os municípios inclui a busca e a reconstituição de testemunhos e de fontes, frequentemente a partir de fragmentos e de indícios”. Destarte, a cidade de Vicentina, lócus da pesquisa, teve sua história marcada pela colonização vinculada ao Movimento Marcha para o Oeste, com o estabelecimento de colônias agrícolas.

A região da Grande Dourados foi alvo da Marcha para Oeste - projeto de colonização do governo de Getúlio Vargas. Este projeto estava subordinado ao plano econômico do Estado Novo, que por sua vez estava pautado no processo de industrialização do tipo substituição de importação, visando fazer do país uma potência econômico-industrial e para isso deveria agregar a participação de todos os brasileiros em todos os setores, inclusive no desenvolvimento da forma de exploração da terra (Menezes, 2011, p. 3).

O então vilarejo foi conduzido pela figura do Padre José Daniel, da ordem religiosa Palotina, fundada por São Vicente Pallotti.

Os padres Palotinos chegaram ao Brasil em 1846, sendo que essa vinda está associada ao contexto da imigração italiana. Os primeiros missionários eram do Rio Grande do Sul e expandiram seus trabalhos naquela região. No entanto, até o ano de 1950 eles não ultrapassaram esse estado. Provavelmente, com as notícias desses novos projetos colonizadores foi possível imaginar a expansão para o interior do Brasil (Tomaz; Ziliani, 2015, p. 73).

Nesse cenário, ao chegar, o Padre passou a conduzir o povoado denominado Vicentina, organizando a moradia dos recém-chegados, bem como a alimentação, o trabalho, a religião e a educação, entre outras frentes. Criou as primeiras instituições de ensino e formou professores para lecionarem sob sua direção. Assim, interessa-nos identificar quais produções existem e podem auxiliar esta investigação, uma vez que “a pesquisa científica inovadora, diferenciada do que foi até então produzido,

requer prévio levantamento bibliográfico de qualidade” (Galvão, 2010, s/p). Isso se efetiva por meio de metodologia e trabalho coletivo, construídos por uma rede de historiadores que, em suas interdependências, se conectam (Elias, 1994) na constituição do conhecimento científico.

Como procedimentos metodológicos, optamos por selecionar, inicialmente, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por se tratar de um banco de dados de abrangência nacional, e, em seguida, o repositório institucional da UFGD, com vistas a evidenciar pesquisas regionais.

Primeiramente, buscamos trabalhos que abordassem a história da educação de municípios. Utilizamos na BDTD os descritores “História da Educação”, “Município”, “Cidade” e, por fim, “Educação”. A seleção dos trabalhos teve como objetivo identificar pesquisas que tratassem, de modo específico, da história, da memória, da trajetória e da constituição da educação em determinado município ou cidade.

Em seguida, na segunda categoria, buscamos trabalhos sobre a Missão Palotina, empregando os termos “Palotinos”, “Vicente Pallotti” e “Educação”. O foco consistiu em identificar estudos acerca da presença da Missão Palotina na educação e/ou no processo de colonização de cidades.

Por fim, na terceira categoria, realizamos a coleta de pesquisas sobre a história da educação de Vicentina, utilizando os termos “História”, “Educação” e “Vicentina”, com o objetivo de localizar trabalhos que abordassem a educação vicentinense.

Realizamos a leitura preliminar de teses e dissertações a partir de títulos, resumos e sumários, salvando aquelas que mais se aproximavam do objetivo do estudo. Após esse refinamento, procedeu-se à leitura sistematizada da íntegra de cada trabalho, com catalogação e finalização mediante análises. Com isso, obtivemos, na primeira categoria, história da educação de municípios, um total de sete pesquisas, com o objetivo comum de investigar a história da educação municipal. Ainda que duas delas não abordem diretamente o tema, contribuem para a compreensão dos primórdios da educação no município. Observa-se, ademais, a escassez de teses sobre a história da educação de municípios, sobretudo no âmbito da UFGD.

Na segunda categoria, missão palotina e educação, foi possível selecionar nove trabalhos, evidenciando a forte presença da Missão Palotina na colonização de cidades e na educação, por meio do Movimento Marcha para o Oeste. As obras analisadas também apresentam interesses secundários que extrapolam o âmbito estritamente religioso. O nome do Padre José Daniel ocupa lugar central nesses

estudos, por ter sido o responsável pela condução do catolicismo na 2.<sup>a</sup> zona da CAND. Merece atenção, contudo, a ausência de teses que abordem, com densidade, a temática da Missão Palotina, em especial na região da CAND.

Na terceira categoria, História da Educação de Vicentina, evidenciou-se a lacuna de não localizar, na BDTD, nenhum trabalho que tratasse da educação vicentinense. No repositório da UFGD, foram encontradas apenas duas pesquisas que mencionam a educação vicentinense, embora não a tenham como objeto central de investigação. Ainda assim, tais estudos assumem relevância para a pesquisa proposta, pois apresentam elementos relativos à constituição do município de Vicentina, às bases sobre as quais a cidade foi construída e ao “processo civilizador”<sup>4</sup> realizado, permeado pelo Movimento Marcha para o Oeste e pela atuação do Padre José Daniel, sobretudo no âmbito da Igreja Católica.

Por fim, foi possível, por meio do levantamento, identificar lacunas, especialmente quanto à escassez de trabalhos sobre a história da educação de municípios e, no campo da história da educação, de estudos que “historiem” a constituição e as raízes educacionais de determinadas localidades. Observa-se a falta de pesquisas produzidas na UFGD acerca da presença e da influência do movimento palotino na CAND e nos municípios integrantes da colônia. Quanto à história da educação de Vicentina, verificou-se que, entre as pesquisas existentes, os objetos de estudo se concentram em política, história e religiosidade locais. Não foi localizado, portanto, nenhum estudo que aborde diretamente a educação escolar do município.

É importante destacar que esses 18 trabalhos contribuíram significativamente para a investigação, ao evidenciar o que já foi realizado, de que forma foi desenvolvido, quais fontes foram utilizadas e quais ainda merecem atenção. Esperou-se que esta pesquisa de revisão bibliográfica pudesse contribuir para pesquisadores que se dedicam a tecer, diariamente, os fios da rede de pesquisa no país.

---

<sup>4</sup> O processo civilizador é um conceito desenvolvido pelo sociólogo Norbert Elias para descrever a longa transformação social e psicológica dos indivíduos ao longo do tempo, resultando em mudanças nas normas de comportamento e nos padrões de autocontrole. Essa transformação ocorre por meio da internalização de regras sociais, pelas quais o indivíduo substitui gradualmente a violência e os impulsos imediatos por formas de autorregulação, em decorrência de alterações nas estruturas de poder e nas configurações sociais. A formulação desse conceito encontra-se sistematizada na obra *O Processo Civilizador*, publicada originalmente em dois volumes – *Uma História dos Costumes* (v. 1) e *Formação do Estado e Civilização* (v. 2) –, na qual Elias analisa a transformação dos costumes, o desenvolvimento do autocontrole e a constituição do Estado moderno, constituindo marco fundamental da sociologia figuracional.

Esta pesquisa se mostra cientificamente relevante, pois, entre as investigações existentes, os objetos de estudo têm tratado de política, história e religiosidade locais. Não foi localizado nenhum estudo sobre a educação escolar do município, o que reforça a relevância da proposta e abre possibilidades para pesquisas futuras, tendo em vista um campo ainda pouco explorado, no que se refere, por exemplo, às festividades locais, às escolas rurais, aos distritos (Vila Rica, São José e Três Irmãs), à colônia japonesa, aos cursos de formação de professores, entre outros temas pertinentes à educação e, sobretudo, à história da educação na região.

Esperamos contribuir socialmente, uma vez que serão elucidados aspectos da história da educação local ainda pouco explorados, os quais poderão subsidiar educadores e discentes interessados em conhecer mais sobre a temática, inclusive como conteúdo a ser discutido nos currículos escolares.

Em âmbito pessoal, essa área de estudos desperta interesse e motiva o exercício do ofício de pesquisadora, além de contemplar a possibilidade de contribuir, divulgar e oferecer devolutivas acerca de histórias ainda pouco visibilizadas.

O desenvolvimento desta pesquisa fundamentou-se na aproximação com os conceitos apresentados pelo sociólogo Norbert Elias, cujas lentes conceituais foram mobilizadas para a compreensão do objeto e para a busca de respostas às questões que orientaram a investigação. Em primeiro lugar, importa destacar que “considerados num nível mais profundo, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovidos de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro” (Elias, 1994, p. 18).

Os conceitos de “indivíduo” e “sociedade” geralmente são usados como se dissessem respeito a duas substâncias distintas e estáveis. Por esse uso das palavras, é fácil ter a impressão de que elas designam objetos não só distintos, mas absolutamente independentes em sua existência. Mas na realidade designam processos. Trata-se de processos que de fato se diferenciam, mas são indissociáveis (Elias, 2001, p. 45).

Com base nessa perspectiva teórica, compreendemos o conceito de *civilização* conforme proposto por Elias (1990), logo no início de sua obra:

Refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à



forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (Elias, 1990, p. 23, sic).

E ainda:

Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e qual qualidade comum leva todas estas atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partindo de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior às sociedades mais antigas ou as sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com esta palavra a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo e muito mais (Elias, 1990, p. 23).

Assim, as atitudes dos indivíduos podem ser compreendidas como “civilizadas” ou “incivilizadas”, a partir da ideia de que as sociedades passam por um processo de desenvolvimento de normas e valores que regulam as relações sociais. Esse movimento ocorre de modo gradual e contínuo, envolvendo mudanças no comportamento individual e nas estruturas sociais.

No processo de tessitura das análises, utilizamos esse conceito para compreender como o Padre José Daniel vislumbrava as práticas dos indivíduos e as moldava a partir da formação oferecida tanto nas escolas quanto, paralelamente, na igreja, em busca de um ideal de indivíduo civilizado; isto é, alinhado àquilo que ele esperava e acreditava. Nesse sentido, questionamos: o que significava, para o Padre, ser uma pessoa educada e civilizada? Tal compreensão foi analisada em consonância com o modelo de sociedade que se pretendia constituir naquele vilarejo ainda em formação, marcado pela presença e pelo encontro de diferentes culturas.

Em *O Processo Civilizador*, publicado em dois volumes entre 1939 e 1969, Elias analisa a formação do comportamento humano, destacando como as transformações nas relações sociais e nas formas de controle social influenciaram a maneira pela qual as pessoas se comportam e se relacionam.

Utilizamos o conceito de *habitus*, conforme Elias (2000), entendido como uma “natureza secundária”, isto é, algo que se forma e se desenvolve em movimento constante. A aquisição do *habitus* pelos sujeitos revela modelos de comportamento criados, aceitos e exigidos no convívio cotidiano, no interior de cada configuração

social. Desse modo, os controles são gradualmente incorporados e interiorizados desde o nascimento, isto é, desde a tenra idade.

Quando um aluno iniciava sua vida escolar e se encontrava inserido em uma instituição de base católica, liderada por uma figura de autoridade que representava, concomitantemente, a principal liderança da igreja, da escola e do vilarejo em questão, passava a ser moldado por determinados padrões normativos. Modos de se expressar, de se vestir, de ser e de agir eram reiterados e consolidados como condutas corretas a serem seguidas. Independentemente de o aluno estar no espaço sagrado da igreja ou no espaço institucional da escola, o discurso reproduzido permanecia o mesmo, de modo que essa narrativa se constituísse como verdade incorporada à sua formação: um modelo ideal a ser internalizado e seguido.

Por fim, compreendemos o conceito de *figuração* a partir de Elias e Scotson (2000), na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, quando afirmam:

Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irreduzíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas (Elias; Scotson, 2000, p. 184).

No apêndice do primeiro volume de *O processo civilizador*, Elias (1994) utiliza-se do exemplo das danças de salão para explicitar o que pretende com o conceito de *configuração*:

Pensemos na mazurca, no minueto, na polonaise, no tango, ou no rock'n'roll. A imagem de configurações móveis de pessoas interdependentes na pista de dança talvez torne mais fácil imaginar Estados, cidades, famílias, e também sistemas capitalistas, comunistas e feudais como configurações. Usando este conceito, podemos eliminar as antíteses, chegando finalmente a valores e ideais diferentes, implicados hoje no uso das palavras 'indivíduo' e 'sociedade'. Certamente podemos falar na dança em termos gerais, mas ninguém a imaginará como uma estrutura fora do indivíduo ou como uma mera abstração. As mesmas configurações podem certamente ser dançadas por diferentes pessoas, mas, sem uma pluralidade de indivíduos reciprocamente orientados e dependentes, não há dança (Elias, 1994, p. 249-250).

O conceito de *figuração* manifesta-se nas relações entre os indivíduos, que “constituem teias de interdependências ou configurações de muitos tipos, tais como a família, as escolas, os estratos sociais ou os Estados” (Elias, 1980, p. 15).

A noção de *figuração* refere-se às redes de relações estabelecidas entre indivíduos e grupos, marcadas por equilíbrios móveis de poder, afetos e tensões. Trata-se de uma perspectiva que rompe com a dicotomia entre indivíduo e sociedade, ao evidenciar que ambos se constituem mutuamente no interior de processos relacionais e históricos.

A distinção entre *figuração* e *configuração*, embora por vezes empregada como sinônima em determinadas traduções, pode ser analisada de maneira mais aprofundada. Essa questão não é desenvolvida aqui; entretanto, pode-se afirmar que, enquanto *figuração* enfatiza o caráter relacional e processual das interdependências humanas – isto é, o entrelaçamento dinâmico das ações individuais –, *configuração* tende a destacar o arranjo estrutural relativamente estabilizado dessas relações em determinado momento histórico. Assim, nesta pesquisa, adotamos o termo *figuração*.

Elias (1980) defende que a sociedade se forma a partir de relações sociais constituídas por indivíduos interdependentes. Essa configuração social atua no sentido de moldar os sujeitos e, dessa relação de interdependência entre indivíduo e sociedade, constitui-se o *habitus*. Em sua teoria, destaca-se, ainda, a importância das relações sociais na construção do poder. O conceito de *figuração* evidencia como as interações sociais influenciam a distribuição do poder na sociedade.

Nessa perspectiva, o conceito de poder foi mobilizado a partir da compreensão de que se relaciona à existência de grupos ou indivíduos que “podem reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam, como, por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento etc. Portanto, quanto maiores as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (Elias, 1994, p. 53). Além disso, Elias (1980, p. 81) indica a existência de diferentes fontes de poder, como as de natureza política, econômica e do conhecimento: “grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas”. Desse modo, o poder configura-se como um atributo das relações, resultante dessa interdependência.

Elias (1980) afirma:

Dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tornado dependentes pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados, pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo (Elias, 1980, p. 101).

Ao voltarmos-nos para a investigação, observa-se a existência de uma proposta educacional elaborada e desenvolvida pelas missões religiosas, voltada à promoção de mudanças nos padrões de conduta, nas formas de sociabilidade, nas etiquetas e nos modos de civilidade. Tais iniciativas buscavam refinar as ações dos indivíduos por meio das práticas educativas, uma vez que “toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é a nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’” (Elias, 1993, p. 195).

Desse modo, a população local passou a ser percebida pelos recém-chegados como “não civilizada” e necessitada de instrução, fosse no âmbito do trabalho, da religião ou dos aspectos sociais, como educação e saúde (Moya, 2018, p. 70). A partir dessa perspectiva, buscou-se, por meio da educação, orientar ações e comportamentos, na tentativa de promover mudanças na cultura nativa, expressa nas tradições, nas formas de viver e de agir, mediante a internalização de novos modos de ser, estar e conviver.

Para a hierarquia eclesiástica, os mato-grossenses, por estarem nos *primeiros passos da civilização*, seriam incapazes de atingir a perfectibilidade humana. Era necessária uma alavanca que os estimulasse à civilização e ao progresso econômico. Os sentimentos de superioridade da civilização branca e européia reforçavam a percepção de que o homem mato-grossense, devido à mestiçagem, pertencia a uma idade já ultrapassada pela humanidade, além da visão de Mato Grosso como um sertão pouco civilizado e bárbaro. O mato-grossense, eterno-primitivo, cederia espaço para o migrante. A sociedade rural e estática seria substituída por outra mais dinâmica, urbana, progressista e de grande mobilidade social. Passava-se de uma população de nível cultural baixo para outra de nível *superior* (Marin, 2013, p. 331, sic, grifo nosso).

Marin (2013) evidencia como os discursos de modernização e de colonização interna no Brasil estavam permeados por uma lógica eurocêntrica e racializada. A associação da mestiçagem a uma “idade já ultrapassada pela humanidade” traduz a

herança de teorias raciais do século XIX, que hierarquizam povos e culturas e legitimam desigualdades sociais e regionais. A representação do homem mato-grossense como “eterno-primitivo” expõe o olhar estigmatizante que relegava populações locais à marginalidade, reforçando a noção de que apenas o migrante – portador de valores urbanos, “dinâmicos” e “progressistas” – seria capaz de conduzir o progresso. Esse discurso reflete, portanto, um projeto de modernidade que excluía e invisibilizava identidades regionais, ao mesmo tempo em que naturalizava a substituição cultural em nome de uma suposta superioridade civilizatória.

Partimos da tese de que a educação vicentinense teve suas bases assentadas em uma vertente do catolicismo de caráter conservador, representada pelo Padre José Daniel, sob cuja tutela a escola permaneceu até o período em que foi repassada ao poder público do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, princípios associados a essa educação cristã estiveram presentes na formação de docentes e alunos. Entre eles, destacam-se a disciplina, a moralidade, o controle e o autocontrole das emoções, bem como a ponderação das condutas, além de ações de cunho social, como o acolhimento de colonos, com vistas à formação civilizadora dos indivíduos.

O caminho metodológico, orientado pela busca de respostas às indagações desta investigação, fundamenta-se na pesquisa documental, a partir de arquivos pessoais e institucionais, e na produção de fontes orais, mediante entrevistas realizadas com base na História Oral temática, com seus procedimentos e técnicas, para a composição do corpus documental.

No que se refere às *instituições escolares*, mobilizamos os estudos de Vidal (2006, 2009), Magalhães (1999, 2004, 2007, 2019), Gonçalves Neto (2009, 2012, 2015) e Belusso e Luchese (2020). No campo da *pesquisa documental*, fundamentamo-nos em Cellard (2008), Luchese (2014), Prado (2010) e Galvão (1998). Para o desenvolvimento da *História Oral*, recorremos a Sarat e Santos (2010), Portelli (1993, 2015), Alberti (2018), Meihy (2006, 2007, 2010), Meihy e Seawright (2020) e Seawright (2023). No que diz respeito ao uso de *fotografias como fonte*, apoiamo-nos em Mauad (1996, 2014), Kossoy (2001) e Vidal e Abdala (2005). Por fim, quanto aos *arquivos e arquivos pessoais*, utilizamos as contribuições de Furtado (2011), Mignot (2006), Anjos (2012), Cunha (2005, 2017, 2019) e Vidal (2005).

Além desses autores, mobilizamos uma bibliografia de apoio, a qual serviu como subsídio à realização da pesquisa, configurando-se como introdução ao tema. Desse modo, utilizamos trabalhos que abordam a CAND, como os estudos de Carli

(2005), Menezes (2011, 2012), Oliveira (2013) e Naglis (2014). Sobre o movimento palotino, recorreremos às pesquisas de Cruz (2019), Silva (2018) e Silva (2019). No que se refere à presença religiosa na CAND, utilizamos Ponciano (2006, 2008), Santos (2008), Roberto (2012) e Catellan (2019). Por fim, para a história do município de Vicentina, mobilizamos a pesquisa de Tomaz e Ziliani (2015) e o estudo de Moya (2018), além de trabalhos que analisam o Movimento Marcha para o Oeste, a CAND e a presença de ordens religiosas na região, articulando esses elementos à história de Vicentina e à caracterização de sua educação, uma vez que:

Historiar a educação, muito particularmente no espaço municipal, é reconstituir um processo sócio-cultural de mediatização, formação e construção que marcou profundamente os destinos e as identidades, nos planos individual, social, institucional e organizacional. Neste processo histórico os municípios foram um agente, um referente, mas também um produto fundamental, como indiciam e testemunham as memórias, a topografia, a documentação arquivística, museológica e patrimonial. Com efeito, há, frequentemente, na história dos municípios referências a professores e a escola, inclusive nas denominações de ruas. A história da educação centrada nos municípios constitui um pretexto para a preservação, organização e valorização das fontes locais, mas sobretudo uma oportunidade e um argumento para conferir sentido histórico e, por tal, relevância cívica ao ofício de historiador (Gonçalves Neto; Magalhães, 2009, p. 6, sic).

Optamos por transformar memórias em documentos, abrindo álbuns fotográficos e esmiuçando arquivos, por considerarmos relevante refletir sobre os modos de fazer de pesquisas que têm como objeto a educação, sobretudo as de cunho regional, voltadas à investigação de processos escolares em espaços delimitados e permeados por relações de poder, bem como por culturas incorporadas pelos indivíduos que ali viveram e vivem (Luchese, 2014).

Na pesquisa de campo, realizamos uma visita inicial à Escola Estadual Padre José Daniel, em dezembro de 2023, para verificar a existência de documentos nos arquivos da secretaria escolar e solicitar autorização para a realização da pesquisa. Desse modo, foram apresentados o arquivo e documentos institucionais passíveis de uso. Meses depois, iniciamos a coleta documental durante seis dias consecutivos, das 19h às 22h, no turno noturno, por se tratar do horário mais tranquilo na secretaria escolar. Não houve supervisão direta, o que possibilitou acesso às gavetas, aos armários e às pastas.

Figura 4 – Arquivo de gavetas da Escola Padre José Daniel



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

Figura 5 – Armários de caixas da Escola Padre José Daniel



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

Seguimos a sequência em que os armários estavam dispostos, buscando identificar materiais que se aproximassem do recorte temporal da pesquisa. Inicialmente, manuseamos e separamos os documentos com cuidado, a fim de não desorganizar o arquivo, que se encontrava em ótimo estado de ordenação. Registramos os achados no diário de campo, digitalizamos os materiais com o celular e, ao término de cada dia, salvámo-los em duas mídias externas, de modo a garantir a segurança dos dados. A permanência em uma sala repleta de arquivos, em silêncio e com liberdade de manuseio, favoreceu o processo de pesquisa e as descobertas decorrentes da análise documental.

As escolas apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a

compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente da História da Educação (Furtado, 2011, p. 6).

Foi possível identificar documentos relativos ao ensino primário, ao ensino secundário e aos cursos técnicos, bem como atas de resultados finais, pastas de alunos (históricos escolares e relatórios de estágio), planos de aula, diários escolares, livro-ponto e boletins. Também foram coletados, em secretarias paroquiais nas quais o Padre José Daniel atuou, dados registrados no denominado *livro-tombo*<sup>5</sup>. Inicialmente, na Secretaria da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, em Vicentina, localizamos fotografias, plantas da escola e da igreja, notas fiscais, relatórios e correspondências, além, sobretudo, do *livro-tombo* manuscrito pelo Padre José Daniel, contendo datas, informações e posicionamentos acerca dos acontecimentos relacionados à história do município, das cidades vizinhas e ao desenvolvimento das escolas pesquisadas.

Em seguida, realizamos uma pesquisa nas secretarias paroquiais das cidades de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Dourados e Amambai, bem como na Cúria Diocesana, em Dourados, por se tratarem de espaços nos quais o Padre José Daniel atuou. Depois, fizemos uma busca no acervo do Centro de Documentação Regional (CDR/FCH/UFGD), onde localizamos um conjunto documental relevante sobre as escolas de Vicentina, como planos de aula, relatórios de estágio, processos administrativos de servidores, folhas de pagamento, históricos escolares, pesquisas e ofícios.

Além disso, utilizamos o acervo fotográfico digital coletado e catalogado no Centro de Memória Vicentina, referente à historicidade da cidade, às festividades e aos processos de escolarização, o que possibilitou a realização de pesquisa iconográfica. Ressalta-se, nesse sentido, a importância da fotografia como fonte para a História da Educação, por permitir visualizar o passado e estabelecer diálogo com outras fontes disponíveis (Abdala; Vidal, 2005).

Por fim, houve a intenção de realizar buscas na Secretaria Municipal de Educação e na Prefeitura Municipal de Vicentina. No entanto, foi informado que não havia documentação anterior à década de 1990, o que inviabilizou o acesso a esse tipo de fonte.

---

<sup>5</sup> Os livros de tombo registram os acontecimentos históricos, os atos e fatos significativos e os principais procedimentos administrativos das paróquias, seminários e santuários.



Quadro 1 – Corpus documental da pesquisa

| N. | Fontes documentais                                                                              | Fontes orais                                                                                                |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 | Escola Padre José Daniel                                                                        | Professor Marcelino<br>(aluno e professor)                                                                  |
| 02 | Centro de Documentação<br>Regional/UFGD                                                         | Professor Geraldo Maranhão<br>(aluno, professor, diretor e<br>secretário de educação)                       |
| 03 | Secretarias Paroquiais (Vicentina, Fátima<br>do Sul, Dourados, Glória de Dourados e<br>Amambai) | Professor Martins<br>(aluno, professor, primeiro diretor<br>da escola e Primeiro Secretário de<br>Educação) |
| 04 | Jornal O Progresso                                                                              | Professora Inez<br>(aluna e professora)                                                                     |
| 05 | Revista Rainha                                                                                  | Professora Darci<br>(aluna e professora)                                                                    |
| 06 | Arquivos pessoais                                                                               | Professora Tomiko<br>(aluna e professora)                                                                   |
| 07 | Cúria Diocesana                                                                                 | Professora Maria Helena<br>(aluna e professora)                                                             |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após a coleta, com os arquivos digitalizados e salvos, realizamos a impressão de todo o material e sua organização por eixos, a saber: documentos escolares, documentos religiosos e arquivos pessoais. Concluída essa etapa, procedemos à leitura integral e atenta de cada documento, reorganizando-os dentro de cada eixo e registrando anotações, com destaques analíticos considerados relevantes.

Utilizamos, ao longo do texto, imagens coletadas no Centro de Memória Vicentina, como recurso de ilustração. Também realizamos entrevistas com sete indivíduos que vivenciaram a educação escolar na cidade e puderam contribuir significativamente, trazendo aspectos preservados em suas memórias e trajetórias de vida. A partir das primeiras fontes coletadas, identificamos alguns nomes de docentes e, assim, entramos em contato com eles, obtendo o aceite e realizando as entrevistas.

A escolha desses participantes deu-se pelo fato de terem sido formados pelo Padre José Daniel enquanto alunos e, posteriormente, convidados a atuar como docentes, permanecendo na instituição de origem até a aposentadoria.

Figura 6 – Professor Marcelino Vieira dos Santos (2023)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Marcelino Vieira dos Santos, professor efetivo e aposentado há 11 anos, com 67 anos de idade, casado e pai de quatro filhos. Seus pais chegaram a Vicentina após a liberação dos lotes da colônia, em 1955. Teve como primeira formação o curso técnico em Contabilidade, seguido pelos cursos de Estudos Sociais e Geografia. Após a conclusão do segundo grau em Técnico em Contabilidade, foi imediatamente convidado a lecionar no ensino primário, nos distritos de Vila Rica e São José, em Vicentina, sendo posteriormente transferido para a sede do município.

O professor Marcelino atuou sempre em Vicentina, lecionando em diversas áreas, entre as quais se destacam Educação Física, Geografia, Religião, Inglês, Português e Matemática.

Figura 7 – Professora Inez Braz Alcântara (2023)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Inez Braz Alcântara, conhecida como Inezinha, casada, com três filhos, nasceu em Vicentina. Seu pai, Eutácio Caetano Braz (*in memoriam*), foi um dos pioneiros da localidade e amigo próximo do Padre José Daniel. A professora Inez realizou toda a sua formação escolar na instituição dirigida pelo padre, incluindo o curso de magistério. Posteriormente, cursou Letras e lecionou da 4.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> série, à época, sob sua direção. Foi professora efetiva e atuou por 29 anos, até se aposentar.

Figura 8 – Professor José Martins Neto (2023)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

José Martins Neto, conhecido como Martins, tem 73 anos, é casado, possui dois filhos e reside em Vicentina desde os quatro anos de idade, quando chegou com os pais e os dez irmãos, vindos do Ceará para ocupar lotes da Colônia. Está aposentado há 20 anos, totalizando 69 anos de residência no município.

Realizou parte do ensino de primeiro grau sob a orientação do Padre José Daniel, concluindo também o segundo grau na mesma instituição. Posteriormente, cursou magistério e contabilidade. Ingressou no serviço público em 1970, atuando pela Prefeitura de Fátima do Sul, na zona rural, com alfabetização. Em 1974, retornou a Vicentina, onde lecionou História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica. Graduiu-se em Estudos Sociais, Pedagogia e Geografia.

Ao longo da carreira, exerceu os cargos de professor, primeiro diretor nomeado após a saída dos padres, vereador, primeiro secretário municipal de Educação e chefe da Delegacia Regional de Ensino, representando Vicentina e seus distritos.

Figura 9 – Professora Darci Silva de Souza (2023)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Darci Silva de Souza, 80 anos, viúva, está aposentada há 31 anos e reside em Vicentina há 60 anos. Chegou aos sete anos de idade, vinda de São Paulo, com os pais e os nove irmãos, inicialmente para a região rural de Dourados. Posteriormente, mudou-se para a zona rural de Vicentina, onde passou a estudar na escola sob a direção do Padre José Daniel. Antes mesmo de iniciar o curso de magistério, assumiu uma sala de aula. Lecionou por muitos anos, conciliando o exercício da docência com os estudos, enquanto cuidava dos sete filhos pequenos, diante da enfermidade do esposo. A maior parte de sua atuação ocorreu nas turmas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> séries, vindo posteriormente a se aposentar.

Figura 10 – Professor Badu (Geraldo Marangão) (2023)



Fonte: Facebook (2023).

Geraldo Marangão, conhecido popularmente como Professor Badu, tem 75 anos e está aposentado há 18 anos. Nasceu em São Paulo e veio para Vicentina em 1971, após concluir o curso Normal, em 1970, sendo convidado pelo Padre José Daniel a lecionar na primeira série aos 21 anos de idade. Possui formação na área de Matemática, atuou como diretor da Escola Estadual Padre José Daniel e exerceu o cargo de secretário municipal de Educação de Vicentina.

Figura 11 – Professora Leninha (Helena Marangão Xavier) (2023)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

A Professora Helena Marangão Xavier, chamada de Leninha, é esposa do Professor Geraldo mencionado anteriormente, possui 2 filhos, 72 anos de idade, nascida em São Paulo, chegou em Vicentina em 1964, junto de sua família com 12 anos de idade e seus dois irmãos. Foi a primeira telefonista da cidade. Realizou os estudos como bolsista, em seguida cursou o magistério e o Técnico em contabilidade enquanto lecionava a pedido do Padre José Daniel nas turmas de 1ª série até a 4ª série. Fez pedagogia e quatro especializações, aposentou aos 42 anos de idade.



Figura 12 – Professora Tomiko Yassunaka (2024)



Fonte: Facebook (2025).

A professora Tomiko Yassunaka tem 71 anos e veio do Japão com sua família em 1956, aos dois anos de idade, estabelecendo-se nas terras da CAND, situadas ao lado da igreja católica. Realizou todos os seus estudos em Vicentina, na Escola Rainha dos Apóstolos, cursou o Magistério, trabalhou na secretaria escolar da referida instituição de ensino e cursou Letras por influência do Padre José Daniel. Posteriormente, tornou-se professora efetiva e passou a lecionar Língua Portuguesa até sua aposentadoria, ocorrida há 18 anos.

Desse modo, utilizamos a metodologia da História Oral temática para entrevistar professores(as) aposentados(as) que estiveram presentes na escola e integraram distintas figurações, ora como alunos(as), ora como funcionários(as), no período de 1955 a 1978, em Vicentina. O objetivo foi registrar suas experiências, pois, conforme Meihy e Holanda (2007, p. 13), “a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos de pessoas e de grupos. É sempre uma história do tempo presente e reconhecida como uma história viva”.

Segundo Alberti (2004, p. 23), “a história oral é a proposta de pensar que o vivido é lembrado de forma diferente por cada indivíduo, que, ao contar algum acontecimento, atribui diferentes configurações de importância”. Os questionamentos das entrevistas foram organizados em quatro partes: apresentação geral, história de vida, histórias do(a) docente em formação e histórias do(a) docente em Vicentina.

Quadro 2 – Questionamentos feitos às/aos entrevistadas/os

| QT | Apresentação                                | Histórias de vida                                                | Histórias do/a docente em formação                                        | Histórias do/a docente em Vicentina                      |
|----|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| 01 | Nome                                        | Nasceu aonde?                                                    | De onde surgiu o interesse pela docência?                                 | Como vicentina era no começo?                            |
| 02 | Idade                                       | Teve irmãos, quantos?                                            | Fez qual curso de formação? Quando? E onde?                               | Como foi trabalhar na/s escola/s de Vicentina?           |
| 03 | Estado civil                                | Qual o nível de instrução dos pais? E qual meio de subsistência? | Como foram os cursos de habilitação à docência?                           | Quais séries/anos lecionou?                              |
| 04 | Possui filhos? Quantos?                     | Como foi a vida escolar primária? Iniciou com quantos anos?      | Como eram os professores? E quais eram?                                   | Como era a relação com os demais docentes e alunos?      |
| 05 | Formado em que?                             | Como era a locomoção até a escola? Qual escola era? E como era?  | Como foi sua primeira experiência enquanto docente em sala de aula?       | Conheceu o Padre José Daniel? Como era?                  |
| 06 | Aposentado da sala de aula há quantos anos? | Como eram os professores? Quais eram?                            | Qual maior dificuldade no início?                                         | A religiosidade era parte da escolarização? De que modo? |
| 07 | Reside em Vicentina há quantos anos?        | Como eram os conteúdos e atividades?                             | Como preparava os conteúdos e atividades? Teve apoio de alguém no início? | Como resumiria a sua vida de professor/a?                |
| 08 | Foi professor por quantos anos?             | Você trabalhava enquanto estudava? Com o que? E como era?        | Passou por quais escolas e cidades enquanto docente?                      | Como foi quando decidiu se aposentar?                    |

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Utilizamos também o recurso audiovisual nas entrevistas, pois a gravação do relato em vídeo é uma alternativa midiática que contempla emoções, comportamentos

e reações, possibilitando a divulgação das narrativas de histórias de vida, bem como a valorização das experiências.

Assim, se o uso do gravador, como apresentado por Portelli (1993), suscitou uma série de formulações teóricas e éticas relativas à história oral, a introdução de novos métodos de captação de histórias individuais ou coletivas aponta para um conjunto de discussões cujo principal objetivo é permitir que a história oral, em sua relação intrínseca com o tempo presente, absorva os novos componentes técnicos e tecnológicos do mundo contemporâneo e consiga relacionar seu uso com o conjunto de procedimentos já consolidados teoricamente (Evangelista; Rovai; Ribeiro, 2011).

Para esse recurso, encontramos apoio nas obras de Thompson (2002), Portelli (2015), Clark (2009), Mauad (2010) e Evangelista, Rovai e Ribeiro (2011), entre outras. Desse modo, na pesquisa de campo, a entrevista iniciou-se com a gravação em vídeo, recurso audiovisual que objetivou registrar a história de vida dos(as) docentes entrevistados(as), contemplando aspectos que esta pesquisa buscou elucidar. Concomitantemente, realizamos a gravação com um aparelho de áudio, utilizado para a transcrição dos relatos. Assim, empregamos dois recursos tecnológicos, os quais contribuíram para a segurança dos dados e para a possibilidade de produção, ao final, de um documentário sobre “vida de professoras(es)”, que tem como título *“Vida de professor/a?”: Trajetórias docentes e memórias de práticas pedagógicas na Educação Infantil e na infância em instituições de Mato Grosso do Sul*”, articulado a um projeto mais amplo.

Assim, na realização das entrevistas, adotamos o rigor metodológico exigido pela História Oral, com a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, gravação, roteiro de entrevistas semiestruturado, transcrição, validação, textualização e análise dos depoimentos. Além disso, a pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP/UFGD).

Para concluir, acreditamos que:

Fazer história oral é interessante, não somente como uma metodologia de investigação que tem um arcabouço teórico substancial e credenciado por pesquisadores, mas também por contar com uma investigação que exige técnica, dedicação e conhecimentos específicos, como qualquer outra alternativa de escolha que fazemos (Sarat; Santos, 2010, p. 72).



No processo de elaboração da tese, mostrou-se fundamental adotar uma forma sistemática de organização da escrita. Inicialmente, com base no plano de redação, foram inseridos os dados selecionados dos documentos e das imagens, organizados conforme as normas exigidas e na ordem cronológica definida. Em seguida, foram incorporados fragmentos das entrevistas, articulados aos documentos e ao tempo histórico construído. Posteriormente, tornou-se necessário aprofundar a mobilização teórica, o referencial analítico e as análises, além de fortalecer a relação entre os diferentes dados, a fim de favorecer a compreensão da narrativa pelo leitor. Considerando a diversidade documental e o volume de informações reunidas, a articulação desses elementos demandou intenso trabalho, em razão da necessidade de percorrer o “tapete” com os olhos em várias direções (Ginzburg, 1989).

Além disso, mostrou-se inviável compreender a história da educação de Vicentina sem considerar a presença do Padre José Daniel, em razão de seus 23 anos de atuação na localidade. Do mesmo modo, não seria possível analisar sua trajetória sem abordar suas origens e os espaços pelos quais transitou.

Diante disso, a presente tese de doutoramento está estruturada em quatro capítulos analíticos, incluindo esta *Introdução* – que abrange as questões teóricas e metodológicas da pesquisa – e as *Considerações Finais* – onde sistematizamos os resultados da investigação, os objetivos alcançados e as lacunas identificadas para pesquisas futuras –, que constituem o primeiro e o quarto capítulo, respectivamente.

O segundo, intitulado *Padre José Daniel: um missionário no sertão*, analisa sua formação, sua chegada à área da CAND e sua atuação como religioso da ordem palotina, ao transitar pelas cidades de Amambai, Dourados, Fátima do Sul e Glória de Dourados, fixando-se, posteriormente, em Vicentina, então subsede da CAND.

O terceiro capítulo, denominado *Padre José Daniel: um Sacerdote Educador*, apresenta seus ofícios como professor e diretor escolar, destacando o início das atividades educativas, a construção de escolas, a formação de professores e a implementação de cursos.

Esperamos que este estudo revele parte da história da educação do município de Vicentina-MS, conduzida pelo Padre José Daniel, bem como evidencie outras possibilidades de investigação ainda presentes nos arquivos institucionais, escolares e pessoais, além das memórias dos sujeitos envolvidos.

## **2 PADRE JOSÉ DANIEL: UM MISSIONÁRIO NO SERTÃO**

Este capítulo tem como objetivo analisar a trajetória religiosa e institucional do Padre José Daniel, considerando sua formação, sua atuação na missão palotina e a influência dessa congregação na CAND. Busca-se, ainda, examinar sua inserção e seu trabalho pastoral nas cidades de Amambai, Dourados (Vila São Pedro), Glória de Dourados, Fátima do Sul e Vicentina, destacando suas contribuições para a organização religiosa, social e educativa desses espaços.

### **2.1 Padre José Daniel: Suas origens e formação**

Conforme a biografia apresentada no portal dos palotinos, José Daniel nasceu em 2 de março de 1920, em Vale Vêneto, no Rio Grande do Sul, sendo o nono entre os 14 filhos do casal Pedro Daniel e Carolina Giacomini, que faleceu quando ele tinha apenas sete anos de idade. Realizou parte dos estudos primários no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Vale Vêneto, e parte no Seminário de Vale Vêneto, no qual ingressou em 1933. Concluídos os estudos ginasiais nesse seminário, iniciou sua vida religiosa palotina em São João do Polêsine, onde também realizou os estudos de Filosofia. Posteriormente, completou sua formação teológica no Seminário Central de São Leopoldo. Em 24 de novembro de 1946, recebeu a ordenação sacerdotal na Igreja Matriz de Arroio Grande e celebrou sua primeira missa solene, em Vale Vêneto, em 8 de dezembro do mesmo ano. Nos anos seguintes, percorreu diversas paróquias do sul do país, até ser designado para o sul de Mato Grosso.

Figura 13 – Padre José Daniel em festividade religiosa



Fonte: Masuo Yassunaka.

Sobre suas origens, localizamos que o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no qual o padre cursou os estudos primários, era dirigido pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria. O espaço foi fundado em 1892 como escola, permanecendo em funcionamento até 1981. Foi o primeiro colégio com internato no Rio Grande do Sul. Em seguida, ao dar continuidade aos estudos, o padre ingressou no Seminário de Vale Vêneto, denominado Seminário Rainha dos Apóstolos. A instituição foi fundada em 1922 pelos padres palotinos para receber filhos de imigrantes italianos e de outras regiões, constituindo um amplo complexo educacional para seminaristas (Cruz, 2019).

É importante ressaltar que Vale Vêneto é distrito do município de São João do Polêsine, no estado do Rio Grande do Sul. A localidade recebe esse nome por ter sido formada por colonizadores italianos provenientes da região do Vêneto, no norte da Itália, na chamada Quarta Colônia Italiana (Rosatto, 2022). Em seguida, realizou o noviciado e completou sua formação sacerdotal em São Leopoldo.

Ainda sobre a localidade em que o padre passou a infância e a juventude, trata-se, como já mencionado, de uma região de colonos italianos, majoritariamente católicos, que necessitavam de atendimento espiritual e buscavam educar os filhos nos moldes da Igreja Católica. Diante da escassez de sacerdotes e do empenho dos colonos em manter a religião no vilarejo, em 1880 Antônio Vernieri foi enviado à Itália para contratar mais padres. No entanto, o sacerdote foi transferido pouco tempo após sua chegada. Assim, Vale Vêneto voltou a ficar sem padre; contudo, a comunidade não se conformou e enviou novamente o Sr. Vernieri à Itália em busca de novos

sacerdotes. Vernieri dirigiu-se aos padres salesianos e, sem êxito, procurou o superior dos palotinos, Pe. Giuseppe Conte Faidi Bruno, que destinou dois sacerdotes, Pe. Giacobbe Pfaendler e Francisco Shuster, os quais chegaram em 24 de julho de 1886. Desse modo, Vale Vêneto tornou-se o berço dos padres palotinos no Brasil, com a criação de um seminário próprio para a formação de sacerdotes a serem enviados a outras localidades do país (Felin, 2013).

Padre José Daniel nasceu em uma região marcada pelo movimento imigratório, sobretudo pela presença intensa do catolicismo e pelas raízes do movimento palotino, o que pode ter contribuído para a escolha de sua vocação. Seus estudos ocorreram em escolas confessionais, o que o levou a decidir pelo sacerdócio ainda bastante jovem, por volta de 1933, quando contava apenas 13 anos de idade.

A ordem religiosa dos padres palotinos teve origem na figura do Padre Vicente Pallotti, nascido em 21 de abril de 1795, em Roma, centro universal do catolicismo. Realizou estudos teológicos no clero diocesano de Roma e prosseguiu a formação, obtendo os títulos de doutor em Filosofia e doutor em Teologia. Foi professor na Universidade Sapienza de Roma, mas deixou a carreira docente para dedicar-se integralmente à vida pastoral. Faleceu em 1850, foi beatificado em 1950 e canonizado em 1963 pelo Papa João XXIII. A partir disso, foi criada a Sociedade do Apostolado Católico (SAC), com sede na Itália, cujo objetivo é “reavivar a fé e reacender a caridade em todos os membros do Povo de Deus e propagá-las em todo o mundo, a fim de que haja um só pastor e um só rebanho” (Portal Palotinos<sup>6</sup>).

Nesse sentido, diante da influência da religião católica e da carência de assistência religiosa aos imigrantes, ocorreu a vinda dos primeiros padres palotinos ao Brasil, em 1892, com a instalação do Seminário Rainha dos Apóstolos, no Rio Grande do Sul. O projeto missionário de Vicente Pallotti não se restringia à Europa; era seu desejo que sua obra alcançasse todo o mundo. A Pia Sociedade das Missões, ao se fixar em Vale Vêneto, iniciou uma nova etapa em sua missão. A partir desse processo, os palotinos expandiram-se no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros, como Paraná, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Acre (Silva, 2020). No estado de Mato Grosso, antes da divisão, foram cinco as paróquias fundadas pelas

---

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://www.palotinos.com.br/&sa=D&source=docs&ust=1776864643835831&usg=AOvVaw17cHotc4xLpijiBu82x6ZC> Acesso em: 22. jan. 2026.

missões palotinas: Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Vicentina e Amambai; em todas elas houve a presença do Padre José Daniel.

## **2.2 O movimento palotino: entre colonizar e civilizar**

O movimento colonizador, implementado pelo presidente Getúlio Vargas, tinha como objetivo integrar os territórios fronteiriços ao território nacional, buscando também estimular a colonização agrícola dessas regiões. Esse processo contou com o auxílio dos padres palotinos, que, ao chegarem, exerceram funções para além de suas atribuições religiosas.

Silva (2020) é enfática ao afirmar que os padres assumiram papéis sociais que iam de encontro com a busca pela melhoria da qualidade de vida dos imigrantes:

A missão dos padres não se restringiu aos ofícios religiosos, pois estes foram organizando outros aspectos da vida dos imigrantes, tais como a construção de igrejas e salões comunitários, a abertura de escolas e seminários que pudessem garantir novas vocações e a educação dos jovens dentro da doutrina cristã, o acompanhamento das famílias no seu dia a dia e o oferecimento de momentos de formação cristã e comunitária através dos retiros populares. A presença dos padres junto aos imigrantes italianos possibilitou que a Igreja Católica exercesse influência nos núcleos coloniais em formação (Silva, 2020, p. 55).

A atuação dos padres palotinos junto às comunidades extrapolava a dimensão estritamente religiosa, configurando-se como um projeto amplo de organização social, educacional e moral. A missão pastoral não se limitava aos ritos sacramentais e à salvação das almas, mas englobava também a criação de estruturas comunitárias, como igrejas e escolas, e a formação de indivíduos segundo os preceitos da doutrina cristã. Tal postura evidencia que a Igreja Católica, por meio de seus representantes, desempenhou papel central na consolidação dos núcleos coloniais e na manutenção de uma identidade coletiva alicerçada em valores religiosos.

Nesse sentido, a ação dos padres pode ser compreendida como instrumento de poder, no qual a religião operava como mecanismo de integração, mas também de controle. A oferta de educação, os sacramentos e o acompanhamento das famílias conferiam à Igreja autoridade moral e intelectual sobre a comunidade, reforçando sua posição de liderança. Conforme salienta Elias (1993, p. 100), o poder manifesta-se de forma relacional e depende das redes de interdependência entre os indivíduos. Assim,

“quanto mais pessoas são tornadas dependentes pelo mecanismo monopolista, maior se torna o poder do dependente” (Elias, 1993, p. 100). Nesse contexto, observa-se que a congregação palotina, em seu modo de atuação e de conquista de espaços, buscava, em certa medida, esse monopólio frente aos fiéis.

Silva (2018, p. 61) aponta que, de forma articulada a esse processo, a Congregação Palotina cresceu rapidamente e acumulou patrimônio por meio do trabalho pastoral, de doações, dízimos e outros meios: “os palotinos estavam bem estruturados em 1940 e propagavam amplamente seu apostolado católico quando resolveram se associar ao projeto da colonizadora Pinho e Terras”.

Nesse cenário, a firma colonizadora Pinho e Terras LTDA., fundada em 1946 por Alberto Dalcanale e Alfredo Ruaro, possuía sede no município de Céu Azul, no Paraná, e tinha como principal objetivo a compra e venda de terras, bem como a extração, exportação e beneficiamento de madeira, de onde deriva o nome Pinho e Terras. Segundo o relatório da empresa, referente ao período de 1946 a 1960, suas ações envolviam a mediação e a demarcação de pequenas propriedades, a implementação da policultura e o escoamento de produtos agrícolas e industrializados, além da prestação de assistência técnica, hospitalar, espiritual e social àqueles que se dedicavam à agricultura (Silva, 2018).

A relação de parceria da Pinho e Terras com os padres palotinos, por meio da Sociedade Vicente Pallotti, remonta ao processo de colonização do Oeste do Paraná e estende-se até a região do Mato Grosso, conforme registrado no Livro Tombo da Paróquia de Palotina (1954, p. 13-14): “Chegaram na localidade de Palotina três padres da S.A.C. Eles seguiam para o Mato Grosso a fim de desenvolver o trabalho das missões. Os três primeiros missionários são Pe. Luís Vendrúsculo, Pe. Genésio Trevisan e Pe. José Stefanello”.

Freitag (2011) apresenta narrativas do Livro Tombo da Paróquia de Palotina, referentes ao ano de 1954, que evidenciam a relação entre os padres palotinos e os diretores da colonizadora Pinho e Terras, com o auxílio do Padre José Daniel:

Que os diretores da Pinho e Terras em dezembro de 1953 entram em entendimentos com os sacerdotes P. Hermogenio Borin e *P. José Daniel* da Sociedade Apostolado Católico (S.A.C), mais conhecidos com o nome de “Padres Palotinos”, sobre uma possível cooperação consistia principalmente em encaminhar *boas famílias* de colonos para a região e principalmente assistência religiosa. Os ditos sacerdotes nesta ocasião sobrevoaram a região ainda com sua floresta virgem.

Na mesma ocasião do encontro com os supramencionados sacerdotes com os componentes da firma colonizadora, entram em discussão o nome que se deveria dar à sede da nova colonização. O padre Hermogênio Borin sugere o nome de Palotina, em homenagem ao fundador da S.A.C., o beato São Vicente Pallotti. A sugestão foi aceita com alegria e a nova sede foi registrada com o nome de Palotina (Freitag, 2011, Livro tombo, grifo nosso).

Conforme o exposto, nota-se um ideal de colono desejado pela Pinho e Terras e pelos padres palotinos, então representados pelos padres Hermogênio Borin e José Daniel. Ambos atuavam como corretores responsáveis por encaminhar “bons” colonos para a região, vender terras, prestar assistência religiosa e formar uma comunidade católica civilizada, de descendência europeia, composta por italianos e alemães – no caso, colonos provenientes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul –, com a motivação de que estes trariam o progresso, reafirmando o movimento civilizatório. Para Elias (1993), ainda que o expansionismo requeresse a expulsão de outros povos de suas terras e a conquista de novos territórios para o cultivo e o assentamento, a expansão colonialista promovida pelos países ocidentais revelou que não se tratava apenas de terras, mas também de pessoas.

Os escritos de Reginato (1979), Marin (1993) e Freitag (2001) informam que os palotinos recebiam uma comissão proporcional à quantidade de colonos agenciados para a compra de terras e que os padres organizavam caravanas com possíveis compradores, levando-os para conhecer as áreas da colonizadora Pinho e Terras.

Observa-se aí uma parceria entre os padres palotinos e a colonizadora Pinho e Terras, evidenciando um entrelaçamento entre religião, economia e colonização. Silva (2018, p. 63) enfatiza que a comunidade católica possuía um projeto próprio, pois “adquiria as terras para que pudessem ser revendidas aos colonos, à medida que os padres desempenhavam o papel de trazer colonos a fim de efetuarem a compra; estes obtinham cada vez mais terras como forma de pagamento, aumentando, assim, o patrimônio da Igreja Católica” e, conseqüentemente, sua posse e poder.

Freitag (2011) torna esse aspecto ainda mais evidente ao afirmar que, desde a década de 1930, os palotinos aliaram-se às empresas colonizadoras, principalmente às que atuaram no Paraná, em uma dupla política de expansão religiosa e econômica. Realizavam missões populares, com duração de três dias consecutivos, envolvendo práticas religiosas, como sacramentos e catequeses, e, ao término, aproveitavam a oportunidade para ofertar terras a “boas famílias” de colonos. Tal prática demonstra

que a presença clerical estava inserida em uma dinâmica mais ampla de cooperação entre a Igreja e as companhias colonizadoras, configurando uma aliança estratégica de natureza religiosa e econômica.

Nesse sentido, Niz e Ziliani (2015) citam o Livro Tombo da Igreja Católica da Paróquia de Vila Brasil (Fátima do Sul), referente ao ano de 1962, que registrava:

A 20 de julho de 1964 foram reiniciados os trabalhos de construção do hospital e maternidade, que há um ano estava paralisada. Este hospital que passou a ser propriedade do “Movimento Social Palotino” está sendo acabado com numerários que vem de uma benfeitora da Suíça, através do Padre Baur. A construção está recebendo o telhado, o equipamento será dos Estados Unidos (Livro Tombo, 1962, p. 10 apud Niz; Ziliani, 2015, p. 74).

Os padres atuavam informalmente como lideranças comunitárias na busca por recursos e benfeitorias, havendo também a presença de acordos políticos e da manutenção de relações interpessoais no exterior, com as quais mantinham contato para solicitação de verbas. Os depoimentos evidenciam que, a cada espaço criado pela igreja, recebiam maior prestígio da comunidade, pois tais iniciativas iam ao encontro da melhoria da qualidade de vida almejada por todos que ali viviam.

Na maioria das cidades em que houve presença palotina, o movimento se repetia de forma semelhante. Os padres chegavam junto aos colonos ou depois e se preocupavam em ocupar o espaço religioso, temendo sua conquista por outras denominações. Acolhiam os que ali estavam, prestando auxílio de ordem espiritual, material e educacional. Nessas atividades, igrejas, escolas e hospitais eram criados, ocupando lugar importante na vida dos indivíduos que ali residiam e necessitavam desses recursos e ações. Ao se aliarem às empresas de colonização para realizar trabalhos religiosos, os palotinos eram vistos pelos colonos como líderes, isto é, com papel legitimado de poder. Nesse contexto, mantinha-se uma Igreja politicamente autoritária e conservadora, opondo-se a outras religiões e pregando ordem, disciplina, hierarquia, nacionalismo, patriotismo e anticomunismo (Freitag, 2011).

Os padres palotinos, ordem religiosa da qual o Padre José Daniel fez parte durante toda a vida, partiam de premissas embasadas no catolicismo “ultramontano” – que significa “para além dos montes” –, o qual visava defender e propagar a fé por meio de instituições e do incentivo às atividades missionárias, condenando movimentos revolucionários. A partir do século XVII, o termo passou a referir-se ao



aumento da autoridade conferida ao papa nas questões internas da Igreja e à disciplinarização da conduta da fé católica diante de assuntos externos. No século XIX, “ultramontano” adquiriu conotação de fechamento da Igreja aos valores do “mundo moderno” e de fidelidade à doutrinação feita pelo papa (Santirocchi, 2010).

Tal orientação foi exercida entre 1800 e 1960, como tendência teológica e política presente na Cúria Romana, que buscava uma Igreja mais hierarquizada e centrada na figura do papa. Segundo Otto (2006):

Esse Catolicismo criou uma teia de centralização hierárquica em que o papa, o bispo, o padre, no exercício de seu ministério eclesiástico, exigiam obediência dos fiéis. Em nível universal, o pontífice era o símbolo máximo, infalível e santo. Entretanto, ao mesmo tempo em que centraliza as decisões na figura do papa, reforçava a autoridade do bispo sobre sua diocese e a autoridade do padre em sua paróquia (Otto, 2006, p. 35, sic).

Esse modelo ultramontano foi implementado de forma gradual pelos padres palotinos e contou com o auxílio de imigrantes. No Brasil, o modelo de Igreja existente era liberal e não comungava com os ideais ultramontanos; em alguns casos, os padres desenvolviam seu trabalho sem levar em conta as orientações da Cúria Romana (Silva, 2020). Nesse sentido, o modelo ultramontano de Igreja almejado pelos palotinos encontrou forte resistência no Brasil.

À medida que expandiam suas atividades pelos núcleos coloniais, os palotinos enfrentavam resistência de alguns colonos e de padres de orientação liberal, que não comungavam com esse modelo de Igreja, o qual centralizava a autoridade nas figuras do padre, do bispo e do papa (Biasoli, 2010). Isso ocorria porque o poder, emanado do padre, conferia-lhe margem para criar regras, impor e exigir ações segundo seus moldes, controlando a vida dos fiéis e limitando sua liberdade, inclusive fora da igreja.

Possamai (2003) informa que, se os primeiros padres, em sua maioria liberais, não se preocupavam em controlar a vida dos fiéis fora da igreja, como as práticas de lazer, a situação mudou significativamente com a chegada dos missionários palotinos, firmes na imposição de uma moral puritana que condenava, por exemplo, os bailes.

Na perspectiva ultramontana, o projeto evangelizador dos palotinos era centralizado na figura do padre, a quem cabia decidir os rumos da comunidade. Como líder, o sacerdote exercia controle no interior e no exterior da igreja e vigiava para que nada contrariasse a Cúria Romana. Segundo Beneduzi (2011):

Essa religião é personificada na figura do sacerdote, o qual se apresenta enquanto mensageiro de Deus para os homens. Será vivida, para além do espaço doméstico, na experiência comunitária da capela. Nela tem-se o espaço por excelência do controle da vida da coletividade, tanto por parte dos clérigos quanto por parte do próprio grupo (Beneduzi, 2011, p. 145).

Sobre o controle exercido pelo Padre José Daniel, a professora Inez (2024) afirmou: “Ele sabia de tudo”. Trata-se de uma forma de atuação nas diferentes figurações de padre, professor, diretor e líder local, que extrapolava as preocupações comuns de um sacerdote, pois lhe importava conhecer como cada aluno, professor e fiel vivia. Para Marin (1999), os palotinos:

Imbuídos ao ideal ultramontano desenvolveram seu projeto disciplinar intencional que deveria desenvolver toda a tessitura social, normatizando e regulando as relações individuais, seja na família, na escola, nas associações devocionais, na imprensa, na agricultura, no trabalho, no lazer, na política, nas relações sociais e até mesmo na intimidade. A romanização deveria atingir os níveis da sociedade, numa relação de interdependência e continuidade. Objetivava-se *redefinir os valores*, a maneira de pensar e de agir e corrigir práticas e hábitos contrários à ortodoxia católica (Marin, 1999, p.75, grifo nosso).

A disputa pelo poder é parte do trabalho missionário desenvolvido pelos palotinos e, associada a isso, observa-se a busca pela redefinição de valores ou, como aponta Elias, pela civilidade e pela regulação das condutas.

A professora Tomiko (2025) afirmou: “O padre era muito inteligente. Aí você pensa: você tem uma determinada cultura e, de repente, vem parar aqui, no fim do mundo, e pega um pessoal chucro; aí tem que dar uns gritos mesmo, porque paciência tem limite: ensina, ensina, fala, fala”. Ao relatar essa experiência, ela se referia ao fato de o padre ser oriundo de outra localidade, em razão de sua ascendência italiana, e de precisar se relacionar com a população do “sertão”, que possuía modos próprios de ser e agir. Ao mesmo tempo, sua fala se insere em sua trajetória de vida como imigrante japonesa, configurando “uma realidade observada pelo olhar ‘de fora’, do ‘outsider’, daquele que veio, viu e contou à sua maneira, com acréscimos ou sonegações que é preciso ‘ler nas entrelinhas’” (Sarat, 2011, p. 40).

Tratava-se de uma população pobre, com cultura própria, considerada por muitos dos que chegavam como portadora de saberes inferiores. Essa percepção de

superioridade integra o processo de civilidade, pois, como afirma Norbert Elias (1994, p. 15), “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e [...] o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social”, o qual transforma grupos considerados “primitivos” em povos “civilizados”.

### **2.3 Reconfigurações do catolicismo**

No período delimitado por esta pesquisa, “as chaves” da Igreja Católica estavam, inicialmente, sob a liderança do Papa Pio XII (1939–1958), cujo pontificado ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial e evidenciou tensões entre os setores mais conservadores e aqueles que já apontavam a necessidade de renovação da Igreja. Com seu falecimento, em 1958, assumiu o papado João XXIII (1958–1963), considerado o papa da transição e principal articulador do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965. Posteriormente, Paulo VI (1963–1978) foi eleito em pleno concílio, dando continuidade às reformas iniciadas nesse período.

Diante desse contexto, no final de 1961, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, o vigésimo primeiro concílio da Igreja Católica, encerrado em 1965, já durante o pontificado de Paulo VI. O evento teve como objetivo promover uma reflexão sobre os tempos contemporâneos e sobre a própria Igreja, buscando adaptar a doutrina eclesiástica para que pudesse responder às demandas do mundo moderno. Assim, tornou-se necessário repensar a atuação institucional e política da Igreja diante das transformações sociais em curso.

Algumas das mudanças decorrentes desse processo foram:

- A missa passou a ser rezada na língua vernácula em vez do latim;
- O sacerdote passou a celebrar de frente para os fiéis;
- As vestes sacerdotais foram simplificadas e o uso obrigatório da batina abolido em lugar público não religioso;
- Ampliou-se a participação dos leigos mesmo em ritos de alta sacralidade, como ministrar a eucaristia;
- Aboliu-se o jejum da Quaresma e a exigência do véu para as mulheres nas cerimônias;
- Homens e mulheres deixaram de ter espaços separados dentro da igreja;
- Reconheceu o direito à liberdade religiosa e a importância da participação dos leigos;
- A necessidade de convivência com outras religiões e de diálogo inter-religioso; Dentre outras [...] (Prandi; Santos, 2015, p. 356).

Assim, o Padre José Daniel vivenciou as transformações promovidas no âmbito da Cúria Romana e em suas próprias práticas pastorais, passando gradualmente de uma orientação ultramontana para uma atuação alinhada às renovações propostas pelo Concílio Vaticano II. Essas mudanças são evidentes ao se compararem as imagens apresentadas a seguir, nas quais é possível identificar indícios dessa transição.

Figura 14 – Padre José Daniel com grupo de fiéis do Apostolado da oração em frente à Igreja (1966)



Fonte: CMV (2019).

Na Figura 14, observa-se o Padre José Daniel em meio aos fiéis, em frente à igreja construída em madeira, na qual as mulheres fazem uso de véu, vestem roupas modestas e permanecem separadas dos homens, que, por sua vez, encontram-se devidamente trajados.

Figura 15 – Padre José Daniel em um evento (1972)



Fonte: CMV (2019).

Já nesta imagem, o Padre está posicionado em frente à Paróquia Rainha dos Apóstolos, em fase de construção, em um evento social, fazendo uso de vestimenta mais casual, em vez da batina, o que marca essa mudança nas práticas da Igreja.

Observa-se como a religião se transforma para responder a demandas decorrentes de mudanças sociais, econômicas e políticas.

No período pré-Concílio Vaticano II, a Igreja Católica vivenciava, em diversas partes do mundo, um processo de perda de poder enquanto instituição. Tal cenário relacionava-se a múltiplos fatores, sobretudo à mudança de paradigma que apontava para a necessidade de renovação da Igreja, uma vez que a conduta e o modo de agir dos indivíduos já não eram guiados primordialmente pela religião, com sua postura tradicional e doutrinária, mas, com maior intensidade, pela ciência, pela filosofia, pela nova organização social, pelas relações de produção e até mesmo pelos movimentos sociais (Prandi, 1998).

Nesse contexto, as ciências, assim como a sociologia, a filosofia e a economia, passaram a oferecer explicações consideradas mais consistentes sobre a sociedade do que aquelas fornecidas pela religião. Tal processo contribuiu para a consolidação de uma sociedade secularizada, menos dependente da religião para manter-se coesa e organizada (Santos, 2015).

O Concílio Vaticano II buscou responder a essa perda de influência do catolicismo, com o objetivo de refletir sobre os tempos atuais e sobre a própria Igreja, adaptando a doutrina às demandas do mundo moderno. A partir do concílio, diversas mudanças ocorreram, como já indicado, destacando-se também a preocupação com a opressão econômica e a urgência de organização dos mais pobres na busca por direitos. Nesse cenário, houve incentivo ao surgimento de novos programas, grupos e pastorais, resultando no fortalecimento da Teologia da Libertação e de suas Comunidades Eclesiais de Base.

Observa-se que o Padre José Daniel foi formado sob a influência do Concílio Vaticano I; no entanto, durante o período do Concílio Vaticano II, atuava como sacerdote em Vicentina e vivenciou transformações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970. Para compreender o contexto em que suas práticas foram exercidas, destacam-se também dois movimentos relevantes: o das Comunidades Eclesiais de Base, vinculadas à Teologia da Libertação, e o avanço de diferentes denominações pentecostais, que ampliavam a disputa pela adesão dos fiéis.

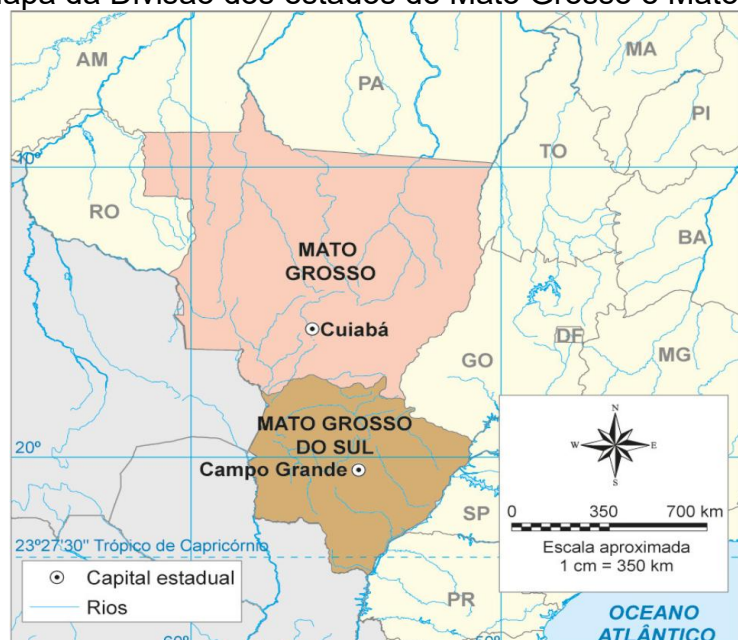
As Comunidades Eclesiais de Base eram orientadas pela hierarquia católica, com o objetivo de recuperar o espaço que vinha sendo perdido para outras denominações religiosas. Tiveram maior visibilidade durante o período da ditadura no Brasil, com o discurso de “ser a voz de quem não tem voz”, propondo-se, por meio de formações, a dotar o povo oprimido de uma consciência social capaz de refletir sobre o papel do trabalhador na sociedade, à luz da religião, e de transformar a realidade em algo mais justo e igualitário (Santos, 2015). No entanto, com o fim da Ditadura Militar e a política de restauração conservadora sob o papado de João Paulo II, tais comunidades sofreram declínio, e a Teologia da Libertação foi desautorizada. Nesse cenário, ganharam força a Renovação Carismática Católica e o neopentecostalismo, com perspectivas de mudança que se afastavam das questões sociais e colocavam a “alma” do indivíduo no centro das ações, ambos competindo por seguidores (Prandi, 1998). São correntes distintas, mas com características relativamente próximas.

Nesse sentido, o movimento palotino, representado pela figura do Padre José Daniel, apressou-se em estabelecer-se na região da colônia agrícola diante da expansão de outras denominações religiosas, que disputavam a adesão dos fiéis. O sacerdote exercia práticas de evangelização ainda bastante conservadoras, centralizadas na figura sacerdotal como autoridade que regula e direciona as formas de ser e agir dos fiéis. Desse modo, acatou mudanças litúrgicas advindas do Concílio Vaticano II, mas não aderiu plenamente ao espírito de renovação, conforme indicam documentos com suas falas e testemunhos que registram seu comportamento político, marcado por acordos associados ao conservadorismo de direita, em ascensão no Brasil durante a Ditadura Militar.

## **2.4 O Sul de Mato Grosso e a Marcha para o Oeste**

O lócus desta pesquisa, a cidade de Vicentina, no período de 1955, integrava a região sul do antigo estado de Mato Grosso, localizado no Centro-Oeste do Brasil, posteriormente dividido em 1977, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, implantado em 1º de janeiro de 1979 (Brasil, 1977).

Figura 16 – Mapa da Divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul



Fonte: radiojotafm.com.br

A região de Vicentina, nesse período, situava-se na área denominada “Sul de Mato Grosso”. Sobre esse termo, Cimó Queiroz (2007) esclarece que, no amplo território do antigo estado de Mato Grosso:

[...] até a criação em 1943, do Território Federal do Guaporé (depois chamado Rondônia), o território matogrossense correspondia ao dos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Assim, era comum distinguirem-se, nesse vasto espaço, três diferentes porções: o Norte (a parte mais propriamente amazônica, correspondendo ao atual estado de Rondônia e à porção setentrional do atual estado de Mato Grosso), o Centro (isto é, a região polarizada pela capital, Cuiabá) e o Sul (que se costuma identificar ao atual estado de Mato Grosso do Sul mas que tinha, à época, contornos imprecisos – ficando indeciso, por exemplo, se nele se incluía ou não a cidade e o enorme município de Corumbá) (Queiroz, 2007, p. 140).

O sul de Mato Grosso caracterizava-se pela vastidão territorial; pela complexa situação fronteiriça entre o Brasil e a República do Paraguai; pelas grandes distâncias entre a região e os principais centros brasileiros; pela precariedade das vias de comunicação; pelo pequeno segmento migrante “não indígena” em meio à extensa população indígena; e por uma estrutura fundiária dispersa e crescente, marcada pela grande propriedade (Queiróz, 2003).

Com o início do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas incentivou a diversificação da agricultura e, a partir do slogan “trabalho e colonização”, orientou o

projeto “Marcha para o Oeste”, cujo lema se baseava na distribuição de terras a trabalhadores nacionais e estrangeiros, desde que tivessem alguma experiência agrícola e comprovassem determinados requisitos. No entanto, é válido ressaltar que tal projeto continuou em funcionamento após o fim do governo Vargas e perpassou diferentes administrações (Naglis, 2007).

Sob o discurso de ocupar os “espaços vazios”, o Estado buscava a ocupação de áreas já habitadas por povos originários ou por populações sertanejas tradicionais (Rodelini, 2022). Tais áreas foram alvo de políticas de “ocupação” nas regiões da Amazônia, de Goiás e no norte e sul de Mato Grosso, o que resultou na colonização e no povoamento não indígena do sul de Mato Grosso, na fronteira Brasil–Paraguai.

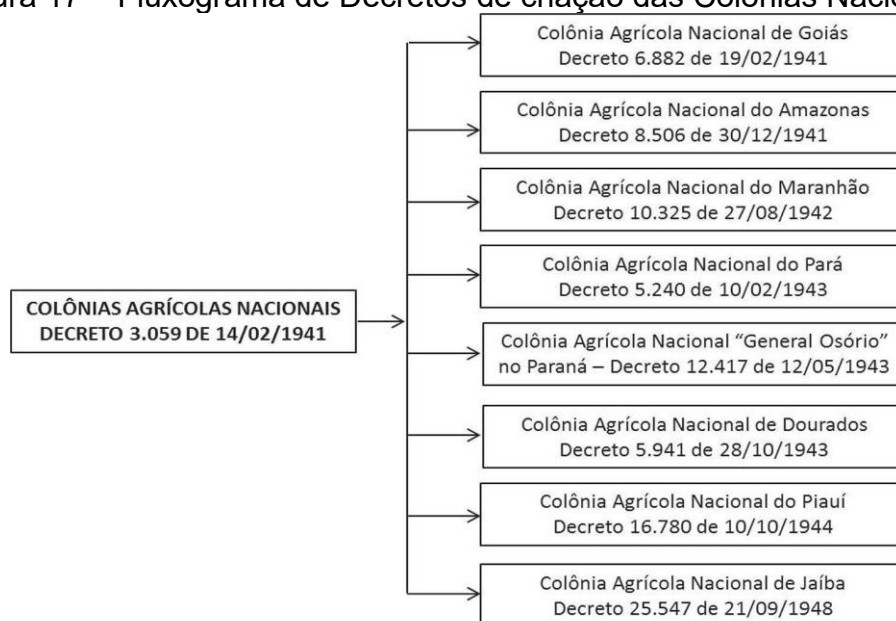
Diante disso, a Marcha para o Oeste buscou integrar economicamente e politicamente as regiões Centro-Oeste e Norte, consideradas pouco povoadas sob a ótica governamental, bem como consolidar a soberania sobre áreas estratégicas, conter fluxos migratórios desordenados e integrar mercados regionais ao sistema econômico nacional. O discurso oficial enfatizava a valorização do trabalho agrícola familiar e a formação de pequenos proprietários, concebidos como base de uma sociedade rural estável e produtiva.

A política foi regulamentada por decretos-leis federais que definiam critérios de seleção dos colonos, dimensões dos lotes, formas de financiamento e obrigações produtivas. Sua gestão ficava sob responsabilidade de órgãos estatais vinculados à política agrária e de colonização, os quais organizavam infraestrutura mínima, como estradas, escolas e assistência técnica, para viabilizar o assentamento.

Foram criadas oito Colônias Agrícolas Nacionais que, em alguns casos, enfrentaram limitações estruturais, como precariedade de recursos, dificuldades logísticas e conflitos fundiários, o que revelou tensões entre o planejamento estatal e as realidades socioeconômicas locais.



Figura 17 – Fluxograma de Decretos de criação das Colônias Nacionais

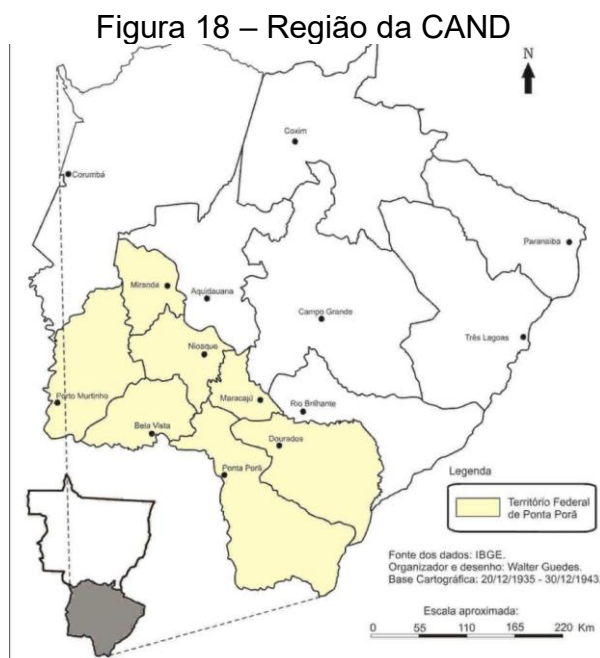


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A Companhia Matte Larangeira surgiu após o fim da Guerra da Tríplice Aliança. Thomaz Larangeira participou da demarcação dos limites entre os dois países e, ao perceber a existência dos ervais nativos e seu potencial econômico, solicitou licença para explorá-los, obtendo permissão do Governo Imperial, que, então, monopolizava o arrendamento das terras devolutas povoadas por ervais. Nesse território, havia uma área de aproximadamente 300.000 hectares reservada para colonização desde 1923; contudo, como a companhia exercia controle sobre a entrada e a fixação de migrantes, o parcelamento das terras foi sistematicamente adiado.

No início da década de 1940, o Governo Federal solicitou a liberação das terras reservadas para colonização, mas o pedido foi indeferido. Getúlio Vargas adotou uma postura autoritária por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou o Território Federal de Ponta Porã, desmembrando do estado de Mato Grosso a área de fronteira entre o Brasil e o Paraguai e vinculando-a à União. Com essa medida, as terras até então controladas pela Matte foram liberadas e, pelo Decreto-Lei nº 5.941, também de 13 de setembro de 1943, foi criada a CAND (Oliveira, 2013).

O território que constituiu a CAND está representado na Figura 18.



Fonte: Silva (2016).

A política de colonização do governo Vargas, durante o Estado Novo, objetivava ocupar o Centro-Oeste brasileiro. No entanto, é importante ressaltar que os espaços dessas localidades não estavam vazios, uma vez que já eram habitados por indígenas Guarani e Kaiowá, por posseiros e pela Companhia Matte Laranjeira, instalada na região após a Guerra do Paraguai (Oliveira, 2013).

Quanto à desconsideração do papel indígena na formação da região da Grande Dourados, Queiróz (2007, p. 147) corrobora ao afirmar: “De fato, em *A divisão...*, o índio sul-mato-grossense não é citado uma única vez; ao contrário, em várias ocasiões enfatiza-se a suposta fundação da ‘civilização sulista’ em pleno ‘deserto’”.

Ao discutirem o apagamento histórico das populações indígenas no processo de ocupação regional, Gebara e Lucena (2011), em diálogo com Norbert Elias, também apontam que:

De outro lado, a formação nacional brasileira, implicando aspectos até então não considerados de geopolítica, em que a posse de espaços geográficos 'vazios', de dimensões continentais, tem relevo significativo no processo de formação de fronteiras e limites. Fato este frequentemente de maior relevância do que a monopolização da violência e dos tributos. Além disso, um conjunto diferenciado de novas relações entre estabelecidos e recém-chegados, articulado a processos de desfuncionalização e informalização, mal permitem definir relações estáveis de poder. Índios, mestiços, portugueses, escravos africanos e imigrantes, em diferentes momentos, serão tipos humanos presentes nesse processo civilizacional, no qual um

aparelho de governo centralizado desfuncionaliza permanentemente interdependências comunitárias (Gebara; Lucena, 2011, p. 64).

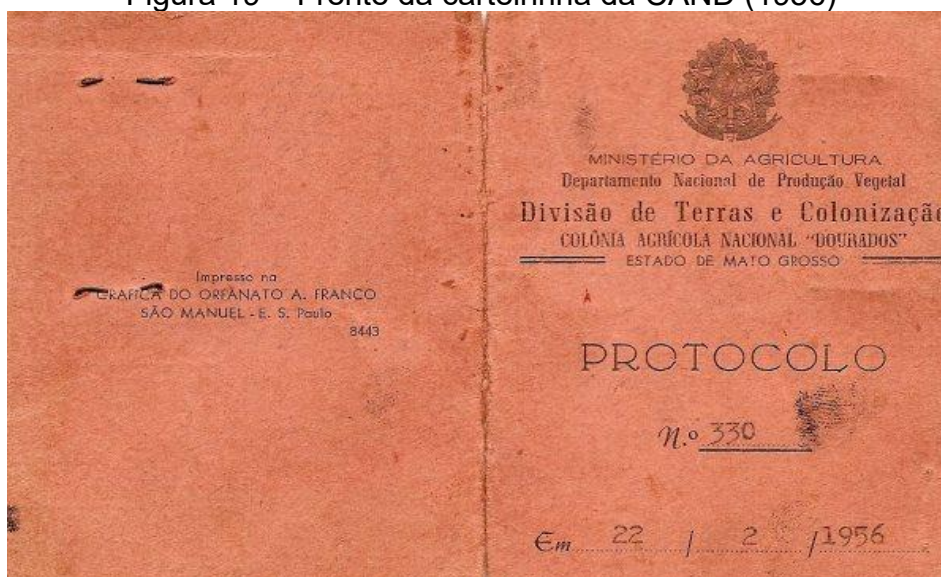
Em 1943, foram criados cinco Territórios Federais, incluindo o Território Federal de Ponta Porã, que compreendia os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju, tendo como capital a cidade de Ponta Porã. Essa unidade administrativa teve vida curta, sendo extinta em 1946.

Além dos territórios federais, foi criado um conjunto de oito Colônias Agrícolas Federais por meio do Decreto-Lei nº 3.059, de 1941, de modo que “[...] a única colônia que teve como objetivo garantir a integridade da fronteira entre Brasil e Paraguai e a integração da região de Dourados, localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, à economia nacional, foi denominada [...] CAND” (Silva, 2016, p. 28).

## 2.5 A CAND e o lado direito do Rio Dourados

No contexto das políticas federais de ocupação e reorganização territorial, a CAND foi criada por meio do Decreto-Lei nº 5.941, de 1943, sendo oficialmente distribuídos cerca de 8.800 lotes de terras a trabalhadores rurais considerados pobres, oriundos de diferentes estados brasileiros e em busca de acesso à terra. Esse processo resultou na formação de municípios como Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis, Angélica, Douradina e Vicentina.

Figura 19 – Frente da carteirinha da CAND (1956)



Fonte: Arquivo Pessoal do Professor Marcelino.

Figura 20 – Verso da carteirinha da CAND (1956)

| Andamento do Processo |             | IDENTIDADE                                                                          |               |
|-----------------------|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Data                  | Observações |                                                                                     |               |
|                       | L. IGUAÇU   | Nome <b>ELIAS MARCELINO DOS SANTOS</b>                                              |               |
|                       |             | Nacionalidade <b>BRASILEIRA</b>                                                     |               |
|                       |             | Data do Nascimento <b>6/10/1918</b>                                                 |               |
|                       |             | Quadra <b>35</b>                                                                    | Lote <b>2</b> |
|                       |             |  |               |
|                       |             |  |               |
|                       |             | Assinatura do Administrador                                                         |               |

Fonte: Arquivo Pessoal do Professor Marcelino.

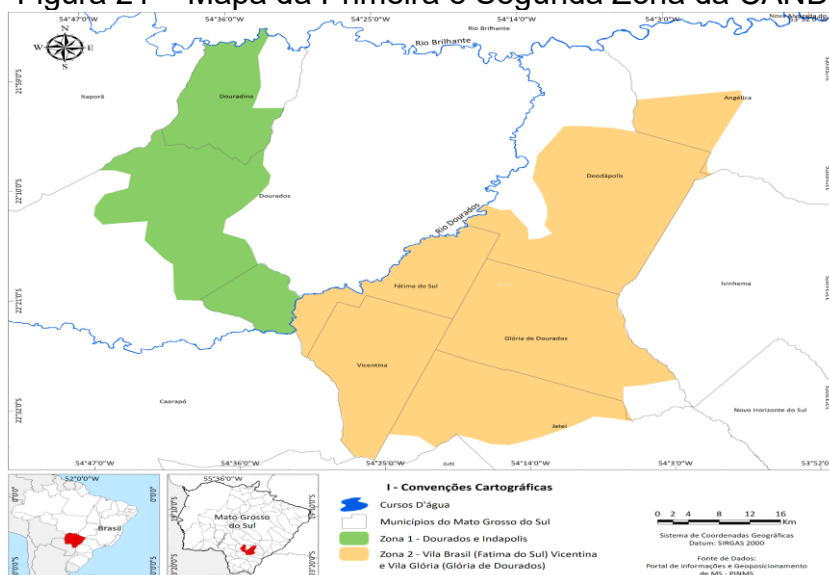
Nas Figuras 19 e 20, apresentam-se as carteirinhas da CAND, documentos expedidos aos possuidores de lotes já escriturados, contendo número de registro, localização da propriedade e dados do proprietário.

Após a distribuição inicial, a procura pelos lotes foi intensa, impulsionada por propagandas nacionais de progresso e melhoria de vida. Nos primeiros anos de criação da CAND, a região da Grande Dourados contava com aproximadamente 40 mil pessoas e, em menos de dez anos, essa população quadruplicou, chegando a cerca de 200 mil habitantes (Santini, 2012).

A área delimitada pela criação da Colônia Nacional, inicialmente planejada até a margem do rio Dourados, tornou-se insuficiente diante desse contingente inesperado de famílias. Com isso, as terras tornaram-se escassas e a administração perdeu o controle do processo, o que levou à constituição da chamada segunda zona, situada após o rio Dourados. Desse modo, a Colônia foi dividida em duas partes, denominadas zonas. Segundo Naglis (2007), a primeira zona, que recebeu maior atenção, apresentou desenvolvimento rápido em razão da implantação de uma infraestrutura mais concentrada, sobretudo no que se refere à demarcação dos lotes.

Na segunda zona, situada à margem direita do rio Dourados, onde surgiram os povoados de Vila Brasil e Vila Glória e, posteriormente, Vicentina, a demora na demarcação dos lotes levou os colonos a agir por conta própria: atravessavam o rio Dourados, abriam picadas, demarcavam roças e iniciavam o plantio (Oliveira, 1999).

Figura 21 – Mapa da Primeira e Segunda Zona da CAND



Fonte: Elaborado por D. M. S. (2025).

A demarcação dos lotes ocorreu de forma lenta por parte da administração da colônia, o que abriu precedentes para a atuação de grupos posseiros e de outros agentes que comercializavam ilegalmente as terras da Colônia, comprometendo a própria estrutura almejada pela política municipal (Borba, 2019). Observa-se, na imagem a seguir, a ponte sobre o rio Dourados, que ligava as duas áreas da colônia, contribuindo para a consolidação da ocupação da segunda zona.

Figura 22 – Primeira ponte sobre o Rio Dourados (1957)



Fonte: CDR/UFGD.



Impressiona, nesta imagem, a quantidade de crianças na ponte, em razão das famílias que ali se fixavam: famílias numerosas, típicas do período em questão. Ao fundo, observam-se os primórdios da cidade de Fátima do Sul, com a paisagem ainda envolta por árvores. De fato, é possível afirmar que a fotografia tem o dom de permitir visualizar o ontem e o outro, com seus contornos de verdade (Vidal; Abdala, 2005). Em contraste, ao se observar a atualidade, destacam-se a urbanização, a modernização e a ocupação da ponte por veículos.

Figura 23 – Ponte sobre o Rio Dourado atualmente (2026)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2026).

Esta fotografia contemporânea da mesma ponte, registrada 69 anos depois, ilustra a evolução da infraestrutura na localidade, o avanço tecnológico, a industrialização e a substituição da presença de pessoas por automóveis, em decorrência da urbanização e das transformações nas dinâmicas sociais.

Além da divisão da CAND em duas zonas, houve também a formalização da sede da colônia, com a criação, em 1958, do distrito de Vila São Pedro, considerando a localização e as questões estruturais da CAND, bem como o escoamento da produção agrícola da região (Borba, 2019). Em seguida, surgiu a necessidade de uma subsede para facilitar a comunicação, o acesso e o atendimento aos colonos. Glória de Dourados, situada a 180 km de Dourados, foi a única cidade planejada pelo projeto de colonização e já destinada aos palotinos. A abertura das estradas e a demarcação das terras naquela região levaram cerca de 20 anos, o que alterou os planos iniciais e resultou na criação de Vicentina como subsede da CAND (Silva, 2017).

Trata-se de um trabalho que parece ter sido árduo, sobretudo ao se considerar a abertura da mata e das estradas, diante da inexistência de ferramentas apropriadas e de maquinário, como se observa na imagem a seguir.

Figura 24 – Abertura da estrada entre Vicentina e Fátima do Sul entre 1950 e 1953



Fonte: Museu Masuo Yassunaka

O projeto das colônias previa a oferta de alguns recursos iniciais, a fim de garantir ao colono condições para se fixar e iniciar o trabalho com a terra, uma vez que muitos chegavam com suas famílias desprovidos de recursos e almejando um futuro promissor. Nesse sentido, constava no Decreto-Lei de criação das colônias agrícolas nacionais: “em cada lote será construída pequena casa para residência do colono e de sua família, do tipo mais conveniente à região”. Entretanto, Ponciano (2006) constata que, na prática, ocorreu:

[...] uma verdadeira avalanche de migrantes chegando à CAND e estas famílias que iam chegando, em condições precárias, posto que eram em sua maioria, famílias pobres e excluídas do sistema político-econômico que se implantava nos grandes centros do Brasil, como o Rio de Janeiro e São Paulo, eram orientadas a estabelecer se, provisoriamente, em terrenos da administração da Colônia, no local onde se situa atualmente Vila São Pedro, distrito de Dourados, localizada na saída para Rio Brilhante [...] (Ponciano, 2006, p. 94).

As famílias permaneciam na sede da CAND em ambientes coletivos, adaptados e provisórios, até que os homens se deslocassem para os lotes, onde realizavam o desmatamento, construíam moradias e providenciavam os itens básicos, como móveis. Somente após essas etapas iniciavam o processo de plantio das lavouras, visando à subsistência. Alguns dos requisitos para a distribuição dos lotes doados eram os seguintes:

Cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos aos trabalhos agrícolas, que se comprometessem a morar nos lotes rurais. A preferência era dada para as famílias com maior número de filhos. Os agricultores, além da terra, receberam outros benefícios. Os lotes, rurais ou urbanos, não poderiam ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse. Colonos imigrantes estrangeiros poderiam, excepcionalmente, ser aquinhoados, quando os seus conhecimentos especiais agrícolas servissem como exemplo [...]. Seriam excluídos dos lotes os colonos que desvalorizassem a terra com excessivo desmatamento, ou não seguissem os critérios estabelecidos no interior do projeto. Cada agricultor era responsável pelo zelo da limpeza de vales, valetas, além de contribuir para conservação de estradas e caminhos mais próximos. Os títulos definitivos seriam expedidos pela Divisão de Terras e Colonização, com dados de individualização e assinados pelo Presidente da República (Oliveira, 2013, p. 24-25).

Na prática, esses critérios não foram seguidos, sobretudo na segunda zona, onde Vicentina está situada. Nessa região, os colonos instalaram-se em meio à mata fechada, com suas famílias e sem apoio do Estado, enfrentando situações adversas e estabelecendo, assim, uma forte relação de dependência com o meio religioso, que atuava de forma significativa no atendimento assistencial desses grupos.

## **2.6 A presença da religião na colônia**

Até 1957, em todo o estado de Mato Grosso do Sul – que, à época, ainda integrava o estado de Mato Grosso –, a Igreja Católica era atendida pela única diocese existente, a Diocese de Corumbá, sob a liderança do bispo Dom Orlando Chaves. Essa diocese abrangia uma área extensa, com poucos padres e recursos, privando grande parte da população de assistência religiosa regular. Nesse contexto, a religiosidade apresentava caráter multifacetado e pragmático, distanciando-se do modelo ultramontano que a Igreja buscava implantar (Benfica, 2014). Cumpre destacar que Corumbá fica a cerca de 569 km de Dourados.



Diante disso, Dom Orlando Chaves encaminhou o projeto de criação de duas novas dioceses, a serem desmembradas da Diocese de Corumbá, com sede em Campo Grande e Dourados, respectivamente. Assim, em 1957, o Papa Pio XII criou as dioceses de Campo Grande e Dourados, à qual Vicentina pertence. Em 1958, foi nomeado o primeiro bispo de Dourados, Dom José de Aquino Pereira. Em 1970, assumiu Dom Carlos Schmitt e, de 1971 a 1988, Dom Teodardo Leitz (Portal Diocese<sup>7</sup>).

O cenário religioso local na área da CAND foi marcado por disputas entre a Igreja Católica e o protestantismo, já presente na região desde 1940, com ações educativas e missionárias junto aos indígenas. Esse avanço gerou preocupação na Igreja Católica diante da expansão protestante. Em 1954, intensificou-se o processo de expansão católica com a chegada das Irmãs Franciscanas do Rio Grande do Sul e, em seguida, com a vinda dos palotinos (Amaral, 2005). Soma-se a isso a chegada dos salesianos, última comunidade religiosa a se estabelecer no interior da CAND. Nesse arranjo, franciscanos e salesianos ficaram na área denominada primeira zona (antes do rio Dourados), enquanto os palotinos se concentraram na segunda zona (após o rio Dourados).

Os palotinos dirigiam-se ao interior brasileiro na tentativa de expandir seu campo de atuação; o objetivo da Sociedade do Apostolado Católico (SAC) incluía o trabalho de catequização de indígenas. Nesse contexto, para Ponciano (2006), dois fatores se complementam: a expansão da fronteira agrícola do país, que levou à ocupação do interior brasileiro, e a expansão da própria Sociedade do Apostolado Católico, que buscava novas áreas de atuação.

A presença da religião nessa área mostra-se relevante, pois, além de realizar os trabalhos típicos de evangelização no interior da colônia, contribuiu para legitimar a predominância da Igreja sobre o Estado. Isso porque a fé tornou-se fator de identificação e coesão social para enfrentar as precárias condições de existência. O desamparo dos poderes públicos levou os migrantes, na luta pela sobrevivência, a confiarem em si mesmos, nas religiões que professavam e em sua organização coletiva (Marin, 2013). Além disso, o próprio projeto de colonização do governo federal contava com apoio político e ideológico das igrejas:

---

<sup>7</sup> Acesso em: <https://diocesededourados.org.br/historia-da-diocese/>. Disponível em: 22.jan.2026.

Nesse processo mais amplo de construção de alianças políticas, torna-se importante destacar o arco da aliança nacional, tanto que o presidente da república procurou entre os representantes das religiões, especialmente entre a Igreja Católica e Igreja Protestante, o complementar apoio político e ideológico para implantação da política de colonização (Marin; Neves, 2013, p. 13).

No contexto da colonização, a região do povo mato-grossense era representada como “um estado ‘atrasado’, ‘incivilizado’ e ‘selvagem’, dotado de uma gente ‘sanguinária’, ‘vingativa’, ‘preguiçosa’ e ‘ignorante’” (Cimó, 2011, p. 139). Essa representação contribuiu para uma disputa de poder voltada a “salvar” tais almas, consideradas perdidas e bárbaras, e integrá-las ao processo civilizador.

Em seguida, com o desenvolvimento da colônia, o número de colonos aumentou, e os serviços pastorais na cidade de Dourados tornaram-se insuficientes, culminando também em insatisfação da administração da CAND diante da atuação franciscana (Lara, 2017), quando

[...] Tácito Pace escreveu novamente ao bispo de Corumbá, D. Orlando Chaves, para sugerir a entrega da direção espiritual e religiosa dos habitantes da colônia a uma congregação que pudesse residir na subsede, junto à administração. Criticou a atuação dos padres Franciscanos, pois os mesmos não o ouviam quanto aos planos de expansão da fé católica na região e que havia um crescimento de seitas de diversos cultos protestantes. Finalizou com um pedido: pleitear a criação de uma paróquia nas terras da CAND, entregando-a a uma Congregação, na forma que melhor lhe aprouvesse. De fato, após alguns anos iniciou-se a ação de outros religiosos não-Franciscanos na área (Amaral, 2005, p. 72).

Segundo o *Livro Tombo I* da Paróquia de Dourados (1936–1970), em 6 de janeiro de 1954, o padre secular José Ferreira chegou à CAND para exercer efetivamente o sacerdócio, dispensando, assim, a atuação dos franciscanos na colônia (Knob, 1988, p. 281). Contudo, permaneceu apenas seis meses na CAND, transferindo a missão e a administração religiosa aos padres palotinos do Rio Grande do Sul, representados pelo Padre José Daniel.

O Padre José Daniel foi o primeiro padre palotino a chegar a Mato Grosso. Logo após negociar com o bispo D. Orlando, e iniciar os trabalhos na vila São Pedro, foi convidado pelo administrador da colônia a se estabelecer na região que aguardava novas demarcações de terras. O convite foi aceito pelo religioso que se estabeleceu nestas áreas em período concomitante aos colonos, desenvolvendo junto a

essas populações o trabalho que foi denominado de missões palotinas (Santos, 2007, p. 52).

Em 1954, no contexto da expansão da missão palotina para o interior do Sul de Mato Grosso, o Padre José Daniel chegou a Campo Grande, onde se encontrou com o bispo da Diocese de Corumbá, Dom Orlando Chaves. Sobre esse encontro, Ademair L. Fighera, em publicação na revista *A Rainha* – periódico dos padres e irmãos palotinos desde 1923, com edições mensais e sede atual em Porto Alegre-RS –, na edição especial “50 anos dos Palotinos no Brasil”, da Editora Pallotti, informou:

Diante do propósito obstinado de Pe. Daniel de trabalhar com os índios. Dom Orlando o deteve dizendo-lhe que não precisava ir tão longe porque lhe daria duas grandes regiões com índios: Amambai, no sul do estado [Mato Grosso] e Colônia Federal, na região de Dourados em meados de fevereiro de 1954, Pe. Casimiro Tronco e Pe. José Daniel visitaram a região e acertaram com o bispo Dom Orlando Chaves o atendimento de duas paróquias: Amambai e Colônia Federal (Revista Rainha, 2004, p. 6-9).

Desse modo, iniciou-se um projeto que articulava três dimensões: o projeto político do Estado brasileiro, materializado na Marcha para o Oeste; o projeto religioso da Igreja Católica, em especial dos palotinos; e o processo de ocupação territorial e colonização agrícola na região da Grande Dourados. Conforme informa o Suplemento da revista *A Rainha*, em comemoração aos 25 anos das Missões Palotinas no Mato Grosso:

Visando prestar assistência religiosa aos colonos que então afluíam em levas do norte, do sul, do leste e do oeste, em busca de terras, os nossos missionários para lá se dirigiram em maio de 1954. Instalaram-se inicialmente na região dos campos de Amambai, na divisa com o Paraguai e o Paraná. A seguir, procurando acompanhar os colonos, internaram-se nas florestas da então Colônia Federal de Dourados. Foram anos de dureza, de heroísmo à sombra das matas seculares, onde faltavam até as coisas mais indispensáveis. Mas à sua passagem sofrida e laboriosa foram surgindo as primeiras comunidades. Cinco delas são hoje paróquias cheias de vida, sementeiras viçosas do Evangelho, de Fé e de Graça (Pe. Ilvo Santo Roratto. Suplemento da Revista Rainha, 1979, p. 1).

Percebe-se que o relato do padre Ilvo Santo Roratto, ao descrever a chegada dos missionários palotinos à região de Dourados, em 1954, apresenta uma narrativa marcada pela exaltação do sacrifício e da fé. A retórica empregada, “anos de dureza,

de heroísmo à sombra das matas seculares”, constrói uma imagem idealizada da missão religiosa, destacando a entrega dos padres e a fundação das primeiras comunidades católicas como ato de civilização e fé em meio à natureza “selvagem”. Quando analisado criticamente, considerando o contexto histórico da Marcha para o Oeste, esse discurso evidencia a íntima relação entre o projeto missionário dos palotinos e a política de ocupação e integração territorial do Estado brasileiro.

A Marcha para o Oeste, lançada no governo Getúlio Vargas, na década de 1940, tinha como objetivo integrar regiões de fronteira, especialmente o Centro-Oeste, ao restante do país. Sob o discurso do desenvolvimento e da nacionalização, o projeto visava tanto à ocupação demográfica e econômica dessas áreas quanto à afirmação da soberania nacional frente às fronteiras com países vizinhos. Nesse cenário, a CAND configurou-se como espaço de assentamento de migrantes provenientes de diversas regiões do Brasil.

É nesse contexto que a presença dos padres palotinos assume papel relevante, pois, embora sua missão fosse, em essência, prestar assistência religiosa aos colonos, acabou também funcionando como instrumento de coesão social e de legitimação simbólica do projeto estatal de colonização. A ação missionária contribuiu para a formação de uma identidade coletiva católica e nacional, oferecendo à população dispersa um referencial moral e espiritual que facilitava a adaptação ao novo território. Assim, a Igreja atuava não apenas no campo religioso, mas também como agente civilizador e disciplinador, reforçando valores como trabalho, família e fé, pilares igualmente presentes no discurso desenvolvimentista da época.

A retórica de sacrifício e de “heroísmo à sombra das matas” reforça a ideia de que o avanço religioso coincidia com o avanço civilizatório, apagando, em parte, as contradições sociais e ambientais do processo colonizador. A ocupação das terras da CAND implicou a derrubada de matas, o deslocamento de populações indígenas e o reordenamento do território, aspectos frequentemente silenciados na narrativa religiosa. O discurso dos palotinos, ao mesmo tempo em que celebra a fé e a evangelização, funciona como instrumento de legitimação do projeto de expansão nacional, que associava progresso, modernização e cristianização.

Dessa forma, a presença palotina deve ser compreendida de maneira dialética: de um lado, os missionários desempenhavam papel essencial no apoio espiritual, na solidariedade e na construção comunitária entre colonos que enfrentavam condições precárias; de outro, sua atuação encontrava-se profundamente imbricada às políticas

estatais de interiorização e à lógica de ocupação econômica das terras. Essa articulação entre fé e política evidencia como a Igreja Católica se manteve como parceira histórica do Estado na conformação do espaço nacional, especialmente em regiões de fronteira, onde a ausência de instituições formais tornava a religião uma das principais forças de organização social.

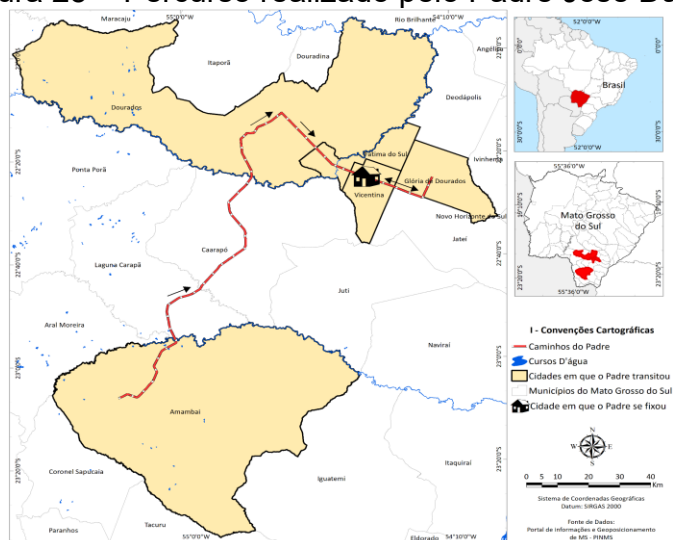
## 2.7 O itinerário do Padre José Daniel na “Selva”

O Padre José Daniel percorreu e atuou em algumas cidades antes de fixar-se definitivamente em Vicentina, tendo centralidade nos serviços da CAND:

O trabalho dessa ordem começou na sede da administração, como já assinalado anteriormente, mas, a partir de 1955, os palotinos voltaram-se para o interior da Colônia, ocupando vários pontos onde se localizavam alguns povoados, como Vila Brasil (antigo Porto Ubatuba), a subsede da Colônia (Vicentina), e Glória de Dourados, principais focos de concentração humana na CAND dos anos 1950 (Ponciano, 2006, p. 153).

O Padre José Daniel chegou a Amambai em fevereiro de 1954. Em abril de 1955, foi para a Vila São Pedro; conheceu a região da Vila Glória (Glória de Dourados) e assumiu a paróquia em maio de 1955, permanecendo até 1959. Nesse período, prestou assistência, quinzenalmente, também à paróquia de Fátima do Sul, então denominada Porto Ubatuba/Vila Brasil (1955–1956). Fixou-se em Vicentina em maio de 1955, onde permaneceu até sua morte, em 1978.

Figura 25 – Percurso realizado pelo Padre José Daniel



Fonte: Elaborado por D. M. S. (2025).

Assim, até 1956, o padre prestou serviços em Vicentina, Fátima do Sul e Glória de Dourados. De 1956 a 1959, atuou em Vicentina e Glória de Dourados. Convém situar que a distância entre Amambai e Vila São Pedro é de 142 km; entre Vila São Pedro e Fátima do Sul, de 30 km; entre Fátima do Sul e Vicentina, de 9 km; e entre Vicentina e Glória de Dourados, de 28 km.

Na *Revista Rainha* (1979), edição especial “25 anos de missões palotinas no Mato Grosso – no princípio era selva”, há um artigo do Padre Ládio Luiz Girardi com relatos sobre a entrada dos palotinos em Mato Grosso:

A entrada na selva se deu em 1954, com os padres José Daniel e Luiz Vendrúsculo. No ano seguinte, outros três Ihes seguiram os passos: Genésio Trevisan, José Stefanello e Amadeu Amadori. O início foi duro. Imagine-se o isolamento e a solidão daqueles sertões. Também a pobreza era absoluta, pois faltavam os recursos mais primários (Revista Rainha, 1979, p. 5).

O cenário de mata fechada, sendo aberta pelas próprias mãos dos que ali chegaram, em meio ao sol, à falta de itens básicos para a subsistência das famílias e ao abandono do poder público, causava espanto e a sensação de que o progresso dificilmente se estabeleceria naquele espaço, exigindo intenso trabalho por parte dos missionários. No entanto, chama a atenção o enfoque presente nos registros da *Revista A Rainha*, periódico da Ordem Palotina, ao empregar termos como “sertão”, “selva” e “barbárie” para justificar a necessidade da presença dos padres nessas localidades e reforçar o caráter de “resgate” atribuído à missão. Pois:

Nas visões mais pessimistas, estes grandes 'sertões' eram vistos como lugares de barbárie, onde a natureza, praticamente intocada pelos motores da civilização (capital, técnica, meios de comunicação modernos e trabalhadores disciplinados, entre outros), submetia às suas forças primitivas uma população composta de índios selvagens, vistos quase sempre como um enorme obstáculo no caminho do progresso, e de mestiços tidos como indolentes e avessos à civilização (Galetti, 1995, p. 51).

Observa-se que, desde a colonização europeia, os povos indígenas no Brasil sofreram perseguições, foram vistos como incivilizados e, em muitos casos, exterminados de maneira cruel, além de terem a posse das terras historicamente deslegitimada, embora já estivessem estabelecidos nesses territórios antes da

chegada dos europeus, sob a alegação de que se tratava de “espaços vazios”. Ademais, ao analisar excertos da *Revista A Rainha*, percebe-se a reprodução de uma narrativa civilizatória que, sob o pretexto da evangelização, reforçava hierarquias sociais, étnicas e culturais presentes desde o período colonial.

O uso de termos como “sertão”, “selva” e “barbárie” não apenas descreve o ambiente físico da CAND, mas também constrói um imaginário simbólico no qual o espaço interiorano é concebido como território do atraso, da ausência de ordem e da necessidade de intervenção moral e espiritual. A retórica missionária dos palotinos insere-se, assim, em um discurso de poder civilizatório, que legitima a presença da Igreja como agente de refinamento dos costumes.

Essa visão alinha-se ao ideal mais amplo da Marcha para o Oeste, voltado à ocupação e à “modernização” de regiões consideradas vazias e atrasadas. Na prática, essa política implicou a marginalização de populações indígenas e mestiças e reproduziu a lógica segundo a qual o sertão seria um espaço a ser domado, pela cruz e pelo arado, consolidando a convergência com o projeto missionário da Igreja.

À luz de Norbert Elias (1993), tal discurso pode ser compreendido no âmbito do que o autor denomina processo civilizador: um movimento histórico de longo prazo no qual o poder se exerce por meio da internalização de normas, da padronização dos comportamentos e da disciplinarização dos corpos e das emoções. Elias argumenta que o “refinamento dos hábitos” não constitui fenômeno espontâneo, mas resulta de relações de interdependência e de poder que impõem padrões de conduta socialmente reconhecidos como civilizados.

Quando os palotinos descrevem indígenas e mestiços como “indisciplinados” e “selvagens” e justificam sua presença como necessária à reorganização moral e social do espaço, participam ativamente desse processo de civilização coercitiva. Norbert Elias (1993, p. 195) observa ainda que “toda reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras e na estrutura da personalidade”, resultando em formas de conduta e sentimento considerados civilizados.

Os palotinos, ao atuarem como agentes dessa reorganização social e moral, assumiram o papel de transmissores de um modelo europeu de comportamento, moralidade e espiritualidade. A catequese e a assistência religiosa tornaram-se, assim, instrumentos de um processo civilizador religioso, cujo objetivo implícito era

transformar não apenas as práticas, mas também os afetos e os modos de sentir e pensar das populações locais.

O empreendimento 'civilizatório' trazia em seu bojo também uma crescente preocupação em relação ao refinamento dos costumes, pois se acreditava que as civilidades, sua aprendizagem e prática, influíam nas relações entre as pessoas e seriam ingredientes eficientes para a construção de um mundo mais agradável. Através de guias de conduta, a sociedade europeia do período procurou construir padrões de comportamento capazes de regulamentar a vida das pessoas frente a um período de transição. Não apenas as maneiras de falar e de pensar, as posturas, gestos, mas os comportamentos em geral acompanhando o curso de um processo civilizador (Pilla, 2016, p. 152).

Tal citação vai ao encontro dos relatos produzidos pelos padres que atuaram na missão, localizados na *Revista Rainha* (1979). Nela, o padre Luís Vendrúsculo desabafa, em uma carta: "Por aqui, tudo por fazer, tudo por salvar. Com o povo, tenho de começar pelo sinal da cruz". Em 1955, o padre Genésio Trevisan também relata: "Nós mesmos fazemos a comida... às vezes, uma raiz de mandioca ou umas espigas de milho resolvem". Outro missionário afirma: "Vivo fazendo enterros; agora que expliquei que devem levar os mortos à igreja, a média é de dois por dia" (*Revista Rainha*, 1979, p. 6). Esses registros indicam que os migrantes eram representados como um grupo considerado ignorante, que necessitaria ser instruído e civilizado.

Nesse contexto, "a administração da CAND manifestava-se favorável à presença da Igreja Católica e colaborava financeiramente com os seus empreendimentos" (Marin, 2013, p. 341), inclusive como forma de favorecer mecanismos de controle e coerção social.

Na pasta relativa aos documentos de Corumbá, pertencente ao acervo da Cúria Diocesana de Dourados, encontra-se uma procuração, assinada por Dom Orlando Chaves e registrada em cartório em 18 de outubro de 1954, em nome do Padre José Daniel, na qual se afirma: "a quem lhe são conferidos poderes para o fim especial de receber doações de terrenos em nome da Mitra Diocesana de Corumbá, podendo assinar as respectivas escrituras, com as condições que ajustar, inclusive receber posse, domínio, direitos e ações".

A Igreja Católica e seus representantes oficiais, Padre José Daniel e padre Luís Vendrúsculo, iniciaram a abertura das estradas conhecidas como "picadas", contando com a participação de indígenas, paraguaios e posseiros que já habitavam a região e



passaram a colaborar nesse processo, auxiliando especialmente na derrubada das matas (Moya, 2018).

Diante da ausência do Estado, a Igreja Católica passou a desempenhar funções administrativas na colônia, estreitando progressivamente os laços com os colonos por meio de ações que ultrapassavam a assistência espiritual e assumindo posições de liderança local. Nesse contexto, o Padre José Daniel exerceu papel central no processo de colonização e na formação da 2ª Zona da CAND, pois, segundo Moya (2018), em conformidade com Elias (1993), buscava construir, segundo o entendimento católico, uma sociedade civilizada e cristã, propícia ao desenvolvimento sociocultural e econômico, em oposição ao sertão, entendido como espaço da incivilidade e da aproximação a outros cultos.

Nesse sentido, Marin (2013) também relata que:

Os palotinos, na busca do controle e do monopólio do mercado religioso, adotavam discursos de poder e demonização contra os competidores religiosos, utilizando linguagens agressivas e detratórias, que geravam pré-conceitos. Nessa ofensiva, termos como “cruzada”, “almas a colher”, “salvar” e “escuridão” apareciam com frequência, excitando a ofensiva católica e, ao mesmo tempo, as intolerâncias religiosas. Os religiosos deslegitimavam outras crenças, dificultavam seu estabelecimento e competiam onde elas já estavam estabelecidas, por meio da criação de instituições assistenciais, hospitalares e educacionais católicas para fazer frente à concorrência (Marin, 2013, p. 341).

Na ausência do Estado e diante da desorganização administrativa da CAND, a Igreja estabeleceu-se exercendo práticas próprias de uma ordem religiosa, atuando onde o poder público não alcançava. Mais do que isso, consolidou-se como agente colonizador do território, liderando e exercendo domínio político, econômico e cultural, além de disseminar a religião católica entre os indivíduos, impondo-a como portadora exclusiva da verdade e retratando as demais religiões como ameaças espirituais.

A primeira paróquia assumida pelos palotinos foi a de Amambai. Quando o Padre José Daniel e o padre Vendrúsculo chegaram, em 7 de maio de 1954, encontraram uma pequena povoação, situada próxima aos limites com o Paraguai.

Havia uma igreja histórica de 6 metros por 10 metros onde os padres se alojavam. As áreas territoriais que abrangiam a paróquia eram extensas e os meios de locomoção escassos: burro, cavalo ou carreta de bois. Um verdadeiro primitivismo com o povo esquecido na solidão das atas. Junto ao serviço religioso, tentaram ofertar auxílio no

social e cultural criando o clube de mães e uma escola paroquial de primeiro e segundo grau (Revista Rainha, 1979, p. 8).

O padre Luís Vendrúsculo foi o primeiro pároco palotino da cidade e realizou o trabalho missionário com o auxílio do Padre José Daniel. Antes da chegada dos palotinos, o atendimento religioso era prestado pelos padres salesianos, que residiam em Ponta Porã.

Figura 26 – Primeiros párocos a assumirem a paróquia em Amambai



Fonte: Revista A Rainha (1954)

Na revista *A Rainha*, edição de maio de 1954, p. 138, encontra-se a informação referente ao momento da posse dos palotinos na paróquia, afirmando que “o povo regurgitava de alegria e contentamento por ver concretizado o sonho de muitos anos. A pequena capelinha, de seis por dez metros, tem agora o seu vigário. Aí mora Jesus para abençoar o seu povo, dia e noite. Amambai marca uma nova era de progresso e civilização, nos anais da sua história”. O trecho reforça o caráter progressista e civilizador atribuído à missão.

O Padre José Daniel permaneceu por quase um ano em Amambai e seguiu para a Vila São Pedro em 3 de abril de 1955. Borba (2019, p. 98) informa que a paróquia de São Pedro foi criada em 25 de março de 1955 por Dom Orlando Chaves, bispo de Corumbá. Foi empossado como primeiro pároco o Pe. Luiz Vendrúsculo, em

3 de abril, pelo delegado do bispo, frei Teodardo Leitz, vigário e decano de Dourados, tendo como coadjutores os padres José Daniel e Amadeu Amador. Diante disso, “na década de 1950, quando os padres salesianos chegaram à região e assumiram os trabalhos na paróquia São Pedro, os palotinos já tinham, de fato, organizado seus trabalhos na segunda zona da Colônia” (Santos, 2007, p. 52).

Assim, a paróquia permaneceu sob responsabilidade dos palotinos por poucos anos, tendo como marco inicial a atuação do Padre José Daniel.

O padre Vendrúsculo relata que chegaram no local ao entardecer levando apenas dois bifes e umas bananas para o jantar, no entanto, enquanto celebraram a missa um cachorro entrou e devorou os bifes, restando apenas as bananas. Ficaram em um cômodo atrás da igreja adaptado como alojamento (Revista Rainha, 1979, p. 10).

E ainda, na revista a Rainha encontramos o relato do Padre Amadeu sobre o início dos serviços na Vila São Pedro quando relata: “Estou aqui só, só mesmo. Nem cozinheira, nem cachorro, nem gato. Se eu morrer, ninguém vai saber. Só ouço o pio da coruja na cumeeira da igreja” (Revista Rainha, 1979, p. 6).

Figura 27 – Primeiros párocos da Vila São Pedro



Fonte: Livro de Tombo da Paróquia São Pedro (2012).

O jornal *O Progresso* noticiou, em 3 de abril de 1955, a criação da paróquia, em publicação assinada pelo Padre José Daniel. No texto, o sacerdote destacou, inicialmente, o desenvolvimento do município, bem como suas carências espirituais. Em seguida, apresentou os limites territoriais e a jurisdição religiosa da nova paróquia, informou que esta foi confiada aos padres palotinos e esclareceu que as práticas

sacramentais dos colonos, a partir daquele momento, deveriam ser realizadas e registradas na nova paróquia. O padre descreve ao jornal:

Marca, assim, Dourados mais uma etapa em sua marcha de progresso espiritual, que em breve dará novos passos na criação de novas paróquias. De parabéns está o povo douradense, por esse novo avanço, na sua vida espiritual, e fazemos votos que essa marcha ascendente nunca esmoreça, mas prossiga sempre, para a dissipação da ignorância religiosa que, infelizmente, grassa em nosso município (O Progresso, 3 de março de 1955, p. 1).

Nesse contexto, as representações construídas nos discursos públicos e nos documentos institucionais encontram correspondência nas práticas cotidianas do Padre José Daniel, revelando como a atuação pastoral se articulava simultaneamente ao controle simbólico e à organização material da vida na colônia.

O Padre José Daniel atribuiu ao povo o termo “ignorância religiosa”, em razão de os fiéis não conhecerem as crenças, práticas e ritos próprios da Igreja na qual atuava. No entanto, evidencia-se a preocupação com a conquista e o domínio do território quando menciona a criação de novas paróquias, além de apresentar a religião como o único caminho para alcançar a liberdade e o progresso.

Também foram localizados, na Cúria Diocesana de Dourados, registros de intensa troca de correspondências, no ano de 1955, entre o Padre José Daniel e o bispo Dom Orlando Chaves. A primeira carta que merece destaque, datada de 11 de janeiro de 1955, relata as condições vividas pelo sacerdote na Vila São Pedro, mencionando a compra de um jipe e a preocupação em resolver, com urgência, questões patrimoniais. Esse veículo tornou-se posteriormente conhecido em Vicentina por ser o principal meio de transporte disponível para levar doentes ao hospital de Dourados, buscar mercadorias e transportar professores e alunos quando necessário. Conforme relato da professora Inez (2024), “ele levava os professores para receber o pagamento no jipe; para fazer curso em Dourados, ele sempre levava e buscava”.

Figura 28 – Jeep do Padre José Daniel



Fonte: CMV (2019).

A segunda correspondência entre o Padre José Daniel e o bispo Dom Orlando Chaves, datada de 15 de janeiro de 1955, registra a preocupação do sacerdote com o hospital da Colônia, que seria entregue a um médico: “A administração vai se retirar em julho do hospital, que será entregue a um médico que quiser chegar. Estou com medo dos protestantes”. O trecho traduz o receio de que a presença de novos agentes religiosos pudesse romper o monopólio simbólico que a Igreja buscava manter sobre a comunidade.

Diante disso, Dom Orlando solicitou esclarecimentos à administração do Núcleo Colonial de Dourados. A resposta foi enviada em 26 de janeiro por Adalberto Gerhardt, assistente administrativo, que destacou a relevância do serviço prestado pelo Padre José Daniel: além de ministrar comunhões, celebrar missas e fortalecer o catolicismo, também distribuía remédios e auxiliava no transporte de doentes, reafirmando a dualidade entre pároco e líder local.

Segundo Adalberto Gerhardt, o Padre José Daniel realizava “uma campanha sem trégua contra a falta de moral, que infelizmente campeia na Colônia, mas vem arrancando a maioria do povo do ostracismo religioso. É criticado por alguns, mas é o mais indicado para moralizar o povo local”. A fala evidencia um projeto civilizatório sustentado na imposição de normas, condutas, hábitos e valores cristãos, voltado a “moralizar o povo local”. Essa tentativa de civilizar colonos representados como rudes, indisciplinados e afastados da fé opera sob o pressuposto de que os indivíduos necessitariam de condução, vigilância e controle.

No mesmo ano de 1955, a *Revista Rainha* (1979) informa que foi fundada a paróquia no atual município de Glória de Dourados. Essa localidade foi planejada para situar-se no centro da nova colônia, em Vila Glória, pois estava destinada a tornar-se a cidade-polo da região. Entretanto, a demora nas demarcações e na abertura de estradas alterou o plano inicial, e Vicentina passou a exercer a função de subsede.

Conforme consta no *Livro Tombo* da Paróquia de Glória de Dourados, no trecho intitulado “A chegada dos palotinos”:

Aos seis de janeiro de 1954, Pe. José Daniel SAC incumbido de abrir uma missão em Mato Grosso, encontrou-se em Campo Grande com Dom Orlando Chaves, bispo Diocesano de Corumbá, com o qual entrou em projeto de dar assistência espiritual aos habitantes do Núcleo Colonial de Dourados. Chegou aqui neste escritório (lugar donde escreve) aos nove de janeiro de 1954 por uma carreteira infame. Havia apenas algumas derrubadas das matas e a atual casa, chamada “Escritório do Monteiro”. Tendo o administrador da Colônia, prometido uma igreja neste lugar, o revmo. Pe. Casemiro Tronco, Provincial, aos 18 de fevereiro de 1954 chegou até aqui com o supradito sacerdote e aceitou a paróquia de N. S. da Glória. No dia 29 de abril de 1954, partem de Sta. Maria, Pe. Luiz Vendruscolo e Pe. José Daniel, aquele para ocupar a paróquia de Amambai e este para ser pároco desta.

E continua ao informar sobre a criação da paróquia:

Esta paróquia foi criada quando ainda não existia a cidade de Glória. Em 15 de abril de 1955 é assinado o Decreto de ereção da nova Paróquia em honra de N.S. da Glória, com sede em Glória de Dourados (naquele tempo “Vila Glória”). Como primeiro pároco é indicado o Pe. José Daniel, que assume no dia 22 de maio de 1955. Até 1959 a Paróquia é atendida pelo Pe. Daniel desde o “Escritório do Monteiro” na hoje cidade de Vicentina. O Pe. Roberto Nascimento é o primeiro padre palotino a residir em Glória, como pároco, a partir do ano de 1959. Depois ele foi prefeito da cidade. Nos anos 70, a paróquia chegou a ter 60 mil habitantes, quando Deodápolis ainda fazia parte da cidade.

Os palotinos realizaram, como nas demais cidades, um trabalho de cunho religioso, além de atuação assistencial e educacional. Em Glória de Dourados, essa presença também se concretizou por meio do padre palotino Roberto Fulco do Nascimento, que contribuiu significativamente para a educação em Vicentina, atuando como professor, diretor adjunto e diretor, além de desenvolver atividades pastorais em Glória de Dourados.

O padre Roberto nasceu em Caçapava, no Rio Grande do Sul, em 1921, e faleceu em 2003. Realizou seus estudos, assim como o Padre José Daniel, no Seminário Palotino de Vale Vênето, seguido do noviciado em São João do Polêsine, onde cursou Filosofia. Iniciou sua atuação sacerdotal em 1951. Após trabalhar na localidade de sua formação, chegou a Vicentina em 24 de março de 1959, ocasião em que relata:

Saímos da Vila São Pedro às 9 horas da manhã e chegamos em Vicentina às 3 horas da tarde. Lamaçais na estrada que os passageiros tinham de descer do ônibus caminhando pela beira da estrada para retomá-lo adiante. Havia muita mata e isso espantava a gente. Chegando fiquei 2 anos com o Padre Daniel (Padre Roberto, Portal Palotinos).

Em 21 de fevereiro de 1961, o padre Roberto seguiu para Glória de Dourados, distante cerca de 30 km de Vicentina. Nessa localidade, fundou o Ginásio, atuou como diretor por 12 anos e exerceu o cargo de prefeito por dois anos. Retornou a Vicentina em 1973, passando a trabalhar na paróquia e a lecionar na escola, junto ao Padre José Daniel.

Em decorrência do falecimento do Padre José Daniel, em 8 de dezembro de 1978, assumiu a direção escolar, função que exerceu até 17 de julho de 1986, quando se aposentou.

Figura 29 – Padre Roberto Fulco do Nascimento



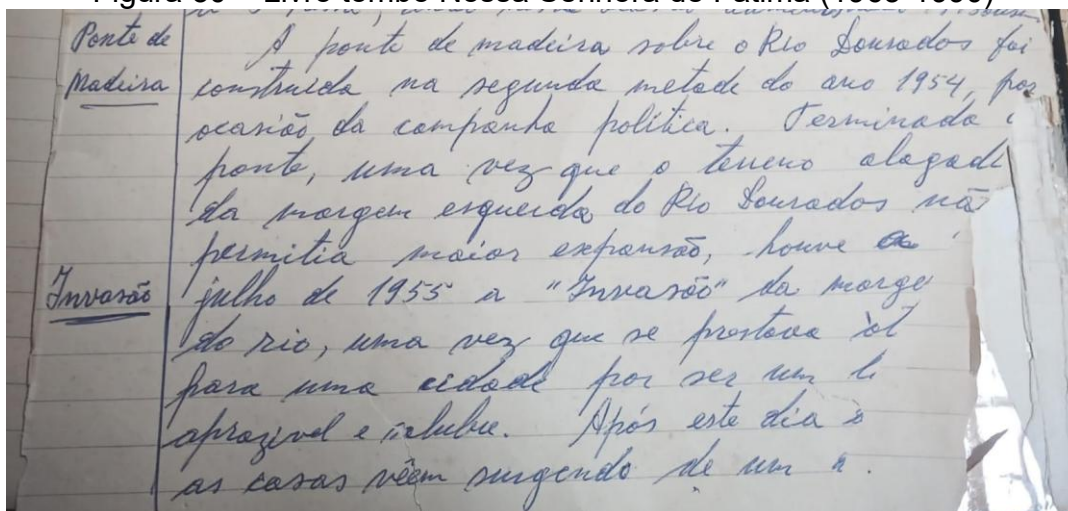
Fonte: CMV (2019).



Em 1953, a área situada na margem esquerda do rio Dourados recebeu o nome de Vila Brasil, por intervenção direta do frei Frederico Mies, da Ordem Franciscana. As famílias chegavam diariamente, e o local já não comportava tal contingente. Assim, em 9 de julho de 1955, atravessaram o rio e ocuparam as terras da margem direita.

Sobre esse fato, localizamos o seguinte registro no *Livro Tombo* da Paróquia de Fátima do Sul:

Figura 30 – Livro tombo Nossa Senhora de Fátima (1963-1990)



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima.

Transcrevemos a seguir o relato do Padre Amadeu:

A ponte de madeira sobre o Rio Dourados construída na segunda metade do ano de 1954, ocasião da campanha política. [...] Uma vez que o terreno alagado da margem esquerda não permitia mais expansão, houve em julho de 1955 a "invasão" da margem do rio, uma vez [...] após esse dia as casas vêm surgindo [...].

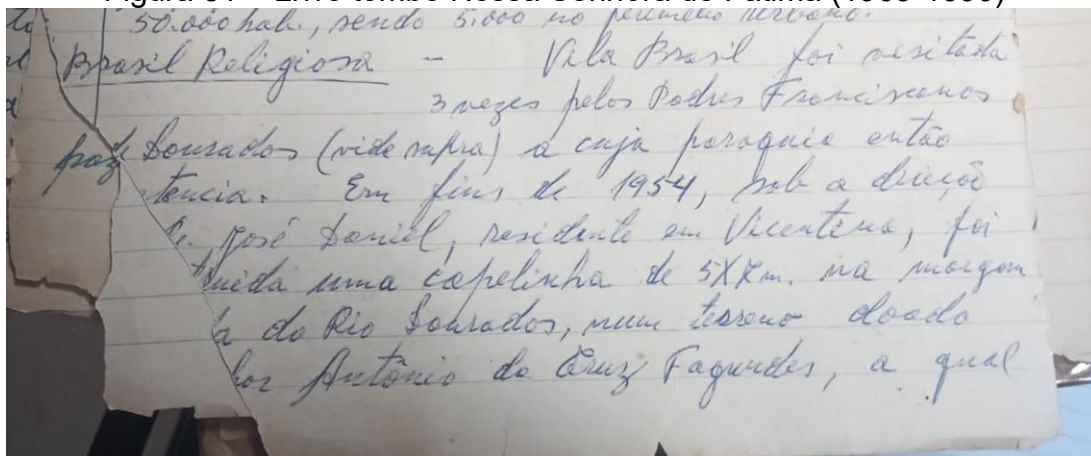
Ao tomar conhecimento da notícia, o Padre José Daniel, que já se encontrava em Vicentina, montou em seu cavalo e dirigiu-se rapidamente ao local para reservar um terreno destinado à construção de uma capela (Revista Rainha, 1979, p. 13).

Mesmo residindo na subsede (atual Vicentina), o Padre José Daniel prestou atendimento aos moradores de Vila Brasil, deslocando-se até a localidade regularmente, até o ano de 1956. No entanto, no final de 1954, iniciou a construção da primeira capela de Vila Brasil, ainda na margem esquerda do rio Dourados. O primeiro sacerdote a assumir a capela foi Amadeu Amadori, em dezembro de 1956,



conforme registrado no *Livro Tombo* da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, referente ao período de 1963 a 1990, identificado em sua capa, na página 6.

Figura 31 – Livro tomo Nossa Senhora de Fátima (1963-1990)



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima.

Nesse registro, lê-se: “Para fins de 1954, sob a direção do Padre José Daniel, residente em Vicentina, foi construída uma capelinha de 5 x 7 metros, na margem do rio Dourados, em um terreno doado pelo senhor Antonio da Cruz Fagundes, a qual funcionou até 30 de maio de 1957, data da inauguração da nova matriz”.

Sobre os atendimentos paroquiais, encontra-se no mesmo livro o registro:

Em 1955, Vila Brasil era visitada mensalmente e em 1956 passa a ser quinzenalmente pelo Padre Daniel com o desenvolvimento da vila, a necessidade de assistência religiosa e o Padre José Daniel com os múltiplos trabalhos da extensa paróquia da Glória, já não podia satisfazer as necessidades espirituais de Vila Brasil. Em vista disso, em 1956 chega Pe. Amadeu.

O trabalho dos padres palotinos configurava-se como ação missionária de cunho social, que consistia, sobretudo, na criação de escolas, igrejas e hospitais, construídos com o auxílio das comunidades locais.

Em Fátima do Sul, foram fundados três grupos escolares: a Escola Primária Vicente Pallotti, o Instituto Dom Pedro II e o Colégio Vila Brasil. Na área da saúde, foi criado o Hospital Maternidade Maria Machado Lemos. No campo religioso, edificaram-se a capela e, posteriormente, a matriz. A própria denominação da cidade remete à devoção a Nossa Senhora de Fátima.

Em Vicentina, construíram a primeira capela e a atual matriz. Fundaram a Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos e, posteriormente, o Ginásio Comercial

Vicente Pallotti. O nome do município também faz referência ao catolicismo, na figura do fundador da Ordem Palotina, Vicente Pallotti.

Em Glória de Dourados, edificaram a matriz e o Ginásio Comercial 7 de Setembro.

## 2.8 Padre José Daniel em Vicentina

Vicentina surgiu em decorrência do atraso nas demarcações e na abertura das matas na localidade de Vila Glória (Glória de Dourados), área inicialmente destinada à instalação do escritório do Instituto Nacional de Colonização (INIC). Sobre esse processo, a *Revista Rainha* informou:

O sonho do Pe. Daniel, era acompanhar os imigrantes, conforme se fossem adentrando pelos caminhos que estavam sendo delineados e provisoriamente abertos [...] A sede da colônia seria Glória de Dourados. Como ainda faltassem 30 quilômetros de roçada, resolveram construir ali mesmo um barracão e instalar a subsede. E Pe. Daniel passou a morar ali [...] segundo suas previsões, aquele barracão seria a semente de uma grande cidade, visto tratar-se de um lugar estratégico: estava situado próximo a um cruzamento de estradas, pouco além do rio Dourados. Em homenagem ao fundador dos Palotinos, São Vicente Pallotti, Pe. Daniel deu à subsede o nome de Vicentina (Revista Rainha, 1979, p. 11).

Após a tomada dessa decisão de criação da cidade, os trabalhos de acolhimento dos colonos que ali chegavam, a abertura da mata e a construção de casas e barracões pelos próprios moradores contribuíram para a consolidação da subsede, bem como para o surgimento de comércios, farmácias, igrejas e escolas.

Com a derrubada da mata e a preparação inicial do terreno, os colonos conseguiam erguer suas casas de pau a pique para dar início às lavouras, na expectativa de que estas fossem produtivas e garantissem a subsistência familiar.

Na Figura 32, observa-se um dos pioneiros do vilarejo, Takeshi Yassunaka, que contribuiu significativamente para a abertura das estradas e se destacou como figura importante na colônia japonesa estabelecida na chamada 3ª Linha, zona rural de Vicentina.

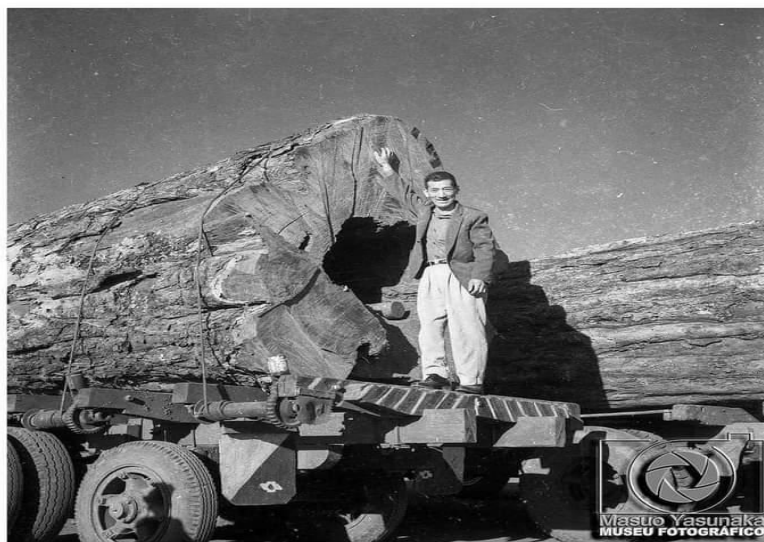
Figura 32 – Casa dos colonos (197?)



Fonte: Masuo Yassunaka.

A Figura 32 conduz à reflexão sobre o intenso desmatamento ocorrido na região sul de Mato Grosso durante o processo de colonização e sobre a comercialização de madeira, sobretudo pela Colonizadora Pinho e Terras, responsável pela venda de parte dos lotes da CAND. Trata-se de um processo intenso e contínuo, que incentivou a ocupação do território e resultou na exploração dos recursos naturais de uma área originalmente coberta pelo Cerrado e pela Mata Atlântica, em função da expansão da agricultura e da pecuária.

Figura 33 – Extração de árvore em Vicentina (1975)



Fonte: Masuo Yassunaka.

O Padre José Daniel também contou com o apoio das famílias da colônia japonesa denominada Matsubara, estabelecida na terceira linha rural de Vicentina e em lotes mais centrais da CAND, nos anos de 1955 e 1956. Esses migrantes chegaram ao Brasil no contexto do pós-guerra no Japão, motivados pela expectativa de viverem tempos de fartura e progresso nas terras da CAND. No entanto, enfrentaram inúmeras dificuldades no processo de adaptação. A principal fonte de renda era o cultivo do café, como se observa no registro iconográfico.

Figura 34 – Japoneses cultivando o café (1975)



Fonte: CMV (2019).

Nessas ações de acolher as famílias, conduzir o trabalho e exercer os ofícios próprios do sacerdócio, segundo o suplemento da *Revista Rainha* (1979), o Padre José Daniel iniciou sua missão: “Alugando um barraco para escritório, moradia e Igreja. Construiu a primeira capela, arrastando a madeira com seu velho jipe. Mais tarde conseguiu construir uma casa de alvenaria. E assim foi criando condições de vida e trabalho” (*Revista Rainha*, 1979, p. 12).

As informações encontradas na *Revista Rainha* acerca dos ofícios do Padre José Daniel retratam a figura do sacerdote como herói. No entanto, é importante considerar que sua atuação também foi viabilizada por recursos governamentais, apoios externos e pela mobilização de diferentes agentes interessados na implementação do chamado progresso local. Como ressalta Marin (2013, p. 341), “nos povoados de Vila Brasil, Vicentina e Glória de Dourados, a Igreja Católica recebeu terrenos do Estado para a construção de edifícios religiosos, escolas e obras assistenciais”.

Em 1º de agosto de 1963, o Padre José Daniel lavrou o termo de abertura do primeiro e único *Livro Tombo* por ele redigido, no qual registrou acontecimentos referentes à cidade de Vicentina e às suas atividades como padre e educador. Esses registros abrangem o período de 1963 a 1976, dois anos antes de sua morte.

O documento informa que, em 1967, foi inaugurado o primeiro posto telefônico de Vicentina, tendo como primeira telefonista Maria Helena Xavier Marangão. Registra-se, ainda, que, em 9 de julho de 1974, com a presença do presidente Geisel e do governador Garcia Neto, foi implantada a energia elétrica para a população local; até então, utilizava-se um gerador que funcionava até as 22 horas.

Figura 35 – Avenida da cidade em 1976 com os postes de energia



Fonte: CMV (2019).

O Padre José Daniel realizou um trabalho intenso ao chegar à região da CAND, percorrendo cidades, acolhendo colonos, cobrando melhorias da administração e fundando escolas e igrejas. Paralelamente, seguia as normativas de sua congregação palotina, voltadas à conquista, expansão e controle de espaços e fiéis.

No próximo capítulo, analisamos sua atuação na condução da educação em Vicentina, especialmente no exercício das funções de professor e diretor, na construção das escolas e na formação de professores e alunos, ao mesmo tempo em que mantinha suas práticas sacerdotais.

### **3 PADRE JOSÉ DANIEL: UM SACERDOTE EDUCADOR**

Este capítulo tem por objetivo apresentar a figuração do Padre José Daniel em seus trabalhos como educador, diretor escolar e professor, bem como a criação e o funcionamento das primeiras escolas, cursos e a formação de professores em Vicentina, até o período de seu falecimento.

#### **3.1 As Instituições escolares**

Esta seção examina a constituição e o desenvolvimento das instituições escolares em Vicentina, destacando a gênese da Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos e sua posterior incorporação à rede estadual de ensino. Analisa-se o papel central do Padre José Daniel na organização, na expansão e na consolidação da estrutura escolar, evidenciando as redes de apoio político, comunitário e internacional que viabilizaram o projeto educacional. A seção aborda, ainda, a arquitetura da escola como símbolo de modernidade, as mudanças institucionais ao longo do tempo e a inter-relação entre educação, religião e poder na formação da cultura escolar local.

A genealogia das instituições escolares de Vicentina no período elencado para esta pesquisa inicia-se com a Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos, posteriormente desativada, que passou a funcionar em um novo e amplo prédio de dois pisos, com 25 salas de aula, concebido e construído a partir dos ideais do Padre José Daniel. No mesmo período, havia o Colégio Estadual Deputado Weimar Torres, que atendia da 1ª à 4ª série, mas não estava sob a administração do padre, e sim do Estado de Mato Grosso, com diretor nomeado. Nas Figuras 35 e 36, registram-se as duas primeiras escolas de Vicentina.



Figura 36 – Escola Rainha dos Apóstolos ao lado direito da capela (1958)



Fonte: CMV (2019).

Figura 37 – Escola Estadual de I Grau Weimar Torres (1978)



Fonte: CMV (2019).

A Escola Estadual de I Grau Weimar Torres começou a funcionar em 1973, tendo sido criada oficialmente pelo Decreto nº 2.379, de 18 de dezembro de 1974. A primeira autorização foi concedida para o funcionamento do ensino de 1ª a 4ª série, ratificada pelo Decreto nº 849/1976, de 18 de março de 1977; anos depois, a instituição foi desativada.

A Escola Rainha dos Apóstolos foi criada por meio do Decreto nº 476, de 17 de abril de 1963, e autorizada a funcionar pela Portaria nº 226, de 23 de agosto de 1963, e pela Portaria nº 25, de 20 de novembro de 1967. O “ensino de primeiro grau de I a VIII” foi autorizado a funcionar na escola por meio da Autorização nº 133/76, de 10 de





noite, presentes: Padre Daniel, Américo Brigatti, Eutácio Caetano Brás e outros [...], procedeu-se à abertura da Escola Paroquial para melhor educação de nossos filhos”. Tais nomes correspondiam a pessoas consideradas influentes na época, que vieram de outras regiões para residir em Vicentina e passaram a auxiliar o padre nas demandas de criação do vilarejo, constituindo-se como nomes de sua confiança.

Foram muitas as mudanças de nomenclatura das instituições; no entanto, é possível esclarecer que, na Escola Rainha dos Apóstolos, localizada ao lado da igreja católica, funcionavam o Pré-Primário (pré-escola), o Primário (1ª a 4ª série), o Ginásio (5ª a 8ª série), também denominado de 1ª a 4ª série ginásial, os cursos profissionalizantes (auxiliar de escritório, corte e costura, datilografia, educação doméstica e iniciação agrícola) e os cursos técnicos, ofertados pela Escola Medianeira Mãe de Deus, que concediam diploma de 2º grau em Magistério (Curso Normal) e Contabilidade. Até meados da década de 1980, esses cursos eram ministrados conjuntamente. Observa-se que cada nível de ensino correspondia a uma denominação distinta. A professora Tomiko reforçou:

O Pré-primário chamava-se de Escola Santa Teresinha, da 1º a 4º série é Rainha dos Apóstolos, da 1º a 4º série do ginásio, era o ginásio comercial Vicente Pallotti. O primário era um nome e o ginásio era outro, todos os cursos, tanto do primário quanto do ginásio eram no mesmo prédio (Professora Tomiko, 2025).

Dispomos de uma fotografia do ano de 1976, na qual se registra a turma da professora Marleide Cristovam com as crianças que integravam a Escola do Pré-Primário.

Figura 39 – Turma do Pré-primário (1976)

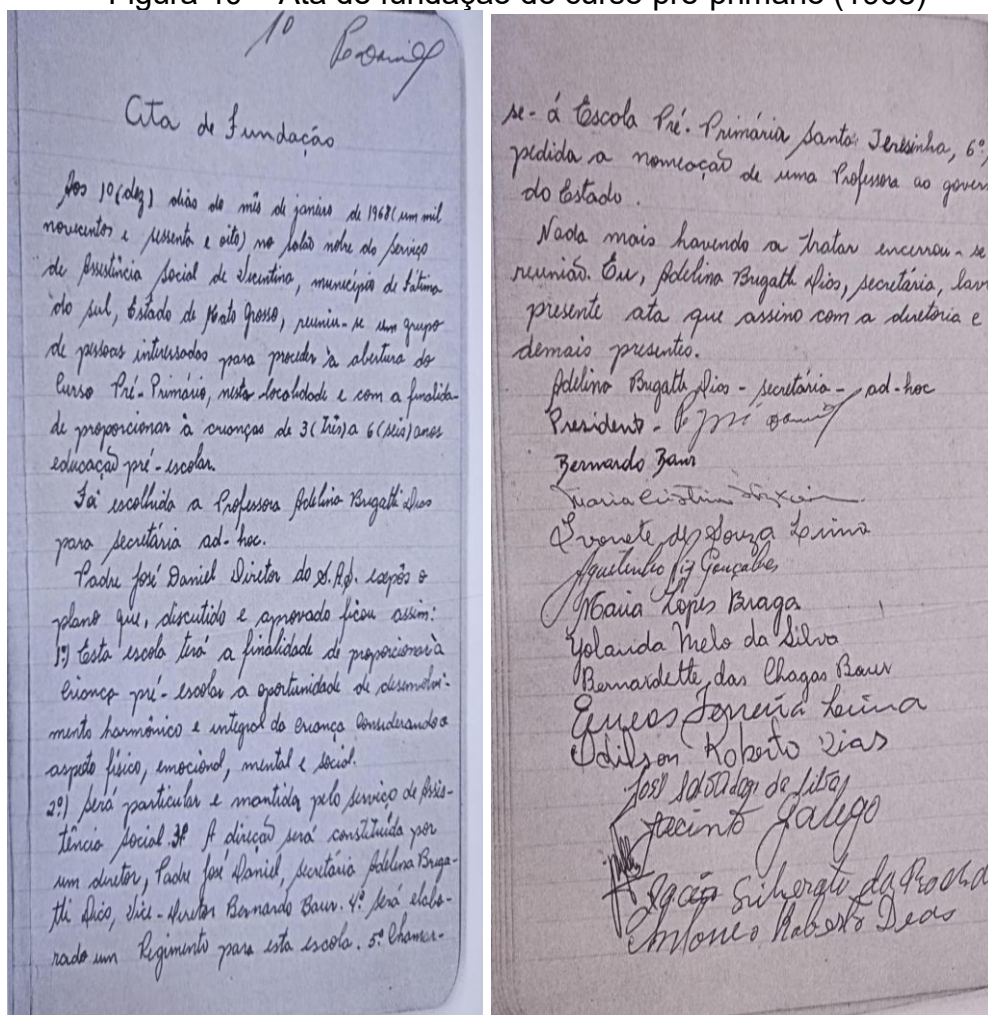


Fonte: CMV (2019).

As crianças, vestidas com blusas de uniforme com o nome bordado à mão na lateral do peito, aparecem, em sua maioria, usando calça e casaco; algumas estão de chinelo. A qualidade das roupas e dos sapatos reflete as condições econômicas da época. Posicionadas lado a lado no degrau da escola, com as mãos estendidas próximas ao quadril, junto à escadaria, evidenciam disciplina e uma organização rígida, na tentativa de manter a ordem. A professora encontra-se em posição mais elevada que a dos alunos, o que denota autoridade e responsabilidade, conforme a hierarquia estabelecida. As crianças, com semblante semelhante, misturando seriedade e desconforto por estarem sendo fotografadas, indicam retraimento e timidez.

Conforme a sua ata de fundação, o curso pré-primário era destinado às crianças de 3 a 6 anos de idade, e denominava-se Escola Pré-Primária Santa Teresinha, tendo como objetivo “proporcionar à criança pré-escolar a oportunidade de desenvolvimento harmônico e integral, considerando os aspectos físico, emocional, mental e social”. Essa educação era de caráter particular, mantida pelo Serviço de Assistência Social (SAS), tendo como diretor o Padre José Daniel, como secretária Adelina Brigatti e como vice-diretor Bernardo Baur, também nomes de destaque, eleitos pelo padre como parte de seu círculo de confiança.

Figura 40 – Ata de fundação do curso pré-primário (1968)



Fonte: Arquivo da Secretaria Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

O professor Martins (2024) lembra que a primeira escola da cidade “era de madeira e foi feita pela Associação Palotina; ao lado, havia a igreja, que também era de madeira”, como se visualiza na Figura 41. Ele menciona, ainda, que “tal escola estava instalada onde hoje se localiza o lado esquerdo da Igreja Matriz, próximo à estátua do Padre José Daniel, e possuía quatro salas, cozinha, palco e um salão com cerca de 15 metros de largura, destinado à realização de reuniões e formaturas”.

Figura 41 – Desfile do dia 7 de setembro de 1960



Fonte: Masuo Yassunaka.

Nesta figura, os estudantes encontram-se reunidos em um evento cívico, comum no Brasil em datas como 7 de setembro, quando se comemora a Independência do país. O desfile constituía uma forma de inculcar o patriotismo e o civismo entre os jovens, sendo compreendido como tradição de valor educativo.

Os uniformes e a disposição em fileiras refletem a hierarquia e a organização rígida. A imagem, registrada à frente da igreja, evidencia ainda traços de conservadorismo.

Posteriormente, as escolas em funcionamento foram transferidas de espaço, em razão da construção de uma escola de dois andares, com 25 salas de aula, destinada a abrigar todos os níveis de ensino, bem como os cursos técnicos, que estavam em expansão em decorrência do aumento das matrículas.

Figura 42 – Escola em fase de construção (1969)



Fonte: CMV (2019).

Em 1968, a Escola foi inaugurada, após o trabalho e o auxílio da população, sob a liderança do Padre José Daniel. A Instituição tornou-se referência na região por sua amplitude e pela quantidade de alunos que ali estudavam. Destacou-se pelo projeto considerado ousado e pela arquitetura moderna, especialmente em uma localidade de pequeno porte como Vicentina, naquele contexto histórico.

Com dois pavimentos, 25 salas de aula, escadas internas e externas, além de amplo espaço de circulação, a edificação representava algo incomum para a época. Sua inauguração constituiu um marco de modernidade em um vilarejo ainda em processo de consolidação.

A escola tornou-se símbolo de progresso, mobilidade social e pertencimento coletivo. Sua arquitetura, amplitude e organização espacial conferiam visibilidade concreta ao projeto civilizatório ali empreendido, reforçando o lugar central da instituição no imaginário local.

Figura 43 – Escola recém-inaugurada após construção da quadra



Fonte: CMV (2019).

Na Figura 44, observa-se o brasão do Estado de Mato Grosso do Sul, com o nome da instituição em seu entorno, seguido do nome da cidade. Essa insígnia foi utilizada no bolso dos uniformes escolares durante o período em que o Padre José Daniel esteve à frente da direção.



Figura 44 – Insígnia da Escola de 1978 a 1983



Fonte: CMV (2019).

Ao tratar das instituições escolares, é possível afirmar que tais construções e reformas só foram viabilizadas por meio de verbas provenientes de outras províncias, de pequenas promoções e do auxílio de um amigo pessoal do Padre José Daniel, o professor Bernardo Bauer, que possuía contatos e influência no exterior e trazia recursos da Europa. O ginásio, com os cursos técnicos em Contabilidade e Magistério, era de caráter particular, mas o padre aceitava, em alguns casos, o pagamento dos estudos por meio de produtos da lavoura: “O povo dava muita doação para ele, ele recebia as contas em frango, milho, porco, em tudo que você imaginar, vivia com coisas penduradas no cavalo” (Professora Leninha, 2024). Também fornecia bolsas de estudo, conforme relatado a seguir:

O padre Daniel, quando soube que tinha chegado família nova, correu lá e falou: Xavier, vamos fazer a matrícula dos seus filhos. Era pago, naquela época, da 5ª série em diante. Meu pai falou: Eu não consigo pagar, padre, vou começar a minha vida agora, não tenho dinheiro. O padre falou: Não vai pagar nada, não. Me chamou, fez uma prova comigo e falou: você passou, você não vai pagar. Estudei até a 8ª série e fazia o magistério e o técnico juntos, não tinha opção. Nós éramos 12 alunos, somos da primeira turma (Professora Leninha, 2024).

A concessão de bolsas de estudo, em um local no qual a maioria das famílias possuía limitações financeiras, facilitava o acesso e constituía uma ação caritativa; contudo, também funcionava como favor. Tal caráter filantrópico e cristão, diante da precariedade econômica e de pessoas consideradas *outsiders* na localidade por terem

chegado recentemente e ainda estarem se instalando na realidade local, pode revelar-se como mecanismo de poder, controle e legitimação da autoridade.

Para Norbert Elias (1990), o poder não deve ser compreendido como algo que um grupo possui de forma estática, mas como relação dinâmica de interdependência. Assim, a caridade pode converter-se em forma sutil de dominação, espécie de “poder benevolente”, sustentado não pela coerção, mas pela gratidão e pela necessidade.

As atividades escolares nesse novo prédio iniciaram-se no piso inferior, enquanto a parte superior ainda estava em obras. Tratou-se de um projeto ousado, concebido pelo padre, considerando ser um vilarejo que ainda aspirava a se desenvolver; no entanto, em razão de sua extensão, das demandas da obra e da falta de recursos, houve atrasos. Assim, a instituição iniciou o atendimento sem que a construção estivesse finalizada, e o padre não acompanhou sua conclusão total, vindo a falecer antes. O professor Marcelino relata que:

Faltou dinheiro... O professor Bernardo Baur trazia dinheiro da Suíça para ajudar na construção, e o senador Rachid Saldanha Derzi<sup>8</sup> também ajudou muito; ele era um dos políticos que mais se preocupava com a educação nesta região. Então, sempre que o padre Daniel pedia dinheiro para dar continuidade às etapas da escola, o senador enviava, e muitas vezes vinha trazer pessoalmente (Marcelino, 2024).

O fragmento da fala evidencia a figuração do padre como administrador local, que articulava parcerias e apoios e mantinha proximidade com pessoas influentes do campo político. Ademais, o professor Bernardo Baur, conforme consta em seu termo de posse para atuar como professor em 1973 no Colégio Comercial Vicente Pallotti, era filho de Gottfried e Josefa, nascido na Suíça, no município de Sarmenstorf.

---

<sup>8</sup> Rachid Saldanha Derzi (1917-2000) foi um influente médico, industrial, pecuarista e político brasileiro, conhecido como "senador de ferro". Representou Mato Grosso e, posteriormente, Mato Grosso do Sul, com longa trajetória na UDN, ARENA e PMDB, destacando-se como deputado federal, senador e líder no Congresso.

Figura 45 – Professor Bernardo Baur com alunos



Fonte: CMV (2019).

Na fotografia, observa-se o professor Bernardo Baur sentado nos degraus da escada da escola, na primeira fileira, ao centro, junto de seus alunos. O professor sempre esteve ao lado do Padre Daniel, ora lecionando, ora atuando como diretor adjunto, ora como amigo pessoal e colaborador na assistência social.

A professora Leninha (2024) nos permite visualizar a relação do Padre José Daniel com o Professor Bernardo Baur quando diz: “O Padre dava tudo para a gente, roupa, caderno e outras coisas que vinham da Suíça pela pessoa do Bernardo Baur”.

Além desses recursos, havia as promoções locais, denominadas quermesses.

Era a quermesse com leilão. O povo da região, que era totalmente agrícola, vivia, em sua maioria, no sítio; a cidade era pequena e tinha muitos alunos, mas quase todos vinham da zona rural. Então, esse pessoal fazia questão de arrematar as prendas apenas para ajudar a escola. A gente arrecadava muito dinheiro fazendo esse tipo de quermesse. Geralmente durava um mês inteiro; se eu não me engano, era no mês de maio. E era muito dinheiro, mas não dava para tocar uma obra desse tamanho, porque a nossa escola é referência (Professor Marcelino, 2024).

É provável que a escolha do mês de maio para a realização das quermesses se desse por se tratar de um período considerado, na Igreja Católica, como mês mariano, dedicado à devoção a Nossa Senhora. Especificamente, a Congregação dos Padres Palotinos celebra, nesse mês, a Festa de Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, denominação atribuída à paróquia de Vicentina pelo Padre José Daniel desde sua chegada à localidade. No que se refere aos recursos financeiros destinados à escola e à igreja, “era uma coisa só”, conforme a Professora Leninha (2024).



Embora a escola não fosse intitulada como confessional, encontrava-se fortemente imbuída do catolicismo e da proximidade com a igreja, como se observa no seguinte relato: “Nossa escola, como era uma escola de padre, né? A escola tinha as orações antes de iniciar a aula e no final, entendeu” (Professora Tomiko, 2025).

Tal configuração evidencia a tênue fronteira entre o espaço escolar e o espaço religioso, na qual a Igreja exerceu centralidade na constituição das práticas educativas. Revela-se, assim, não apenas uma relação administrativa compartilhada, mas também a internalização da religião nas práticas cotidianas, permeadas por valores, ritos e linguagens de natureza religiosa, o que denota uma confessionalidade implícita, na qual o catolicismo se materializava no cotidiano pedagógico, não apenas como crença pessoal, mas como elemento estruturante da cultura escolar (Jean-Claude Forquin, 1993). É possível afirmar que a escola funcionava como uma extensão da paróquia, reafirmando a influência da Igreja na formação dos indivíduos.

Observa-se, portanto, um discurso do padre no qual a escola não era caracterizada como católica e se mostrava aberta a outras religiões; contudo, coexistiam, na instituição, ritos católicos e registros documentais que indicam o receio quanto à expansão de outras denominações religiosas naquele espaço da colônia. O professor Martins (2024) explica como esse processo se dava:

Ele, além de educador e chefe religioso, nunca foi radical; sempre dava oportunidade aos evangélicos que queriam estudar. Na aula de ensino religioso, o professor passava de sala em sala e perguntava: você é da Igreja Cristã do Brasil, da Assembleia ou da Batista? Vá para a última sala, onde o Martinzinho vai ler um trecho da Escritura para vocês. Então, era dessa forma: no ensino religioso, ele não dispensava ninguém; mudava-se a forma doutrinária, mas a palavra de Deus é uma só (Professor Martins, 2024).

A professora Leninha (2024) indicou que:

Havia um livro-ponto em que, toda segunda-feira, o professor assinava se tinha ido ou não à missa e se havia se confessado uma vez por mês [...] Na Semana Santa, ele levava todo mundo a noite toda para rezar [...] Ele construiu uma capela no fundo da igreja com a imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição, a quem tinha devoção, e fazia missa todo mês lá (Leninha, 2024).

Conforme os relatos, a escola funcionava como um ambiente de disciplinamento moral e espiritual, no qual a obediência e a adesão a padrões de

conduta cristãos eram monitoradas e reforçadas institucionalmente. Observa-se que a proposta educativa estava profundamente imbricada com a religiosidade, articulando processos de evangelização, instrução e moralização. Além disso, a construção da capela e a devoção mariana promovida pelo padre Daniel demonstram que o poder religioso não se limitava à imposição normativa, mas incorporava também dimensões afetivas e simbólicas, legitimando a presença católica na vida escolar. A escola, portanto, configurava-se como espaço em que formação intelectual e formação espiritual se desenvolviam de maneira indissociável.

As instituições escolares de Vicentina não podem ser compreendidas apenas como espaços formais de instrução, mas como núcleos estruturantes da constituição social, cultural e simbólica da localidade. Desde a criação da Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos até sua incorporação à rede estadual, evidencia-se um processo em que educação, religião e organização comunitária estiveram profundamente articuladas, configurando experiência escolar singular, marcada por forte protagonismo clerical. A atuação do Padre José Daniel revela-se central nesse percurso, não apenas como fundador ou administrador, mas como articulador de redes de interdependência que envolveram lideranças locais, apoio político e recursos internacionais, especialmente por intermédio do professor Bernardo Baur.

Tal dinâmica confirma a perspectiva eliasiana segundo a qual o poder se constrói nas relações e nas teias de dependência mútua. A filantropia, as bolsas de estudo, o aceite de pagamentos em produtos agrícolas e as quermesses não eram apenas estratégias de manutenção financeira, mas mecanismos de integração social e, simultaneamente, de legitimação da autoridade religiosa e moral do padre na comunidade. Nesse contexto, as práticas assistenciais e festivas também operavam como dispositivos de fortalecimento de vínculos e de consolidação de lideranças.

Embora não oficialmente confessional, a escola incorporava práticas, ritos e valores católicos ao cotidiano pedagógico. As fronteiras entre paróquia e escola tornavam-se, assim, menos nítidas: orações diárias, acompanhamento da vida sacramental dos professores e realização de eventos religiosos indicavam uma cultura escolar atravessada pela religiosidade, na qual evangelização e instrução caminhavam lado a lado. A abertura formal a estudantes de outras denominações não eliminava a centralidade católica, mas a reorganizava sob uma lógica integradora e, ao mesmo tempo, hierarquizante.

Desse modo, a análise das instituições escolares de Vicentina evidencia que a escola operou como espaço de formação intelectual e de construção de identidades, consolidação de lideranças e produção de pertencimento social. Mais do que um equipamento educacional, constituiu-se extensão da paróquia e eixo organizador da vida comunitária, no qual educação, fé, poder e desenvolvimento local se entrelaçavam, contribuindo decisivamente para a configuração histórica da cidade e para a formação dos indivíduos.

### **3.2 Catequizar, Instruir e Civilizar**

Esta seção analisa como, no contexto de Vicentina, a ação educativa conduzida pelo Padre José Daniel articulou catequese, instrução escolar e disciplinamento moral, configurando um projeto formativo que ultrapassava os limites da sala de aula. À luz do conceito de processo civilizador, de Norbert Elias, examinam-se o papel do Serviço de Assistência Social (SAS), o regimento interno da escola, as práticas disciplinares e os rituais religiosos e cívicos, evidenciando como a instituição escolar operava, simultaneamente, como espaço de escolarização, evangelização e formação de condutas, ao consolidar uma cultura escolar marcada pela centralidade da autoridade religiosa e pela modelagem de comportamentos individuais e coletivos.

A entidade SAS constituiu-se como um serviço de assistência social, fundada em Vicentina e dirigida pelos padres da Sociedade Vicente Pallotti no ano de 1959, em assembleia, e possui centralidade nesta investigação. Conforme registrado em ata, a associação possuía estatuto que regia seu funcionamento, no qual estavam estabelecidos seus objetivos: atuar nos campos educacional e religioso, bem como na assistência à saúde, na higiene e na recreação, tendo como objetivo principal atender camponeses pobres. Essa disposição estatutária revela uma concepção educativa ancorada em valores confessionais, na qual o ato de educar ultrapassa o campo pedagógico e se projeta como extensão da ação pastoral. Tal perspectiva encontra respaldo na tradição católica de atuação social e educativa, que, historicamente, compreende a escola como espaço de evangelização e formação moral (Azevedo, 1996).

No Artigo 5º do Estatuto nº 1 do SAS, estabelece-se que a diretoria deve ser sempre exercida por um palotino e que este poderia exonerar os demais membros quando julgasse necessário. Ao determinar isso, observa-se uma estrutura de

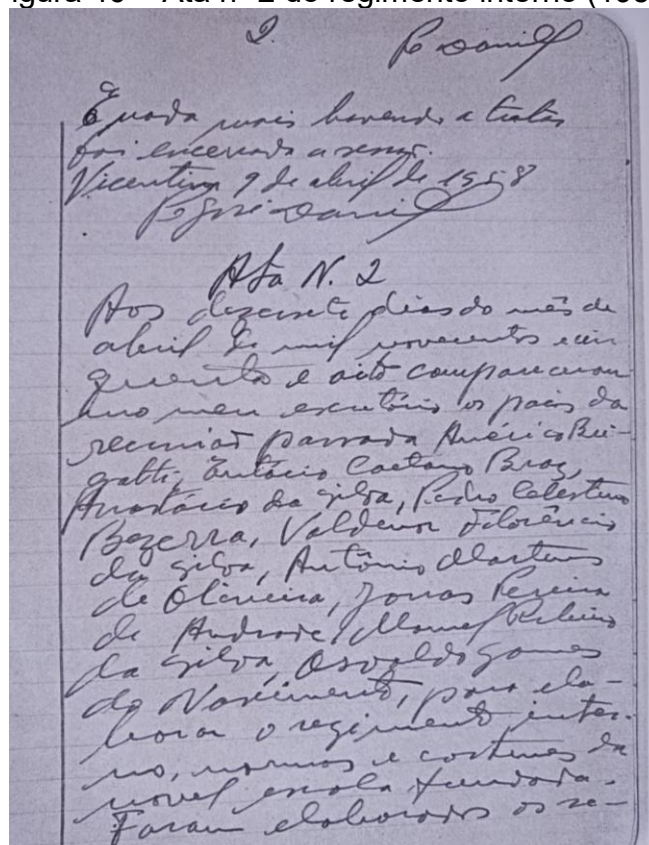
governança centralizada e hierarquizada, típica de organizações religiosas. Essa configuração institucional reflete um modelo de autoridade baseado na verticalidade e na obediência como dispositivo de poder, mais próximo das práticas eclesiais do que de princípios democráticos de gestão escolar.

A entidade era mantida pelos padres, pela província palotina, por sócios, pela comunidade local, por meio de doações, e pelo poder público, que contribuía no setor educacional. Em 1970, o estatuto foi reformulado em assembleia e a regra de se ter apenas um palotino na direção foi alterada. Diante disso, realizou-se uma eleição, na qual o Padre José Daniel foi eleito e permaneceu à frente dos trabalhos. Tãmanha era sua imagem de autoridade que poucos ousavam se opor.

O relatório do SAS, de 1976, registrava: “O patronato de menores Filhos de Colonos sustentou 6 menores órfãos, dando-lhes mesa, cama, roupa e instruções. A escola agrícola paroquial dedicou-se ao trabalho prático de doar terras aos pobres e lhes ensinar o plantio do café, para que estes tenham seu próprio sustento”. A participação do Padre, que, além de sacerdote e diretor escolar, exercia a presidência do SAS, evidencia o uso desse mecanismo para ampliar o trabalho social e assistencial, conforme o professor Marcelino (2024): “O padre Daniel sempre foi assim, uma pessoa preocupada com o social, com a educação, com a saúde e com a alimentação”.

A escola possuía regimento interno em consonância com as diretrizes do SAS e financiado, em parte, pela entidade. O documento foi elaborado pelo padre Daniel e assinado em ata, juntamente com uma comissão, conforme se visualiza a seguir.

Figura 46 – Ata nº 2 do regimento interno (1958)



Fonte: Secretaria Paroquial Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

Tal regimento foi registrado em ata no dia 16 de abril de 1958, no escritório do padre, para elaboração do regimento interno com normas e costumes da escola. Foram elaborados os seguintes estatutos e regimentos internos que, segundo o documento, seriam “para valer para sempre”, o que reforça a dimensão de controle e autoridade. O regimento possui 14 artigos, dos quais serão apresentados alguns trechos cuja leitura fidedigna foi possível, em razão da caligrafia complexa no documento original.

No Artigo 1º, lê-se: “A Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos da subsele de Dourados é uma educação particular desde abril de 1958 e se destina a educação primária e de posse dos padres palotinos”. No Artigo 2º: “A escola é regida pela legislação específica do Mato Grosso e por este regimento interno de normas e costumes”. No Artigo 3º: “A escola tem um diretor nato e vitalício na pessoa do Padre José Daniel, uma diretoria composta de três, quatro, ou cinco membros nomeados pelo diretor por tempo indeterminado, mais um conselho de professores nomeados pelo diretor”. A professora Leninha (2024) corrobora tal análise ao mencionar que ele sempre dizia que “tudo era dele” ao se referir aos estabelecimentos, fazendo uso

recorrente dos termos “meu” e “minha” como marcas de posse. No Artigo 4º: “Esta escola necessita da contribuição dos pais e alunos [...]”.

O Artigo 5º estabelece que: “Todo aluno é matriculado para a educação integral e não só para ler e escrever”, o que suscita a questão sobre quais outros elementos compunham essa “educação integral”. Já o Artigo 6º expressa: “Todos os alunos devem ter seus pertences apresentados à mesa e o uniforme é obrigatório. Parágrafo I - todo pai deve comparecer à escola quando chamado”.

A professora Tomiko (2025) relata um acontecimento que marcou sua memória e se aproxima dessa questão: “Estávamos no corredor, era um dia frio e eu fui apenas com o casaco, sem o uniforme por baixo. De repente, chega o padre na roda de amigos em que estávamos e ele pergunta para a minha amiga se ela estava com o uniforme por baixo, na frente de todos, e que era para mostrar [...]”. Esse episódio denota a disciplina rígida imposta pelo padre. Sobre isso, a professora Leninha também se recorda de uma situação semelhante:

Um dia, eu fui com uma regata e estava na porta conversando. Ele já tinha mandado fazer o uniforme e disse: Helena, cadê sua roupa? Eu não quero essa roupa na escola, não. Roupa de mulher à toa. Amanhã, quero você de uniforme. No outro dia, quando me viu de uniforme, chegou e falou: Eita, minhas professoras são bonitas, esse uniforme é maravilhoso. Ele era carinhoso, mas, na hora de brigar, brigava (Professora Leninha, 2024).

Tal documento, analisado em paralelo aos discursos das professoras, evidencia a tentativa do padre de regular não apenas o comportamento, mas também o corpo feminino, segundo padrões morais legitimados pela autoridade religiosa, o que resultava em constrangimentos públicos. À luz da teoria de Norbert Elias (1994), o episódio pode ser compreendido como parte do processo civilizador, isto é, um movimento histórico de internalização das normas sociais e de regulação das condutas, especialmente no que se refere à contenção das emoções e à conformidade com expectativas sociais.

O Padre José Daniel, na condição de fundador e dirigente da escola, passa a instaurar um modelo de comportamento considerado adequado, impregnado de valores morais e religiosos, no qual disciplina e decoro eram concebidos como virtudes civilizatórias. Destarte, o uniforme ultrapassa o papel funcional de padronizar

a vestimenta escolar e torna-se instrumento simbólico de controle e pertencimento, expressando o ideal de ordem e modéstia que sustentava o *ethos* da Instituição.

Elias (2001) argumenta, ainda, que o indivíduo aprende a regular seus impulsos a partir da internalização das normas sociais. A fala da professora ilustra esse movimento: o constrangimento inicial, imposto pela autoridade do padre, é posteriormente incorporado como parte do *habitus* escolar, naturalizando a ideia de que certas formas de vestir-se ou comportar-se são moralmente superiores. Assim, o gesto aparentemente paternal e “carinhoso” do padre contém carga disciplinar, reforçando um lugar social atribuído à mulher, no qual obediência e modéstia se convertem em virtudes morais.

O Artigo 7º estabelece: “Os alunos são obrigados a colaborar com a escola para a limpeza da mesma. Parágrafo único - Sábado é dia de aula que pode ser substituído por trabalhos manuais através de serviço religioso, artístico e mesmo pela limpeza da escola”. Sobre esse item, o professor Marcelino (2024) acrescenta que “a limpeza da escola era feita pelo aluno, não é? Todo dia ele escalava 2 alunos para varrer e arrumar as carteiras, passar o pano na poeira e tal. E funcionava, ninguém reclamava e a escola funcionava muito bem”. Pode-se pensar em uma concepção de educação na qual trabalho e disciplina constituem elementos indissociáveis da formação moral. Elias (1994) indica que as instituições sociais, entre elas a escola, desempenham papel central na modelagem dos comportamentos individuais.

A exigência de limpeza e de colaboração cotidiana expressa um sistema de normas orientado à autodisciplina e ao controle das condutas, aspectos que, segundo Elias, caracterizam a transição da coerção externa para o autocontrole internalizado. A escola, nesse contexto, configurava-se como um espaço no qual se aprendiam não apenas conteúdos curriculares, mas também formas socialmente consideradas “adequadas” de ser e de viver em comunidade. Além disso, ao afirmar que “ninguém reclamava”, o relato evidencia o processo de naturalização dessa prática, indicando como o controle foi progressivamente internalizado e legitimado pelos próprios sujeitos, que passam a perceber relações assimétricas de poder não como imposição, mas como parte constitutiva do cotidiano escolar.

Ainda que o ato de limpar a escola, embora interpretado como exercício de responsabilidade, revela igualmente uma dimensão moralizante, característica das instituições confessionais, nas quais o trabalho manual é frequentemente associado à virtude, à disciplina e à ideia de purificação pelo serviço ao próximo.

Em seguida, apresenta-se o Artigo 8º segundo o qual “Nenhuma reclamação pode ser feita aos professores e outros subalternos, unicamente ao diretor ou diretoria”.

Parágrafo I - Todo pai de aluno que dirigir palavras injuriosas ou agredir fisicamente qualquer professor ou subalterno ou o diretor ou membros da diretoria será punido na forma máxima, isto é, expulso. Parágrafo II- nos pais ou responsáveis podemos exigir que a pessoa ofendida ou agredida seja diretor ou professor, ou outro membro funcionário revidе da mesma maneira podendo usar viés físico aplicando-lhe a vara da correção ao aluno que tiver tal comportamento.

O artigo 8º, do parágrafo I, evidencia a centralidade da autoridade escolar e a necessidade de sua preservação simbólica. A sanção máxima, consistente na expulsão, não se dirige apenas ao comportamento violento em si, mas atua como mecanismo de proteção institucional, ao reforçar a inviolabilidade da autoridade do diretor. Observa-se, assim, uma tentativa explícita de resguardar a figura do educador diante de possíveis conflitos com as famílias.

No parágrafo seguinte, ao afirmar que pais ou responsáveis podem exigir que a pessoa ofendida “revidе da mesma maneira”, inclusive utilizando “a vara da correção”, o regimento institucionaliza a punição física como prática legítima de disciplinamento, convertendo-a em normatização formal. Ademais, a expressão “vara da correção” carrega forte conotação moral e religiosa. A punição corporal não aparece como exceção, mas como recurso autorizado e legitimado pela instituição.

A escola assume não apenas a função de instrução intelectual, mas também a de correção moral e comportamental, valendo-se de instrumentos coercitivos considerados socialmente aceitáveis naquele período. É importante considerar que, até as últimas décadas do século XX, práticas de castigo físico eram amplamente toleradas em diversas instituições escolares brasileiras, sobretudo em contextos marcados por forte influência religiosa e por concepções tradicionais de autoridade.

A figura do professor e do diretor era revestida de poder quase incontestável, e a disciplina era compreendida como condição indispensável à formação moral. À luz de Norbert Elias, tais práticas podem ser interpretadas como parte de um processo civilizador específico, no qual o controle das emoções e dos comportamentos era imposto externamente, por meio de regras rígidas e sanções corporais.



O Artigo 9º estabelece: “O educandário não vai aceitar alunos cujos pais não admitem sanções disciplinares”. Observa-se, nesse dispositivo, que a adesão ao regime disciplinar constituía condição prévia para o ingresso na escola. Trata-se de uma formulação que antecipa possíveis conflitos e assegura a concordância das famílias com a lógica normativa institucional. A escola não apenas estabelece regras internas, mas exige alinhamento moral dos pais, reforçando um modelo educativo baseado em autoridade incontestável e na legitimidade das punições como instrumento formativo. Nesse sentido, a instituição não se apresentava como espaço democrático, mas como ambiente estruturado por normas rígidas às quais as famílias deveriam se submeter.

O Artigo 14º dispõe que “toda autoridade está no diretor”. O conjunto desses dispositivos reafirma a concepção do Padre José Daniel como símbolo máximo da autoridade moral e espiritual da instituição, além de evidenciar a presença de práticas disciplinares rigorosas, associando a correção física à formação moral dos educandos. Ao determinar que “toda autoridade está no diretor”, explicita-se a centralização do poder decisório na figura do dirigente escolar. Considerando que o diretor era o próprio Padre José Daniel, o dispositivo consolida juridicamente uma autoridade já reconhecida, na prática, social e religiosamente. A direção não se restringia à esfera administrativa; incorporava dimensões morais, espirituais e comunitárias. Observa-se, assim, uma forma de poder na qual a figura do padre-diretor concentra funções pedagógicas, administrativas e religiosas.

A associação entre correção física e formação moral, implícita nesse conjunto normativo, indica que a disciplina era concebida como instrumento pedagógico legítimo e necessário à modelagem de comportamentos. A autoridade do diretor, por sua vez, aparecia como garantia da ordem e da integridade moral da instituição. A vigilância exercida pelo padre manifestava-se em diferentes dimensões da vida escolar, como evidenciam os relatos: “Ele mostrava como se sentava na igreja e dizia que a roupa da escola era uma, da igreja outra e da festa outra. E, se sentasse errado, ele dizia: senta direito, o que você tá fazendo? Vai ficar com a coluna doente” (Professora Leninha, 2024).

Do mesmo modo, a professora recorda que, “na época dos desfiles, quem não sabia marchar ele puxava o braço até a pessoa aprender, fazia desfilar direito e, quando não aprendia, chamava de ‘pata choca’ (risos)” (Professora Leninha, 2024). O desfile mencionado constituía um dos projetos escolares de maior relevância no

interior dessa cultura escolar, perdurando até meados dos anos 2000, por meio dos desfiles cívicos de 7 de setembro, realizados em conjunto com a fanfarra liderada pelo professor “Tonhão” (*in memoriam*).

Figura 47 – Desfile 7 de setembro na Avenida Pe. José Daniel



**Desfile de 7 de Setembro de 1970 na Av. Pe. José Daniel**

Fonte: CMV (2019).

Figura 48 – Fanfarra no Desfile 7 de setembro na Avenida Pe. José Daniel



**Umas das primeiras fanfarras na frente da Igreja Matriz.**

Fonte: CMV (2019).

A instrução sobre a postura na igreja, a diferenciação das roupas para diferentes ambientes e o controle durante os desfiles ilustram parte do processo civilizador (Elias, 2001) empreendido pelo padre junto aos colonos e a seus filhos. Tais práticas podem ser compreendidas como mecanismos de internalização de normas e comportamentos, promovendo autocontrole e regulação, como se observa

na correção da postura, na disciplina do vestir e na execução das marchas, nas quais os indivíduos aprendem a regular suas ações de acordo com padrões de conduta instituídos, incorporando expectativas externas como normas próprias.

Esses relatos mostram como a disciplina se entrelaça à afetividade, uma vez que o controle, embora severo, é acompanhado de formas de cuidado, como o ensino da postura correta para evitar problemas de coluna ou os elogios ao uniforme. Isso reforça a noção de Elias (2001) de que o processo civilizador combina coerção e internalização, isto é, normas externas que se convertem em práticas incorporadas pelos indivíduos.

Nos arquivos do CDR/UFGD, localizamos ofícios relevantes. No caso do Ofício nº 566, de 1976, da Delegacia Regional de Educação e Cultura de Fátima do Sul, encaminhado ao diretor Padre José Daniel, comunicava-se que deveriam ocorrer comemorações da Semana da Pátria, com início no dia seguinte, às 8h, conforme as condições do estabelecimento de ensino. Determinava-se, ainda, a divulgação do lema “Este é um País que vai para frente” e o uso obrigatório de fita verde e amarela pelos alunos. Tais orientações inserem-se no contexto do regime instaurado após o golpe civil-militar, que depôs o presidente da República, subordinou os poderes Legislativo e Judiciário e reprimiu instituições políticas da sociedade civil, sobretudo as sindicais e partidárias, inaugurando um regime autoritário que perdurou por duas décadas.

O documento evidencia como a escola funcionava como instrumento de disseminação de valores cívicos e ideológicos durante o período da ditadura militar. A obrigatoriedade das comemorações da Semana da Pátria, o lema “Este é um País que vai para frente” e a imposição do uso de fita verde e amarela pelos alunos indicam a intenção do Estado de consolidar um discurso nacionalista e de lealdade ao regime. O período ditatorial caracterizou-se pelo controle ideológico sobre instituições sociais, em especial as escolas, utilizadas para promover civismo, moralidade e obediência ao projeto político do governo militar. A participação em rituais cívicos e o uso compulsório de símbolos nacionais refletem uma estratégia de formação de sujeitos disciplinados e alinhados ao discurso oficial, na qual a escola atuava como espaço de socialização política.

A análise desenvolvida nesta seção permite afirmar que o projeto educativo implementado em Vicentina, sob a liderança do Padre José Daniel, ultrapassava os limites da instrução escolar formal, configurando-se como empreendimento social

amplo, no qual catequese, escolarização e civilização constituíam dimensões indissociáveis. A escola e o Serviço de Assistência Social (SAS) operavam como engrenagens de um mesmo mecanismo institucional, articulando assistência, formação moral, disciplinamento e organização comunitária.

À luz do conceito de processo civilizador, de Norbert Elias, foi possível compreender como normas, ritos, práticas corporais e dispositivos regimentais atuavam na modelagem de comportamentos e na internalização do autocontrole. O uniforme, a regulação da postura, a disciplina nos desfiles, o trabalho manual e as sanções previstas no regimento não eram meras exigências administrativas, mas instrumentos de formação moral, por meio dos quais se buscava produzir sujeitos disciplinados, obedientes e alinhados a valores católicos e cívicos.

O regimento interno, ao centralizar a autoridade na figura do diretor vitalício e ao exigir adesão irrestrita das famílias às sanções disciplinares, evidencia um modelo de gestão marcado pela personalização do poder e pela baixa abertura à contestação. A legitimação da punição física, historicamente situada no contexto de práticas amplamente toleradas no período, revela uma concepção de educação na qual a correção corporal era compreendida como instrumento legítimo de formação do caráter. Assim, a escola assumia não apenas a função de ensinar conteúdos, mas também a de moldar condutas, regular corpos e estabelecer padrões de moralidade.

Ao mesmo tempo, os relatos indicam que esse controle não se exercia exclusivamente pela coerção, mas também por meio de vínculos afetivos, elogios e gestos percebidos como cuidado, compondo uma dinâmica ambivalente, na qual disciplina e proteção coexistiam. Tal combinação reforça a leitura eliasiana de que o processo civilizador articula imposição externa e internalização gradual de normas, transformando expectativas sociais em disposições incorporadas pelos próprios indivíduos.

A inserção da escola nas práticas cívicas da Semana da Pátria e nos desfiles de 7 de setembro evidencia, ainda, sua participação na disseminação de valores nacionalistas durante o regime militar, ampliando o alcance do projeto formativo para além da dimensão religiosa. Catequizar, nesse contexto, significava também moralizar; instruir implicava disciplinar; e civilizar envolvia tanto a conformação a preceitos católicos quanto a incorporação de ideais de civismo e lealdade à ordem estabelecida.

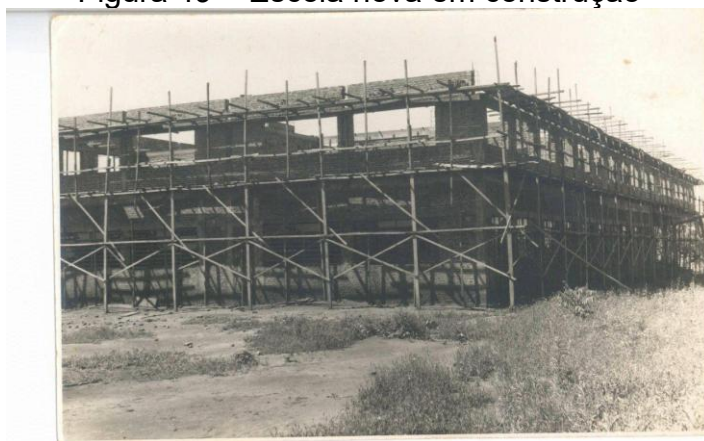
### 3.3 A formação dos indivíduos

O relato do Padre José Daniel, registrado em seu livro tombo, evidencia o crescimento da escola e a dinâmica de sua gestão. Ele menciona que, em 13 de dezembro de 1964, “encerramos o ano escolar com a diplomação de 30 alunos entre os primários, datilografia e corte e costura”. No ano seguinte, informa que “em primeiro de março de 1965 reabrimos o primeiro grupo escolar com 660 alunos e, no dia oito do mesmo mês, abrimos o ginásio com 90 alunos, e que tudo é dirigido pelo padre diretor e o corpo docente com vinte e seis professores”.

Esses trechos indicam não apenas o aumento expressivo do número de estudantes, mas também o impacto desse crescimento na estrutura física e organizacional da instituição. O salto de 30 alunos diplomados para centenas de matrículas no ano seguinte evidencia a necessidade de expansão.

O registro prossegue: “[...] reiniciamos a construção do segundo pavilhão e queremos sair com as fundações”. Tal construção pode ser visualizada na imagem a seguir:

Figura 49 – Escola nova em construção



Fonte: Arquivo do Professor Ivan.

O Padre informa ainda que “O Ginásio Comercial Vicente Pallotti formou os seus primeiros 11 ginastas no ano de 1965; esses adquiriram diplomas de auxiliar de secretário. O paraninfo foi o deputado federal Rachid Saldanha Derzi e o religioso padre Ademar Ferrari” (Padre José Daniel, Livro Tombo). O registro evidencia o avanço das obras da nova escola e a consolidação das primeiras turmas formadas, sinalizando a ampliação da oferta educacional na localidade.



A imagem a seguir retrata a cerimônia de formatura desses concluintes.

Figura 50 – Padre em formatura com autoridades



Fonte: CMV (2019).

Em 1966, o padre informa que: “Em dezembro, encerramos o ano letivo; como de costume, formamos 80 alunos do primário, datilografia, corte e costura, e 10 do ginásio”. Em 1968, registra: “Neste ano construímos quase todo o I pavilhão, ou melhor, o andar térreo da nova construção”, ao se referir à escola que estava sendo edificada.

Figura 51 – Divaldo de Faria na construção do andar térreo da escola



Fonte: CMV (2019).

Em 1969, o padre trata da abertura do ano letivo ao registrar que: “O colégio subiu, chegamos a 215 alunos; finalmente, terei que contratar professores de Dourados e Fátima do Sul. Compramos um jipe para as irmãs que vêm dar aula duas vezes por semana; assim, podemos dizer que nosso colégio está nas alturas!”.

O registro expressa a emoção diante do crescimento das matrículas e, ao mesmo tempo, evidencia o aumento das demandas institucionais, como a aquisição de veículos e a contratação de docentes em cidades vizinhas, em razão da escassez de profissionais locais.

A professora Tomiko, ao relembrar os docentes, corroborou essa informação:

Tinha o professor Rash, que lecionou também em Dourados. Tinha a professora Irmã Olga, que vinha de Glória, a Madalena Arada, a Helena. Tínhamos o Dr. Nildo, que dava aula de Direito na parte da Contabilidade, também de Glória de Dourados. Ele vinha porque tinha carro e podia vir, mas, quando o professor não podia, ele (o padre) mandava alguém ir buscar. Todos os dias, todas as semanas, faça chuva ou faça sol (Professora Tomiko, 2025).

Contudo, não era escolhido qualquer professor: “Se precisasse de mais professores, ele vinha falar conosco; nós éramos de uma comissão lá, e dizia: será que ponho fulano? Ele é boa pessoa? O que vocês acham? Ele fazia pergunta para o núcleo duro” (Professora Leninha, 2024). Tratava-se de uma comissão formada pelos primeiros professores e por outros colaboradores de sua confiança, o que evidencia a centralização dos processos decisórios.

Em 1970, registra no livro tombo que enfrentou “grandes dificuldades para o Colégio Comercial Vicente Pallotti, com um déficit de quase doze mil cruzeiros. Não tivemos verbas para cobrir a dívida, pois o nosso governo cortou tudo”. Em 1971, relata que “este ano tivemos quase pronto o nosso grande colégio”. Já em 1973, afirma que “as aulas iniciaram a doze de março como de costume, o colégio aumentou o número de matrículas”. Mesmo diante da ampliação do número de estudantes, a situação financeira permanecia deficitária.

O Padre José Daniel prossegue registrando, no livro tombo, informações sobre o campo educacional de Vicentina ao afirmar que:

Dia 20 de dezembro de 1976, encerramos o ano letivo, o diretor estava ausente 3 meses e o colégio decaiu em parte, mas graças a Deus tivemos bons resultados. O número de alunos chegou a cifra de 1658 alunos assim distribuímos pré primário 68, primário grau 1,033,

segundo grau técnico em contabilidade 89, normal magistério 91, internos gratuitos 6, semi-internos 5, datilografia 35, corte e costura 32, aprendizado doméstico 3, supletivo 44, projeto minerva 50, mobral 35, senac 105, tratoristas 32, diplomados 24, da profissão de técnico de contabilidade 26, de habilitação para o magistério de primeiro grau projetamos entregar o segundo grau ao governo.

A ausência do padre nesse período de três meses ocorreu em razão de problemas de saúde, que o levaram a deslocar-se com frequência ao Rio Grande do Sul para tratamento. Somado a esse fator, havia o déficit financeiro que já assolava a escola, sobretudo nos cursos de segundo grau. Diante desse contexto, no relatório de atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Social de Vicentina (SAS), referente ao ano de 1976, consta que:

A Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos, que passou a se chamar Escola de 1º e 2º graus Rainha dos Apóstolos sustentou e educou 68 alunos do curso Pré-escolar e no curso de 1º grau completo 1.033 alunos, de forma gratuita, pagando o governo Estadual apenas o corpo docente, administrativo e serventuário, arcando a Entidade com despesas médicas, dentária, merenda escolar, equipamento, biblioteca e prédio. Logo, o ginásio Comercial Vicente Pallotti, denominado após reforma de Escola de 1º e 2º graus Vicente Pallotti, sustentou 89 alunos do curso profissionalizante técnico em contabilidade e 91 alunos do curso de habilitação para o magistério e abriu o supletivo com 44 alunos gratuitos. E a escola de datilografia matriculou 35 anos com 25% de gratuidade. A escola de corte e costura em convênio com a prefeitura formou 32 novas costureiras gratuitamente. Do aprendizado doméstico houve 3 alunas gratuitas. O mobral alfabetizou em convênio com a prefeitura 36 alunos gratuitos. O projeto Minerva em convênio com o governo do estado lecionou 80 alunos gratuitos, arcando essa entidade com salas de aula, luz, água, limpeza e material didático. E curso de administração de pessoal e auxiliar de secretariado através do SENAC para 105 alunos e outro para motoristas de tratores com 32 alunos.



Figura 52 – Formatura do Curso de corte e costura em 1963 dado pela Professora Nativa



Fonte: CMV (2019).

As fontes demonstram que a escola se encontrava em processo de ascensão no que se refere ao número de matrículas. Para contextualizar o quantitativo de alunos aprovados no período desta investigação, recorreremos às atas de resultados finais da secretaria escolar do ensino primário, referentes às turmas da 1ª à 4ª série, entre os anos de 1973 e 1978, a fim de obter um panorama da demanda escolar.

Tabela 1 – Quantitativo de alunos do primário por série (1973-1978)

| Ano  | Série | Quantidade de alunos |
|------|-------|----------------------|
| 1973 | 1S    | 428                  |
|      | 2S    | 191                  |
|      | 3S    | 117                  |
|      | 4S    | 125                  |
| 1974 | 1S    | 222                  |
|      | 2S    | 101                  |
|      | 3S    | 167                  |
|      | 4S    | 96                   |
| 1975 | 1S    | 315                  |
|      | 2S    | 177                  |

|      |    |     |
|------|----|-----|
|      | 3S | 100 |
|      | 4S | 142 |
| 1976 | 1S | 149 |
|      | 2S | 218 |
|      | 3S | 156 |
|      | 4S | 133 |
| 1977 | 1S | 162 |
|      | 2S | 155 |
|      | 3S | 196 |
|      | 4S | 156 |
| 1978 | 1S | 130 |
|      | 2S | 146 |
|      | 3S | 129 |
|      | 4S | 172 |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao analisar os resultados das atas finais, constatamos que a escola recebia, por ano, em torno de mil alunos, distribuídos em suas diferentes séries, as quais eram organizadas em até cinco turmas, como ocorreu, por exemplo, na 1ª série. Essas turmas funcionavam nos períodos matutino e vespertino.

A professora Leninha corrobora essa informação ao afirmar que “naquele tempo a gente tinha 1200 alunos e ele dava conta de tudo. Ele era difícil de confiar nas pessoas, mas eu não tenho um grão de arroz para reclamar do padre; ele acolhia todo mundo, mas, na hora de falar, ele falava e ensinava como que fazia”.

Além disso, obtivemos os resultados finais do Ginásio Comercial, correspondentes às turmas da 5ª à 8ª série, no período de 1965 a 1970:

Tabela 2 – Quantitativo de turmas Ginásio Comercial (1965-1970)

| Ano  | Série | Quantidade de alunos | Ano  | Série | Quantidade de alunos |
|------|-------|----------------------|------|-------|----------------------|
| 1965 | 1º    | 44                   | 1969 | 1º A  | 54                   |
|      | 2º    | 23                   |      | 1 º B | 55                   |
|      | 3º    | 15                   |      | 2º A  | 14                   |
|      | 4º    | 11                   |      | 2º B  | 27                   |
| 1966 | 1º    | 20                   | 1970 | 3º    | 25                   |
|      | 2º    | 26                   |      | 4º    | 16                   |
|      | 3º    | 19                   |      | 1º A  | 30                   |
|      | 4º    | 12                   |      | 1º B  | 52                   |
| 1967 | 1º    | 48                   |      | 2º A  | 22                   |
|      | 2º    | 19                   |      | 2º B  | 46                   |
|      | 3º    | 27                   |      | 3º    | 33                   |
|      | 4º    | 13                   |      | 4º    | 22                   |
| 1968 | 1º    | 62                   |      |       |                      |
|      | 2º    | 33                   |      |       |                      |
|      | 3º    | 24                   |      |       |                      |
|      | 4º    | 19                   |      |       |                      |
|      | 4º    | 22                   |      |       |                      |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesse período, nota-se uma queda na quantidade de alunos formados, em razão do contexto em que muitos estudantes não conseguiam dar continuidade aos estudos ginasiais, por não serem gratuitos.

Sobre as refeições realizadas na escola, o professor Martins (2024) afirma que:

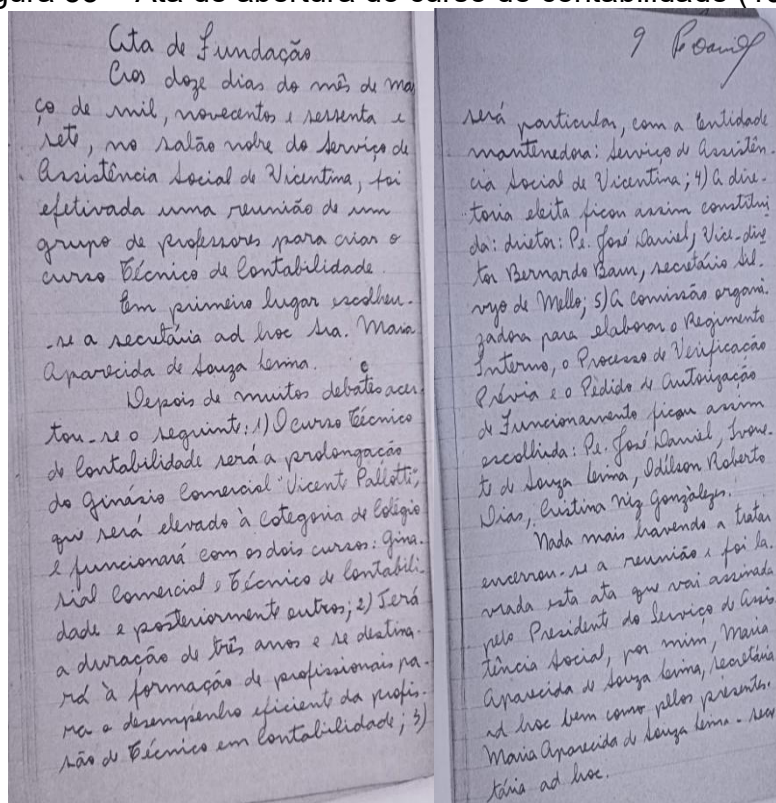
Todos os três dias por semana, que eu e eu reprovei no terceiro ano, eu e tinha a padaria do Policarpo onde todos os dias a gente ia buscar uns 30 kg de pães que tinha um convênio com os Estados Unidos chamado Aliança para o progresso e era enviado para as escolas. O leite nós mesmos que fazíamos [...] (Martins, 2024).

O professor Martins compartilha essa experiência com seu amigo João Vasconcelos: ambos eram responsáveis por buscar o pão na padaria e ferver o leite antes do início das aulas, a fim de servi-lo aos alunos no momento da merenda escolar. O Programa Aliança para o Progresso, lançado em 1961 pelo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, visava promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina. No Brasil, foi implementado por meio de diversos programas, incluindo “Alimentos para a Paz” e “Alimentos para o Mundo”, os quais envolviam a distribuição de alimentos, como leite em pó e trigo, com o objetivo de combater a desnutrição e melhorar a alimentação de populações em situação de vulnerabilidade. A distribuição ocorria, principalmente, em escolas públicas.

Em 1968, foi fundado o curso Técnico de Comércio, posteriormente denominado Técnico em Contabilidade. Durante a Era Vargas, o ensino comercial recebeu maior atenção por parte do Estado, a partir do Decreto nº 20.158/1931, no âmbito das chamadas Reformas Francisco Campos, que organizaram o ensino comercial e regulamentaram a profissão de contador, bem como do Decreto nº 6.141, que legislou sobre a organização do ensino comercial. Já com a Reforma do Ensino de 1971, o ensino comercial voltou a ser regulado, passando a ser conhecido como Técnico em Contabilidade, uma das habilitações do 2º grau.

A abertura do curso foi registrada em ata, como se mostra a seguir:

Figura 53 – Ata de abertura do curso de contabilidade (1967)



Fonte: Secretaria Paroquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos

A ata registra: “No dia 12 de março de 1967, no salão nobre do Serviço de Assistência Social, foi realizada a reunião de um grupo de professores para a criação do curso Técnico em Contabilidade. Este curso será a extensão do Ginásio Comercial Vicente Pallotti, que será elevado à categoria de Colégio. Terá a duração de três anos e se destina à formação de profissionais para o desempenho eficiente da profissão de técnico em contabilidade. Será particular, mantido pelo SAS. Terá como diretor o Padre José Daniel e como vice-diretor Bernardo Baur”.

No entanto, o curso funcionava em consonância com o curso de Magistério até o momento em que, segundo relato, “descobriram que dava os dois cursos juntos, aí proibiram, mas, na documentação, era tudo separado” (Professora Leninha, 2024).

No histórico escolar do curso de Contabilidade, amparado pela Lei nº 5.692/1971, referente aos anos de 1974 a 1976, é possível observar a divisão das disciplinas em duas grandes áreas.

O currículo do curso organizava-se em duas grandes áreas: Educação Geral e Formação Especial. No âmbito da Educação Geral, contemplavam-se as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), História, Geografia Humana Brasileira, Organização Social e Política do Brasil,

Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Educação Moral e Cívica, Sociologia Geral da Educação, Educação Artística, Programa de Saúde, Ensino Religioso e Educação Física. Já a Formação Especial compreendia conteúdos voltados à área técnico-profissional, tais como História Econômica da Administração Brasileira, Contabilidade Geral e Aplicada, Elementos de Economia, Contabilidade Comercial, Contabilidade Bancária, Organização e Técnica Comercial, Direito Usual, Contabilidade Industrial e Agrícola, Contabilidade Pública, Técnica Mecânica e Processos Mecânicos de Contabilidade, Estatística e Legislação Aplicada.

Quadro 3 – Professores do Curso Técnico de contabilidade (1973-1976)

| Nome                            | Disciplina                                                                                                                                      |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Pe. José Daniel                 | Português                                                                                                                                       |
| Adelina Brigatti Dias           | Estatística<br>História                                                                                                                         |
| Augustin Niz Gonzales           | Inglês<br>Elementos da economia                                                                                                                 |
| Erondina Araujo de Matos        | Contabilidade Pública<br>Programa de saúde<br>Ciências<br>Organização Técnico                                                                   |
| Hélio Toshiti Sato              | Contabilidade bancária<br>Legislação aplicada<br>Educação Física                                                                                |
| Januário Arriero                | Contabilidade comercial<br>Contabilidade indústria agrícola<br>Contabilidade geral aplicada<br>Contabilidade pública<br>Inglês<br>Direito usual |
| Maria Aparecida de Souza Lima   | Geografia humana brasileira<br>Direito usual<br>legislação aplicada                                                                             |
| Osvaldo Ferreira da Silva       | Matemática                                                                                                                                      |
| Pe. Roberto Fulco do Nascimento | Educação moral e cívica                                                                                                                         |
| Roque Stefanello                | Religião                                                                                                                                        |
| Bernardo Bauer                  | Matemática<br>Contabilidade industrial agrícola<br>Contabilidade Geral Aplicada                                                                 |

|                              |                                                      |
|------------------------------|------------------------------------------------------|
| Tomiko Yassunaka             | Geografia humana brasileira<br>Elementos da economia |
| Vilmar João Foletto          | Educação Moral e Cívica<br>Educação Física           |
| Bernardette das Chagas Bauer | História Ec. Ad                                      |
| Cristina Niz Gonzales        | Ciências                                             |
| Francisco Martins de Moura   | Organização técnico comercial                        |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao analisarmos as atas de resultados finais do curso, é possível evidenciar que, no período de 1969 a 1978, foram registrados os seguintes quantitativos de alunos:

Tabela 3 – Alunos no curso de Contabilidade (1969-1978)

| Ano  | Turma | Alunos | Ano  | Turma | Alunos |
|------|-------|--------|------|-------|--------|
| 1969 | 1     | 17     | 1974 | 2     | 19     |
| 1969 | 2     | 13     | 1975 | 1     | 13     |
| 1970 | 1     | 25     | 1975 | 2     | 15     |
| 1970 | 2     | 13     | 1975 | 3     | 29     |
| 1970 | 3     | 14     | 1975 | 4     | 52     |
| 1971 | 1     | 33     | 1976 | 1     | 39     |
| 1971 | 2     | 19     | 1976 | 2     | 20     |
| 1971 | 3     | 14     | 1976 | 3     | 27     |
| 1972 | 1     | 32     | 1977 | 1     | 33     |
| 1972 | 2     | 19     | 1977 | 2     | 18     |
| 1972 | 3     | 12     | 1977 | 3     | 12     |
| 1973 | 1     | 34     | 1978 | 1     | 31     |
| 1973 | 2     | 14     | 1978 | 2     | 27     |
| 1973 | 3     | 14     | 1978 | 3     | 12     |
| 1974 | 1     | 40     |      |       |        |

Fonte: Elaborado pela autora com base na Ata de resultado final arquivo escolar Escola Padre José Daniel (2025).

Figura 54 – Formandos do curso técnico em contabilidade (1985)



Fonte: CMV (2019).

A criação do curso normal insere-se no contexto da promulgação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, implementada durante a Ditadura Militar (1964-1985), que reformulou a Lei nº 4.024/1961. Com essa mudança, a Escola Normal perdeu sua identidade como instituição e como curso específico, e a formação de normalistas passou a constituir apenas uma das diversas possibilidades de habilitação profissional para docentes. A formação do professor passou a ser denominada Habilitação Específica para o Magistério (HEM), sendo definitivamente extinta a profissionalização anteriormente ministrada em escolas de nível ginásial. Dessa forma, a tradicional Escola Normal perdeu o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se entre as múltiplas habilitações do ensino de segundo grau (Braz, 2021).

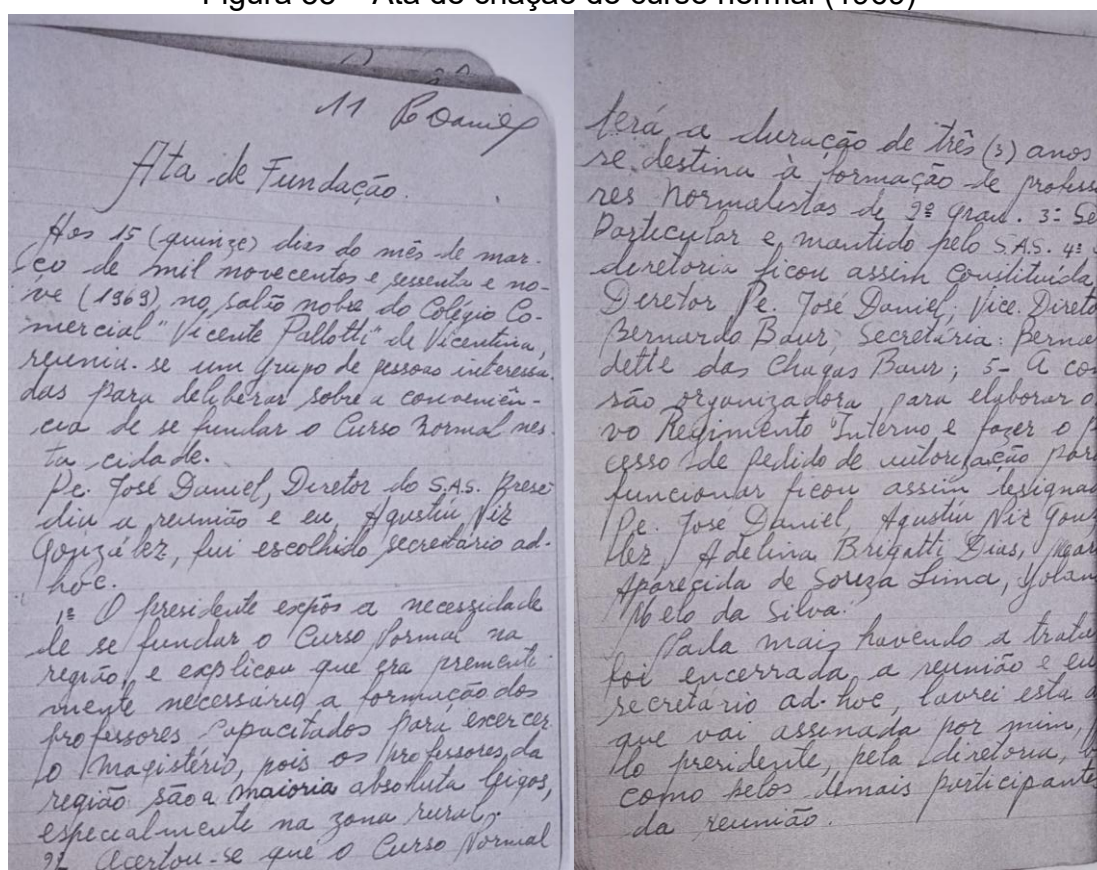
Esse processo foi consolidado com o Parecer nº 349/1972 (Brasil, 1972), que regulamentou a Habilitação Específica para o Magistério, destinada à atuação no ensino de 2º grau, evidenciando a reorganização da formação docente segundo as diretrizes do regime.

Ademais, a expansão dos cursos técnicos durante o período da ditadura militar no Brasil representou uma estratégia educacional profundamente vinculada à lógica tecnicista e produtivista do regime. A crítica central recai sobre o modo como esses cursos passaram a substituir a formação filosófica e sociológica, tradicionalmente presente no currículo escolar e universitário, por um modelo orientado prioritariamente à capacitação prática para o mercado de trabalho, reforçando a instrumentalização da educação e sua subordinação às demandas econômicas e políticas do período.

Na Figura 55, apresentamos a Ata de criação do Curso Normal, em 1969.



Figura 55 – Ata de criação do curso normal (1969)



Fonte: Arquivo da secretaria paroquial da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

Na ata, consta: “No dia 15 de março de 1969, no salão nobre do Colégio Comercial Vicente Pallotti, reuniram-se pessoas interessadas em deliberar sobre a fundação de um curso normal na cidade”. Ainda registra-se: “O Presidente expôs a necessidade de se fundar o curso normal na região e explicou que era necessário formar professores capacitados para exercer o magistério, pois os professores da região são, em sua maioria, absolutamente leigos, especialmente na zona rural”.

Acordou-se que o curso normal teria duração de três anos e se destinaria à formação de professores normalistas de 2º grau. Seria particular e mantido pelo SAS, tendo como diretor o Padre José Daniel e como vice-diretor Bernardo Baur.

Localizamos o plano curricular do curso de Magistério do ano de 1976 na Escola de I e II Graus Vicente Pallotti, assinado pelo diretor Padre José Daniel, ao qual o currículo do curso de Magistério organizava-se em diferentes eixos formativos. O núcleo compreendia os componentes de Comunicação e Expressão, envolvendo Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Literatura Brasileira, bem como os Estudos Sociais, com Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), e a área de Ciências, composta por Ciências Físicas e Biológicas e Matemática.

As disciplinas e atividades obrigatórias incluíam Educação Artística, Ensino Religioso, Programa de Saúde, Educação Moral e Cívica e Educação Física, reforçando a formação integral dos estudantes. No eixo da atividade profissional, destacavam-se os Fundamentos da Educação, abrangendo História e Filosofia da Educação, Biologia da Educação, Sociologia da Educação e Psicologia da Educação, além de Estatística e Funcionamento do Ensino de Primeiro Grau, com Estrutura e Estatísticas Aplicadas à Educação. Também integravam esse eixo os componentes de Didática e Prática de Ensino, contemplando Didática, Metodologias Específicas das atividades e áreas do ensino de 1º grau e técnicas de aprendizagem. A parte diversificada era composta pelos Estudos Regionais, voltados à contextualização local da formação docente, e as matérias do núcleo comum instrumentalizado incluíam Recreações e Jogos, Literatura Infantil e Religião, com formação catequética.

Tabela 4 – Quantidade de alunos no curso do Magistério (1970-1978)

| Ano  | Série | Quantidade | Ano  | Série | Quantidade |
|------|-------|------------|------|-------|------------|
| 1970 | 1     | 22         | 1975 | 1     | 16/30      |
|      | 2     | 12         |      | 2     | 30/16      |
|      | 3     | 12         |      | 3     | 52         |
| 1971 | 1     | 32         | 1976 | 1     | 39         |
|      | 2     | 18         |      | 2     | 17         |
|      | 3     | 12         |      | 3     | 29         |
| 1972 | 1     | 32         | 1977 | 1     | 18         |
|      | 2     | 19         |      | 2     | 13         |
|      | 3     | 12         |      | 3     | 17         |
| 1973 | 1     | 38         | 1978 | 1     | 30         |
|      | 2     | 20         |      | 2     | 13         |
|      | 3     | 19         |      | 3     | 13         |
| 1974 | 1     | 50         |      |       |            |
|      | 2     | 22         |      |       |            |
|      | 3     | 18         |      |       |            |

Fonte: Elaborado pela autora com base na Ata de resultado final arquivo escolar Escola Padre José Daniel (2025).

Figura 56 – Formandos do Magistério (1975)



Fonte: CMV (2019).

Sobre tal curso, a Professora Inez (2024) rememorou:

Eu lembro do professor Roque, que era muito bom, muito aprofundado. Lembro da parte de Psicologia, que eu ficava encantada aprendendo. Tivemos professores muito bons. Eu saí insegura por causa do meu tamanho, tinha medo de não ser respeitada. Nos estágios, eu ficava muito nervosa, mas era uma insegurança minha. Foram três anos de curso: no primeiro e no segundo, havia a teoria; no último, eram os estágios, que incluíam observação, participação e regência (Professora Inez, 2024).

O aluno Luis Carlos dos Santos, em 1976, na página 41, em seu relatório de estágio do curso de Habilitação para o Magistério, de acordo com a Lei nº 5.692/1971, discorre sobre sua experiência na disciplina Metodologia Específica das atividades e áreas de ensino, coordenada pelo professor Roque Stefanello, e registra: “Mesmo não tendo muita vocação para o ensino, prometo lutar com fé e otimismo pela educação”. Na imagem da formatura, observa-se um quantitativo expressivo de homens formados para atuar no magistério. Adriana Horta de Faria (2022), em sua pesquisa *História de vida de professores no Mato Grosso do Sul (1987–2018): masculinidades, interdependência, poder e gestão*, aborda a presença masculina no magistério infantil, destacando aspectos históricos e sociais dessa atuação e suas implicações na formação e na gestão escolar.

Sobre o início da sua experiência docente, a Professora Leninha rememora:

Helena, você vai dar aula. Mas, padre, eu não sei fazer isso. E ele me disse: Vai lá em casa que eu te ensino. Eu estava no 3º ano do magistério, aí fui, e ele preparou a aula todinha. Ele ia falando, e eu escrevendo. Uma semana ele ficou me ensinando, aí comecei a dar aula. Não deu um mês, ele chegou e disse: Helena, você está de parabéns, você está excelente como professora, você aprendeu bem como ensinei (Professora Leninha, 2024).

Em seguida, a professora relembra o momento em que foi convidada a lecionar em mais um período de aulas: “O padre falou: Não tem ninguém para dar, você vai dar. E eu disse: Mas, padre, eu tenho criança pequena. E ele me respondeu: você vai fazer isso por ela. Ele era assim” (Professora Leninha, 2024).

Com o professor Badu, o ingresso na vida docente ocorreu de forma semelhante, pois, logo após sua chegada com a família, recebeu a visita do padre, que disse a seu pai: “Me disseram que você tem um filho formado professor. Você quer dar aula na minha escola? Eu não sei se dou conta disso. Dá conta, sim, vamos aprender e dar aula” (Professor Badu, 2024).

A professora Tomiko destaca que:

Apesar de ser assim, bravão, ele era muito humano. Tanto é que todo mundo, na época, que terminava o curso normal e se formava aqui, ele dava um jeitinho para colocar para trabalhar na escola dele. Eu me lembro que ele foi me convidar, na véspera de Natal, na minha casa, para eu trabalhar na secretaria da escola, mas eu morria de medo do padre, nossa! Mas ele era assim, ele prestigiava os alunos dele (Professora Tomiko, 2024).

O modo de lecionar do Padre José Daniel despertava admiração entre alunos e professores, em razão de seu elevado nível de intelectualidade, que perpassava diferentes áreas do conhecimento. Contudo, também havia o objetivo de formar docentes segundo seus próprios parâmetros, de modo que atuassem na instituição conforme o padrão por ele estabelecido. A professora Tomiko, que lecionou ao longo de sua trajetória na área de Língua Portuguesa, afirma: “O meu encanto pela língua portuguesa era por causa do Padre Daniel, sabe? Eu achava tão bonito ele falando corretamente, tendo aquela sabedoria de tudo o que você imaginava: de literatura ele sabia, pintura, essas coisas, aquilo me encantava” (Professora Tomiko, 2025). Assim, o Padre José Daniel passou a constituir-se como um ideal a ser seguido.

No que se refere ao déficit financeiro que comprometia a continuidade dos cursos mantidos pela Igreja, observa-se que, embora a escola estivesse “nas alturas”, configurando-se como uma referência em termos de número de formandos e de





articular dimensões religiosas, pedagógicas, políticas e assistenciais e configurar uma rede de interdependências que o posicionou no centro da balança de poder local.

O Padre José Daniel figurava entre ser padre, líder local e responsável pela educação de Vicentina. Além disso, por alguns anos, como mencionado, auxiliava as paróquias vizinhas de Fátima do Sul e Glória de Dourados. Tal divisão de atividades permite refletir até que ponto uma figuração era independente da outra. No Livro Tombo da Paróquia Rainha dos Apóstolos, de Vicentina, ele registrou: “continuamos com as escolas e diplomamos muitos alunos do primário ginásial, Corte e Costura, Datilografia, porém no campo religioso o povo não progride. Grande ignorância religiosa e indiferentismo” (Livro Tombo, 1966, p. 17). O excerto evidencia o êxito das iniciativas de escolarização e de capacitação técnica, mas indica que tal resultado não se traduzia em fortalecimento da fé católica nem em engajamento religioso efetivo da comunidade.

Isso permite conjecturar que o campo religioso caminhava junto à educação, não apenas na administração financeira, mas também na formação moral, como comenta a Professora Inêz (2024): “Se rezava na entrada, se rezava na saída, as festas religiosas eram muito celebradas, era quase uma coisa só igreja e escola, era tudo muito junto e misturado”. Afinal, a escola foi idealizada e conduzida por uma figura sacerdotal, e as dimensões escolar e paroquial mantinham-se interligadas e interdependentes.

Sobre as diversas figurações do padre, a professora Helena (2024) relata: “O Padre Daniel era professor, diretor, pároco, amigo, confessor e conselheiro. Ele era tudo do povo aqui. Aqui o povo era muito raso, sabe? E ele ia para lá e para cá, nervoso, mas ele era muito bom. Ele dava tudo para a gente”. Em sua fala, nota-se a dependência e a confiança que os moradores depositavam no padre, expressas em enunciados como “ele era tudo do povo” e “ele dava tudo para a gente”. Em consonância, o professor Martins (2024) afirma: “O padre, se não fosse ele, Vicentina não existia, depois de construir tudo isso”. Esses relatos permitem refletir sobre como, nessa configuração, o padre não atuava apenas como figura religiosa isolada, mas como autoridade cuja identidade se constituiu a partir dos vínculos estabelecidos com os moradores da colônia, marcados por laços de dependência e confiança.

O padre ocupou centralidade na rede de relações ao desempenhar distintas funções – religiosas, educacionais e sociais –, as quais se mantinham interligadas e interdependentes, de modo que a população encontrava nele a mediação com a fé, o

acesso ao conhecimento e a assistência social. Seu poder não advinha apenas da posição hierárquica enquanto religioso, mas de sua inserção na vida comunitária, de sua utilidade social e do reconhecimento de sua liderança, na qual muitos depositavam confiança e cuja memória era mobilizada em defesa de seu nome e de suas ações mesmo após sua morte.

Em 1963, o sacerdote registra no livro tombo que “a paróquia, neste ano, iniciou a construção do II pavilhão do SAS e não pode continuar devido [à] falta de verbas [...] será meu objetivo incentivar o ensino para chegarmos a um grau mais elevado de cultura intelectual e religiosa” (Livro Tombo, 1963, s/n). Nesse sentido, Elias indica que o processo civilizador valeu-se, de modo recorrente, da educação e da ampliação do conhecimento como instrumentos de transformação social.

Seus discursos transitavam entre dimensões religiosas, políticas e educacionais, característica também observada nos trabalhos dos palotinos em outras colônias, que “viam-se como civilizadores, que ao educar e catolicizar o outro, estaria elevando-o, como já destacamos, a um nível cultural e religioso mais elevado, por portar os valores defendidos pela Igreja Católica” (Moya, 2018, p. 90). Assim, à medida que se desenvolviam ações de acolhimento e instrução, objetivos de civilizar, educar e cristianizar articulavam-se ao controle das condutas e à manutenção da ordem, sob a retórica do progresso.

Foi nessa época que, digamos assim, foi criada a base da educação, no sentido de que o Padre José Daniel foi o engenheiro da educação. Sem ele aqui, não existiria, do começo ao que é hoje, a escola é o que é por causa do Padre José Daniel. Ele chegou e ficou ensinando a religião, a educação e formando professores, porque não tinha ninguém formado na época (Professor Marcelino, 2024).

O professor Marcelino evidencia a dualidade do trabalho do padre entre a educação e a religião. Segundo o Pe. João B. Quaini, autor de texto publicado na *Revista Rainha* (1979), “era seu firme propósito e seu sonho mais caro tornar Vicentina o centro religioso e cultural da missão. Ele queria que fosse um centro de irradiação de vida mariana e palotina”. Ainda no relato do professor Marcelino:

Por volta de 1960, mais ou menos por aí, eles fizeram, ali onde é hoje o posto do Bondezan, uma casa de madeira bem grande e criaram ali a subsede da Colônia Federal de Dourados, cuja sede era em Indápolis. E nós éramos a subsede da colônia. Por isso, na época dos plebiscitos, dava maior briga, porque as pessoas que moravam aqui

achavam esse termo pejorativo, mas, na verdade, era um elogio, né? Porque era subsede da Colônia de Dourados (Professor Marcelino, 2024).

O escritório da subsede serviu, por algum tempo, como moradia, escritório e igreja, prestando serviços à frente dos colonos que já chegavam à região. Para o padre, o local era estratégico, pois se situava próximo a um cruzamento de estradas e ao Rio Dourados.

No dia 31 de agosto de 1963, um mês antes de sua posse como pároco da paróquia (1º de setembro de 1963), realizada por D. Carlos Schmitt, o padre inicia, no livro tombo, o registro da criação da paróquia ao escrever:

Aos que estão em nossa provisão, saudações e bênçãos em Nosso Senhor Jesus Cristo em *dominum* amém. Tendo em vista a crescente da população dessa diocese na sua zona rural atendimento ao maior proveito espiritual do querido lembrado confiado a nossa paternal solicitude e desejamos que vossos fieis vivam uma vida paroquial de acordo com as diretrizes em vista da santa fé depois de ouvirmos os pareceres favoráveis dos sacerdotes que oferecem a cura das almas nessa região bem como seus superiores religiosos em nesse novo decreto e usando da nova jurisdição ordinária segundo o código 1427 e 1428 do direito canônico havemos por bem criar como de fato criamos em território da paróquia Nossa Senhora da Glória a Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos desmembramos separada da referida paróquia e parte do seu território.

Figura 58 – Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos



Fonte: CMV (2019).



Foram anos intensos de liderança local, de conquista de territórios, de acolhimento de colonos, de serviços pastorais e, sobretudo, de organização de um espaço efervescente com a chegada de pessoas imersas em necessidades. Porém, o padre não agradou a todos: seu temperamento fervoroso e sua forma de trabalhar, marcada por traços dominadores, fizeram com que enfrentasse resistências da população, associadas ao seu forte conservadorismo religioso (Amaral, 2005).

Esse aspecto é confirmado pelos entrevistados, como no relato do professor Martins (2024): “O padre Daniel não foi muito compreendido na sua época, porque ele era um homem além do seu tempo e quem é além do seu tempo é sempre ignorado”. Sobre o temperamento expansivo, Leninha (2024) comenta que “ele era estúpido, bruto, mas, se não fosse assim, estava um monte de gente sem ter estudo nem nada”. E acrescenta: “ele dava muito conselho para a gente, era uma peça rara, não sabemos nem como agradecer o que esse homem fez por nós” (Professora Leninha, 2024).

Percebe-se, assim, uma ambivalência entre autoridade e afeto, dureza e reconhecimento. Esses relatos indicam a presença de uma memória que tende a reinterpretar o autoritarismo e a rigidez disciplinar do padre à luz de seus efeitos positivos para a educação e o desenvolvimento local. Ao ser qualificado como “um homem além do seu tempo”, o padre é representado como figura distinta no interior da comunidade, adquirindo contornos de mito e heroização. A expressão “quem é além do seu tempo é sempre ignorado” o configura como uma liderança visionária e injustiçada. Mesmo quando são mencionados excessos de poder “controlador, estúpido, bruto [...]”, tais traços são incorporados como necessários ao processo de civilização e escolarização, o que ecoa o conceito eliasiano de processo civilizador, entendido como movimento histórico por meio do qual comportamentos e sensibilidades são moldados pela internalização de normas sociais e pelo controle das emoções (Elias, 1994).

Reforça-se essa leitura no discurso da professora Inêz (2024), ao afirmar que:

O padre deu aula para mim no magistério, era professor de Língua Portuguesa e de redação. Todo mundo tinha medo dele, porque ele era muito bravo, mas, na verdade, acho que os professores daquela época eram todos bravos; parece até que o imitavam (risos) [...] porque o professor que não tinha domínio de sala podia ter todo o conhecimento didático, mas o fundamental era dominar a sala. A disciplina a gente herdou dele, isso. O bom professor era aquele que tinha domínio de sala (Professora Inêz, 2024).

O temperamento rígido do padre é reinterpretado como instrumento pedagógico e moral, considerado indispensável à formação da comunidade. Observa-se, ainda, nos relatos, um forte sentimento de gratidão para com ele – “não sabemos nem como agradecer o que esse homem fez por nós” –, o que reforça o vínculo simbólico de dívida entre o padre e a população.

Além disso, à medida que o padre se estabelece como líder local, acolhendo migrantes e seus filhos, oferecendo auxílio em moradia, vestuário, alimentação e medicamentos, e inserindo-os na escola e na igreja, passa a ocupar uma posição central na balança de poder, fundada na relação de interdependência da comunidade para com ele:

Daí ele ficou doente, foi embora fazer tratamento aí depois veio passear, eu estava em sala de aula como substituta, nós nos juntamos e demos presente para ele, uma camisa, nossa! Ele ficou muito emocionado! Já estava fragilizado né, por que a escola era tudo para ele! Não estava mais bravo como era (Professora Inez, 2024).

O fator de identificação esteve presente, pois, em determinados momentos, o padre era o sacerdote dos professores, mas atuava como diretor escolar, responsável por avaliar suas práticas docentes, além de ter sido, anteriormente, seu professor formador. Diante dessas figurações permeadas pelo poder, era esperado que os docentes compartilhassem de seu modo de ser, inclusive para que suas práticas fossem validadas pelo padre, tendo em vista que sua imagem era refletida, para aquela comunidade, como um ideal a ser atingido. A professora Leninha menciona:

Ele ficava nas brechas para olhar (risos), mas nós éramos iguais a ele: falávamos alto, tinha que fechar a porta porque atrapalhava as outras salas. Mas era gostoso naquele tempo com o padre, foi um paizão, ajudou meus pais e muita gente, ajudava todo mundo. Eu não sei nem agradecer o que esse homem fez por nós (Professora Leninha, 2024).

O uso do termo “paizão” insere o padre, simultaneamente, como líder, protetor e modelo, ocupando um lugar afetivo na comunidade. A professora Tomiko, quando indagada sobre as memórias que tem do padre, afirma:

Recordo de tudo, lembro dele bonzinho, dando as aulas dele de Português, que coisa memorável. Lembro dele bravo (risos), dando os “pitos” na gente. Lembro de tudo nele, é uma memória muito linda que eu tenho dele. Era uma pessoa inteligentíssima, uma pessoa que a

gente nunca poderia deixar morrer, sabe? Imortal deveria ser (Professora Tomiko, 2025).

O padre ocupou um espaço de liderança e, logo, de poder no vilarejo; era um estabelecido. Nos discursos, é notória a referência ao seu modo de agir expansivo e autoritário, sem que deixe de aparecer, simultaneamente, a admiração por sua atuação. Para o professor Badu (2024), “ele conseguia administrar tudo, igreja, escola, dava aula, ele foi um líder e, enquanto padre, era uma figura forte na cidade”. O professor Marcelino (2024) corrobora ao afirmar: “No início, ele era diretor, professor, ele fazia de tudo. Ele era supervisor, ele era o guarda, ele era tudo. Ele quem mandava”. Esses relatos denotam a hierarquia que organizava a vida comunitária.

Nessa configuração, a autoridade do padre não se limitava à esfera religiosa; expandia-se para os campos educacional e social, assumindo caráter totalizante. Elias destaca que as figurações humanas são compostas por relações dinâmicas de poder e interdependência, nas quais o equilíbrio é constantemente negociado entre indivíduos e grupos. Nesse caso, o poder do padre aparece de forma centralizada, tanto pelo controle exercido sobre a escola e a Igreja quanto pela dependência da comunidade em relação a ele.

Como parte de sua atuação enquanto líder local, localizamos matéria publicada no jornal *O Progresso*, em 18 de maio de 1956, na qual o Padre José Daniel apresenta um relato das atividades ocorridas no interior da CAND, em um período considerado, pela historiografia regional, como a fase em que o projeto de colonização dirigida do Estado Novo deixou os migrantes abandonados à própria sorte (Ponciano, 2006):

A organização de duas paróquias, a construção de nove capelas, a abertura de sete cemitérios, a fundação do patrimônio de Bocajá, a manutenção de um hospital na 1ª zona e um posto de saúde na 2ª, a distribuição de medicamentos gratuitos, o transporte de doentes para hospitais, a entrega de folhetos sobre higiene e educação, a manutenção de conferências sobre a melhor utilização das terras, a assistência religiosa em todas as escolas públicas, a manutenção do Instituto Espírito Santo com escola profissional de artes e ofícios e a sustentação de uma escola particular pelas Irmãs de Caridade (Jornal *O Progresso*, 1956).

Percebe-se, no texto publicado, que a participação da Igreja foi além das questões meramente religiosas, ocupando, de forma visível, papéis tradicionalmente atribuídos ao Estado. Conforme Santos (2007, p. 45), o Estado e o poder eclesiástico

articularam-se com vistas à promoção da ordem, declarada nos ideais do Estado Novo e amparada pelo discurso do progresso. Dessa forma, a Igreja foi conclamada a exercer a tarefa de controle social.

Amaral (2005, p. 75) informa que “o trabalho dos palotinos foi visto, de maneira geral, pela administração do Núcleo Colonial de Dourados como positivo, pois os padres colaboravam na distribuição de sementes, de medicamentos e ajudavam na manutenção da ordem interna”. No entanto, nos relatos do Padre José Daniel aos administradores da Colônia, disponíveis nos documentos da Cúria Diocesana, encontra-se também uma perspectiva que permite vislumbrar aspectos da chegada dos religiosos, ao informar que:

A alimentação das três refeições usualmente reduzia-se a feijão com mandioca. Quando era possível abater uma caça, a carne era incluída a esse cardápio. Isso ocorria devido ao comodismo da população local, que contava com uma terra rica em frutas nativas e em animais silvestres comestíveis e também pela dificuldade existente no escoamento de cereais de outras regiões. Assim, a mandioca tornou-se o alimento de todas as refeições, compostas de poucas misturas (Padre José Daniel, em correspondência, 1955).

O relato do Padre José Daniel, ao descrever as condições de vida na Colônia, não constitui apenas um testemunho sobre a precariedade material, mas também uma leitura moral e cultural da realidade local. A caracterização da comunidade como “acomodada” e de seus hábitos alimentares como “poucas misturas” evidencia uma percepção civilizatória e hierarquizante sobre um espaço cultural que seguia lógicas próprias de subsistência e adaptação ao meio. Nesse sentido, o padre não apenas observa, mas interpreta e julga o modo de vida da população a partir de um olhar normativo do que ele acreditava ser correto (Elias, 1994).

Em 14 de outubro de 1955, o Padre José Daniel enviou uma carta à administração da CAND, na qual afirmava encontrar-se em uma situação desesperadora diante da presença de uma suposta revolta de comunistas e anarquistas no interior do vilarejo de Vicentina, considerada uma ameaça à ordem e ao desenvolvimento local.

Em 26 de outubro de 1955, em nova carta direcionada a Alunbraz da Rocha, funcionário do Ministério da Agricultura, ele indica que:

[...] o comunismo não é repellido só com a pregação, mas com a assistência social ao pobre e com leis que garantam a ordem. Essa colônia não é agrícola, mas anárquica: todos mandam, todos compram e vendem terras. A colônia não tem recebido verba e a situação está desesperadora. Os professores estão com seis meses de salários atrasados. É preciso dar força ao administrador, legalizar as terras, emancipar a primeira zona, explorar as fontes de riqueza dessas terras. [...] dar assistência técnica ao agricultor, assistência escolar, médica e higiênica (Padre José Daniel, em correspondência, 1955).

O Padre enfatizava que não atuava apenas como sacerdote, mas também como líder, voltado à instrução e ao direcionamento dos indivíduos diante da ausência de regras, da escassez de recursos e do impacto do confronto com o cotidiano local, marcado por carências e pela diversidade cultural. Ao afirmar que “o comunismo não é repellido só com a pregação, mas com assistência social e leis que garantam a ordem”, articulava religião, escola e Estado como instrumentos de controle moral e social.

Nos arquivos da Paróquia Nossa Senhora da Glória, localizamos um ofício de duas folhas, no qual o Padre José Daniel escreve, em 25 de fevereiro de 1956, ao presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, indicando que “[...] a maior dificuldade dessa Colônia é que as terras não têm garantias jurídicas de posse. Nos papéis, são de fulano, mas, na realidade, pertencem a três ou quatro invasores, que ali estão e só saem pela força”. Além disso, estabelece, no referido documento, dez propostas para a melhoria da Colônia, sendo elas:

1- É um grande mal, para a colônia, ser dirigida por um administrador, que mora no Rio. É preciso que ele more dentro da Colônia, para sentir a necessidade do povo. 2- A grande porcentagem de comunistas e revoltosos, dessa colônia, procede dos ventos que espalharam e por isso agora se colhem tempestades. 3- É preciso, por isso, que o Instituto fale claramente o que pode fazer e o que promete fazer. O que não puder fazer, seja entregue a quem tem direito, isto é, ao Estado ou ao município. 4- O que é necessário nesta colônia é a legalização das terras. É evidente que as verbas não chegam, se por 12 anos a administração se envolve em “enguiços” de “lotes”, se a Administração fizesse só isso a legalização das terras e a oficialização dos Patrimônios o povo estaria mais contente. Todo o resto, nós faríamos. Mas como podemos fazer algo, se não sabemos onde passa tal estrada, onde será fundada tal Vila, a sede da Colônia? Repito: aqui só se grita – legalização das terras!. Só depois que as terras forem legalizadas é que entrará o capital. Senão isso será sempre uma colônia de indigentes, que só prejudicarão à agricultura, do que favorece-la. 5- Com a legalização das terras terminam as explorações de lotes e a invasão. Pode-se dizer que isso aqui não é colônia

agrícola, mas sim colônia comercial (Padre José Daniel, Ofício, 1956, p. 2, sic).

A análise desse ofício permite compreender o Padre José Daniel como líder que extrapola a função sacerdotal e assume um papel político-administrativo no interior da Colônia. Ao dirigir-se formalmente ao presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, não escreve como mero observador, mas como porta-voz da comunidade e intérprete autorizado de seus problemas estruturais. Sua liderança se constrói, portanto, na mediação entre a população local e o aparelho estatal, vinculada à manutenção da ordem social, na intersecção entre carência estatal e protagonismo eclesial.

E continua:

6- O povo necessita da formação ética, o que foi esquecida. Dê-se assistência técnica aos agricultores, e se o povo não puder receber do Instituto o resto da assistência social, que o Estado se interesse. 7- [...] foi na falta de formação social do povo é que se gerou dentro da colônia a anarquia. Ninguém paga imposto, não há transporte oficializado, não há respeito pelos feriados e domingos. 8 - Requer uma nova organização, é inútil derramar bilhões e trilhões de cruzeiros. É preciso que haja um plano preestabelecido e depois executado. 9 - Sobre o ensino se o instituto não pode dar, é necessário requerer a outros o direito, porque trata-se de 4.000 crianças em idade escolar. Nem é possível que um professor casado receba a miséria de cr\$ 900,00 mensais. Sobre saúde, morrem 10 crianças por semana. É impossível não sentir compaixão por tanta miséria. E no entanto, nas grandes cidades há assistência social para tudo, só o interior é que está esquecido. 10 - Procuo auxiliares para levar a frente a obra e que nota-se perfeitamente que dentro da colônia procurou-se prescindir da igreja, quando é ela a grande civilizadora dos séculos. Aqui mesmo foi ela que salvou a situação. Poderíamos fazer congressos rurais, distribuir enfermeiras ambulantes para explicar e ensinar higiene etc. às famílias. Tudo isso a própria igreja faria, mas ao menos dê-se-lhe um palmo de terra, onde possa se estabelecer” (Padre José Daniel, ofício, 1956, p. 2).

Ao afirmar que “o povo necessita da formação ética, o que foi esquecida”, o Padre interpreta os problemas da Colônia não apenas como falhas estruturais do Estado, mas como déficit moral da própria população. A “anarquia”, caracterizada pela ausência de pagamento de impostos, pela desorganização do transporte e pelo desrespeito a feriados e domingos, é atribuída à “falta de formação social”. Assim, a desordem não é vista somente como resultado de abandono governamental, mas como consequência de comportamentos considerados inadequados.

É importante destacar que, ao apontar que “a igreja é a grande civilizadora dos séculos” e que “aqui mesmo foi ela que salvou a situação”, o Padre reivindica para a Igreja e para si a centralidade no processo de organização social. Legitima-a como instituição capaz de suprir lacunas do Estado, revelando a disputa simbólica por autoridade na Colônia.

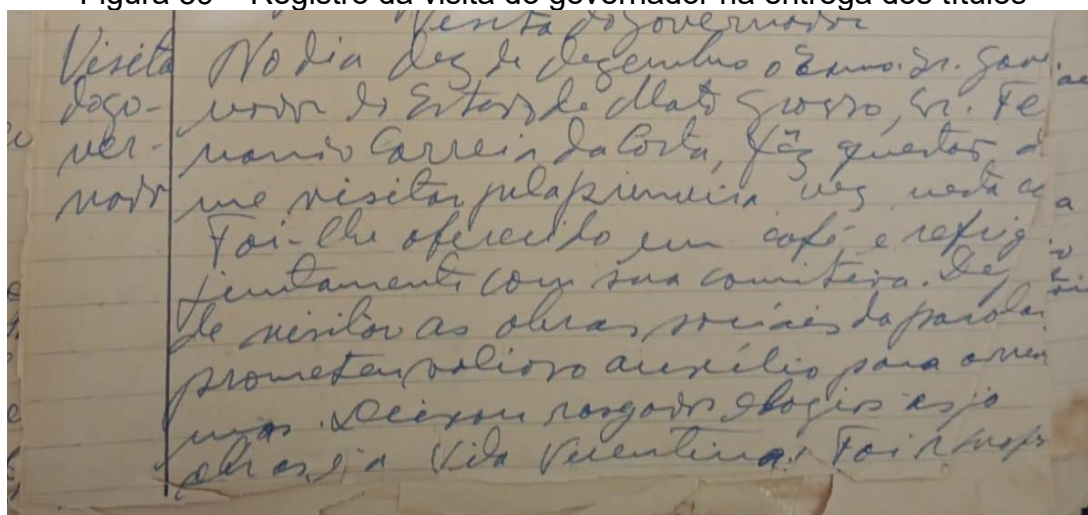
O ofício do Padre José Daniel constitui um documento que informa sobre as tensões sociais, culturais e administrativas presentes na CAND, ao mesmo tempo em que evidencia a atuação do clero como agente de mediação e civilização. A correspondência mostra o padre assumindo múltiplos papéis, como administrador, fiscal, conselheiro e educador.

Ao apontar a falta de garantias jurídicas da posse de terras e as consequências dessa insegurança, como a instalação da violência, o padre evidencia uma fragilidade estrutural que impede o desenvolvimento agrícola e social. No entanto, o ofício vai além da questão administrativa e aborda diretamente a formação ética, social e educacional da população (itens 6 a 10). Evidenciam-se tensões de colonialismo interno e hierarquias de poder, nas quais o padre se posiciona como mediador entre a burocracia e a população local, propondo soluções.

Nesse sentido, localizamos, na pasta relativa aos documentos da CAND, ofícios do administrador da Colônia, Claudomiro de Albuquerque, que elucidam parte da realidade destacada pelo padre. No ofício nº 734, de 13 de agosto de 1954, informa-se que a segunda zona representava 73% de toda a área da Colônia e que, naquele momento, a região já se encontrava constituída em zonas particularmente distintas. Destaca-se, ainda, o pedido de emancipação da primeira zona, a fim de que fosse possível voltar-se com maior intensidade aos serviços considerados necessários e urgentes na segunda zona.

Em outro ofício, de abril de 1955, dirigido ao presidente do INIC, o mesmo administrador aponta medidas urgentes para a segunda zona: localizar os colonos nos lotes demarcados; orientar o trabalho dos topógrafos; atualizar o cadastro desses colonos; e aprimorar as condições sanitárias. No entanto, tais medidas foram implementadas apenas anos mais tarde.

Figura 59 – Registro da visita do governador na entrega dos títulos



Fonte: Livro tombo n.1 Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

O Padre José Daniel relata que “no dia dezesseis de setembro de 1963 veio para Dourados e Vila Brasil o Sr. Presidente da República João Goulart, para entregar os títulos dos lotes rurais. Não entrou nesta paróquia, mas ficou na paróquia vizinha N. S. de Fátima”. Em 1965, o padre inicia, no livro tombo da paróquia, a descrição de acontecimentos relativos a Vicentina e Fátima do Sul, uma vez que ambos os locais passavam por disputas de território e poder. Considerando que Vicentina integrava o município de Fátima do Sul, teve início o processo de emancipação política e administrativa. Esse período coincide com o golpe civil-militar de 1964, que resultou na tomada do poder e na instauração da ditadura militar no Brasil.

Vicentina era registrada como distrito de Fátima do Sul, município situado a cerca de 10 km. No início de 1970, políticos residentes em Vicentina pleitearam sua emancipação. Em 1975, realizou-se um plebiscito, a partir do qual Vicentina passou à categoria de município, e, em 1976, ocorreu a primeira eleição para prefeito e vice-prefeito.

Fátima do Sul buscou reverter a situação, com a intenção de retornar Vicentina à condição de distrito. Desse modo, o prefeito de Fátima do Sul impetrou mandado de segurança contra o novo município, cuja câmara de vereadores e prefeitura já funcionavam havia 11 meses. Foi concedida liminar favorável a Fátima do Sul, que retomou Vicentina à categoria de distrito. Realizaram-se três plebiscitos, sem êxito.

Em 1986, foi fundada a Associação de Amigos de Vicentina, tendo como patrono o Padre José Daniel (já falecido). Realizou-se, então, o quinto plebiscito, que



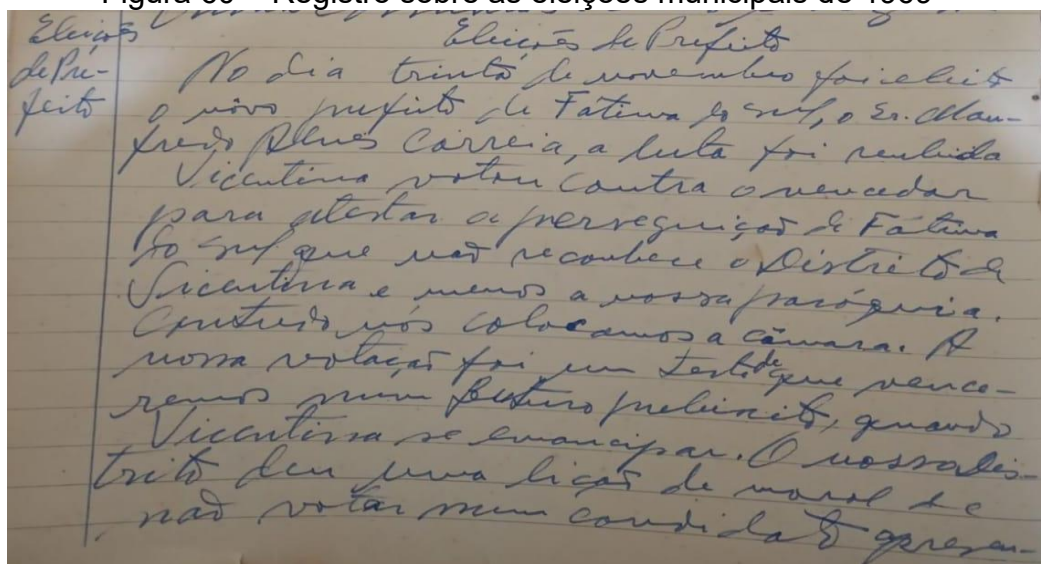
levou às urnas 3.092 dos 4.340 eleitores do distrito. Assim, Vicentina conseguiu, novamente, separar-se de Fátima do Sul, pela Lei nº 725, de 20 de junho de 1987.

O padre deixa nítida, em seus escritos, sua posição e suas emoções diante desses fatos, como se observa no fragmento a seguir:

No dia vinte e quatro de abril de 1965 foi eleito o primeiro prefeito de Vila Brasil a cujo município infelizmente pertence esta matriz, bem como foi eleito o primeiro prefeito de Jateí, capela desta paróquia. Os perseguidos de Vila Vicentina fizeram um rombo vergonhoso das eleições confirmando assim, mais uma vez a perseguição da sociedade deste município no dia 9 de junho, Vila Brasil por força popular passaram a chamar-se Fátima do Sul, veremos se o nome pega.

Ainda sobre as eleições, o Padre apontou:

Figura 60 – Registro sobre as eleições municipais de 1969



Fonte: Livro tombo n. 1 da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos

No dia 30 de dezembro de 1969 foi eleito para presidente de Fátima do sul, o senhor Aldio Alves Correia, a luta foi subida a Vicentina contra o vencedor para atestar a perseguição de Fátima do Sul que não reconhece o distrito de Vicentina e os meus da nossa paróquia a nossa votação foi um teste de que vencemos o plebiscito para Vicentina se emancipar, nosso distrito deu uma lição de não votar para prefeito a invasão paroquial escandalosa, infelizmente a perseguição passou do cúpulo religioso.

O Padre finaliza o registro sobre a emancipação de Vicentina ao afirmar que “depois de muitas lutas e plebiscitos, no dia 14 de maio, foi criada a lei de

emancipação de Vicentina, a Lei nº 3.699, de 14 de maio de 1976, graças a Deus e à nossa padroeira Rainha dos Apóstolos”. Encerra o assunto registrando que “em primeiro de fevereiro de 1977, tomou posse com grande festa Júlio Ferreira Bastos”.

Na Figura 61, observa-se o registro de uma das inúmeras reuniões políticas que aconteceram em Vicentina na busca pela emancipação com a presença de Júlio Ferreira Bastos, Divaldo de Farias e outras pessoas consideradas representantes informais da população.

Figura 61 – Reunião com Divaldo de Farias e Júlio Ferreira Bastos em 1974



Fonte: CMV (2019).

Além de registrar acontecimentos locais e regionais no livro tombo e de manter relações sociais de influência, o padre também se destacava por evidenciar sua formação intelectual por meio da publicação de artigos no jornal *O Progresso*. Exemplo disso é o texto publicado em 15 de abril de 1956, nº 251, ano V, página 3, no qual se destaca o uso de linguagem culta:

Figura 62 – Publicação no Jornal Progresso (1956)



Fonte: Jornal O Progresso (1956).

Esse escrito foi produzido pelo padre um ano após sua chegada e evidencia sua intelectualidade, bem como os reflexos de suas impressões sobre a fé, o povo e a cultura local.

Padre José Daniel, de origens italianas, cresceu em meio aos palotinos e recebeu uma formação sumamente conservadora e cristã. Em sua atuação missionária, transitou entre liderar, evangelizar, instruir, lecionar e civilizar. Adentrou a selva – como registrado pelos palotinos –, lutou por melhorias, auxiliou os colonos em suas necessidades, ministrou sacramentos e fundou capelas; ao mesmo tempo, estabeleceu-se naquele espaço como figura central do período, um padre colonizador cujas práticas versavam entre moralidade, civilidade e superioridade.

No entanto, para surpresa de muitos, após 23 anos conciliando o vilarejo, a igreja e a escola, o Padre José Daniel buscava manter suas atividades enquanto

lidava, de forma reservada, com problemas de saúde. Sobre isso, a professora Leninha afirmou:

Ele fazia missas em 16 capelas, aí ficou doente, foi para o Sul com depressão, mas também... era muita coisa. Ele melhorou, voltou, e o padre Roberto ficou no lugar dele, como diretor e professor, dando aula de religião. Ele tinha os queridos do grupo de conversa. Teve uma reunião com a gente, e ele falou: “eu vou lá e volto logo, vou voltar para terminar o meu trabalho”. Mas não voltou nunca mais. Eu passo em frente da escola e vejo ele direitinho, não vou esquecer dele nunca (Professora Leninha, 2024).

O padre Roberto, também da Ordem dos Palotinos e então residente na cidade de Glória de Dourados, assumiu a direção da escola diante do afastamento, inicialmente comunicado ao grupo de professores de confiança como algo provisório, mas que se tornou uma despedida. Assim, em 1977, por motivos de esgotamento nervoso, o Padre José Daniel foi obrigado a deixar a paróquia de Vicentina e a direção do colégio. Submeteu-se a um tratamento médico complexo, ao qual seguiu rigorosamente. Permaneceu um ano na cidade de Palotina e, após celebrar uma missa de ação de graças pelos 32 anos de suas primícias sacerdotais, foi acometido de infarto do miocárdio nos corredores da Casa de Retiros. Havia chegado dois dias antes de Porto Alegre, onde estivera em consulta com seu médico particular, e preparava-se para ir a Vicentina, a fim de participar da ordenação do primeiro padre palotino do Mato Grosso, bem como inaugurar o prédio da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, que havia idealizado (Portal Palotinos).

A professora Leninha ainda recorda que estava dando aula quando o padre Roberto chegou ao corredor e disse a todos:

“Gente, saiam na porta, o padre Daniel faleceu”. Nossa, foi um grito e choro só. Depois, tentaram trazê-lo para cá, mas não deixaram; foi enterrado no cemitério dos palotinos. Ah, acabou a vida para nós, acabou a escola. O padre Roberto era muito bom, mas era muito sossegado, e a gente estava acostumado com os ‘trancos e barrancos’, em que ou aprendia ou aprendia (Professora Leninha, 2024).

A morte do Padre José Daniel representou, naquele momento, uma dificuldade significativa para a continuidade das atividades, uma vez que ele conduzia grande parte dos processos institucionais, exigindo, posteriormente, uma reorganização.

Assim, a trajetória do Padre José Daniel, marcada pela centralidade de sua atuação como educador, administrador e religioso, deixou consequências profundas para a comunidade de Vicentina. Ao longo de sua vida, o sacerdote estabeleceu uma figuração complexa, na qual se sobrepunham autoridade moral, orientação pedagógica e atuação na assistência social. Após sua morte, observa-se que a comunidade experimentou um vazio de liderança e de organização social.

Muitos relatos indicam que, sem a presença do padre como mediador e regulador das relações locais, os vínculos de dependência e cooperação construídos ao longo dos anos enfraqueceram, resultando em dificuldades para a manutenção da ordem e das práticas religiosas na instituição. Como diretor, professor e organizador das atividades escolares, ele centralizava decisões pedagógicas, disciplinares e administrativas. Sua morte deixou uma lacuna na coordenação educacional, exigindo que a instituição se reorganizasse para continuar funcionando.

A continuidade da escola passou a depender da direção do padre Roberto Fulco do Nascimento, até ser posteriormente repassada ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que nomeou como primeiro diretor leigo o professor José Martins Neto, conhecido como Professor Martinzinho. Por fim, o legado do padre pode ser compreendido como uma herança que não se extingue com sua morte, mas que precisou ser sustentada diante de uma nova liderança. Sua atuação e sua formação criaram hábitos que permaneceram internalizados na comunidade, sobretudo entre os professores por ele formados.

Tais análises permitem compreender que Padre José Daniel não pode ser interpretado apenas como agente religioso isolado, mas como figura central em uma complexa rede de interdependências que articulava Igreja, escola, Estado e comunidade. Com base no conceito eliasiano de figuração, evidencia-se que sua autoridade foi construída relacionalmente, sustentada tanto pela posição hierárquica que ocupava quanto pela dependência material, moral e simbólica estabelecida pela população em relação a ele. Sua atuação extrapolou os limites da evangelização, alcançando dimensões administrativas, educacionais, políticas e assistenciais, o que o posicionou como mediador privilegiado em um contexto marcado por precariedades estruturais e disputas territoriais.

Os documentos analisados revelam um discurso civilizatório que associava ordem, disciplina, formação ética e religiosidade ao progresso social. Ao mesmo tempo em que criticava a ausência do Estado, o padre fortalecia a Igreja como

instituição indispensável à organização da vida coletiva, reivindicando para ela espaço físico, legitimidade política e autoridade moral. Assim, sua liderança consolidou-se não apenas pela via do carisma, mas também pela capacidade de ocupar lacunas institucionais, ao interpretar problemas locais sob uma perspectiva normativa que articulava moralidade, educação e controle social.

Os relatos evidenciam, ainda, a ambivalência que marcou sua figura: ao mesmo tempo em que é lembrado como rígido, autoritário e controlador, também é representado como protetor, formador e “paizão”. Tal ambiguidade sugere a internalização de padrões disciplinares, na medida em que a gratidão expressa por ex-alunos e professores indica que a centralização do poder foi, em grande parte, naturalizada como necessária ao processo de consolidação institucional.

Por fim, sua morte expôs o grau de centralidade que exercia na organização local, uma vez que a necessidade de reorganização da escola e da paróquia demonstra que sua liderança não era meramente simbólica, mas estrutural. Ainda assim, seu legado permaneceu inscrito em hábitos, práticas pedagógicas e na memória coletiva da comunidade, configurando-se como herança duradoura de um processo no qual autoridade, civilização e educação caminharam de forma indissociável.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tese a hipótese confirmada de que a educação vicentinese teve suas bases fundamentadas no catolicismo, representado pelo Padre José Daniel, no período em que a Escola esteve sob tutela da Igreja, bem como pelos princípios defendidos por essa educação cristã na formação dos docentes e dos alunos que a frequentaram. Entre tais princípios destacam-se a disciplina, a moralidade, o controle e o autocontrole das emoções e a ponderação das condutas, objetivando a formação civilizadora dos indivíduos.

Houve alcance do objetivo geral, consistente em analisar, por meio da trajetória do Padre José Daniel, a história e a memória da educação e da formação escolar em Vicentina-MT/MS, no período de 1955 a 1978. A problemática central, voltada à compreensão de como o sacerdote conduziu a educação escolar na cidade nesse mesmo recorte temporal, foi respondida com a confirmação da tese segundo a qual se tratou de uma educação calcada em princípios considerados fundamentais por ele, tanto no exercício da liderança religiosa e comunitária quanto, sobretudo, na forma como selecionava os primeiros professores, organizava a formação docente e distribuía as aulas. Desse modo, após a constituição das primeiras turmas, o Padre José Daniel estruturou uma equipe que passou a atuar em conformidade com seus modos de condução e valores educacionais.

Como fontes foram utilizadas a documentação das paróquias dos municípios de Vicentina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Amambai e da Cúria Diocesana de Dourados; o arquivo da Escola Padre José Daniel; o acervo do CDR/UFGD; imagens do Centro de Memórias Vicentina; e arquivo pessoal. Além disso, recorreram-se a entrevistas com sete professora/es aposentada/os, formados e atuantes como docentes sob a direção do Padre José Daniel em Vicentina, por meio da metodologia da História Oral.

No primeiro capítulo, apresentamos a introdução da pesquisa, acompanhada da revisão bibliográfica, que evidenciou a escassez de trabalhos voltados à historicização da constituição da educação nos municípios, bem como a relevância desta investigação ao inserir, no campo científico, os primórdios da educação no município de Vicentina-MS.

No segundo capítulo, intitulado *Padre José Daniel: um missionário no sertão*, objetivamos apresentar o Padre José Daniel em seus trabalhos de cunho religioso. Ao

abordarmos sua formação, sua atuação na missão palotina e a influência dessa congregação na CAND, foi possível constatar que o sacerdote proviera de uma família de imigrantes estabelecida no Rio Grande do Sul, em uma região marcadamente católica, com forte presença de padres palotinos. Esse contexto contribuiu para sua escolha precoce pela vida sacerdotal nos seminários palotinos, culminando em sua ordenação aos 26 anos de idade. Posteriormente, fora designado para a região da CAND, no momento em que os palotinos buscavam estabelecer-se em missão junto às colônias agrícolas do país, em 1954. Atuou como liderança religiosa nas cidades de Amambai, por dois meses; Vila São Pedro, em Dourados, por um ano; Fátima do Sul, por dois anos; Vicentina, ao longo de 23 anos; e Glória de Dourados, onde atendeu espiritualmente por três anos.

Nesse percurso, fundou igrejas, atendeu os fiéis e disputou territórios com outras denominações religiosas. Sua atuação esteve centrada, sobretudo, no assistencialismo aos migrantes que chegavam aos seus lotes sem apoio do Estado, necessitando de auxílio financeiro e de instrução. Tal dinâmica revelou que a atuação dos padres palotinos junto às comunidades extrapolava a dimensão religiosa, configurando-se como um projeto amplo de organização social, educacional e moral. A missão pastoral não se restringiu aos ritos sacramentais e à salvação das almas, mas englobou a criação de igrejas e escolas voltadas à formação de indivíduos segundo os preceitos da doutrina cristã. A parceria do Padre José Daniel com a colonizadora Pinho e Terras, por meio da qual adquiriu terras que foram posteriormente revendidas aos colonos. À medida que os padres exerciam o papel de selecionar os compradores, obtiveram terras como forma de pagamento, ampliando, assim, o patrimônio da Igreja Católica. Tal postura evidenciou o papel central da Igreja Católica, naquela região, na consolidação dos núcleos coloniais e na manutenção de uma identidade coletiva alicerçada em valores religiosos.

Compreendemos que a ação do sacerdote ao acolher os migrantes, exercer a liderança local, administrar os sacramentos e promover a instrução escolar operou como um instrumento de poder, no qual a religião operou simultaneamente como mecanismo de integração e de controle social. A oferta de educação, os sacramentos e o acompanhamento das famílias conferiram à Igreja autoridade moral e intelectual sobre a comunidade, reforçando sua posição de liderança.

No terceiro capítulo, intitulado *Padre José Daniel: um sacerdote educador*, apresentamos o Padre José Daniel em sua atuação como educador, diretor escolar e



professor, bem como a criação e o funcionamento das primeiras escolas, cursos e processos de formação docente em Vicentina, até o período de seu falecimento. Evidenciamos o empenho do sacerdote na construção das escolas com o apoio da população local, que atuou sob sua liderança realizando os trabalhos manuais, enquanto ele articulou recursos oriundos da missão palotina, do governo e de doadores da Suíça, mediados pelo professor Bernardo Baur.

As aulas tiveram início com professores já formados que chegaram ao vilarejo, bem como com docentes oriundos de municípios vizinhos, até a formação da primeira turma do curso de magistério, responsável por assumir grande parte das aulas. As atividades foram gratuitas até o nível ginasial e, posteriormente, tornaram-se particulares, com a possibilidade de concessão de bolsas de estudo. Em um contexto no qual a maioria das famílias enfrentava limitações financeiras, essa prática facilitou o acesso à escolarização, configurando-se como ação caritativa, mas também como um favor. Esse caráter filantrópico e cristão, diante da precariedade econômica e da condição de *outsiders* de muitos recém-chegados, pôde ser compreendido como mecanismo de poder, controle e legitimação da autoridade.

Gradualmente, ocorreram a troca de prédios, a expansão dos níveis de ensino e o atendimento de aproximadamente 1.500 alunos. A formação dos professores e, paralelamente, a formação oferecida aos alunos foram calcadas no catolicismo e no conservadorismo, sobretudo na disciplina e na ponderação das condutas voltadas à civilidade. Esses aspectos emergiram nos relatos dos entrevistados, que apontaram o modo autoritário como o sacerdote conduziu tanto a Igreja quanto a escola.

As fontes e os depoimentos indicaram que o Padre José Daniel almejou o crescimento econômico, social, cultural, religioso e político de Vicentina, ainda que inserisse nesses campos concepções próprias do que considerava correto e desejável. Tornou-se figura estimada pela população local em razão da acolhida oferecida aos migrantes, da assistência social presente em suas práticas e do cuidado dedicado à educação e à fé da comunidade. Contudo, também enfrentou resistências, em virtude de seu temperamento enérgico e de seus impulsos autoritários.

O Padre José Daniel foi visto por muitos como alguém “sobre humano”, um “mito” ou um “herói”, por conseguir conciliar a administração da Igreja, a direção e a docência na escola, o acompanhamento das obras da paróquia e da instituição escolar, bem como a liderança do vilarejo antes de sua emancipação política. No entanto, suportou momentos de sofrimento que raramente foram compartilhados.

Dotado de forte capacidade organizativa, exigiu ordem de si e dos outros, o que lhe impôs elevado grau de cobrança pessoal.

Em razão de um esgotamento nervoso mantido em sigilo, foi obrigado a deixar a Paróquia de Vicentina e a direção da Escola. Submeteu-se a um tratamento médico rigoroso, seguido com disciplina. Permaneceu por um ano em Palotina e, segundo relatos dos que conviveram com ele nesse período, apresentou notável serenidade interior e exterior, que marcou a última etapa de sua existência. Assim, antes mesmo de concluir os projetos deixados em Vicentina, teve sua trajetória interrompida no dia do aniversário de suas primícias sacerdotais, aos 58 anos de idade.

A constituição histórica de Vicentina esteve profundamente vinculada à atuação de Padre José Daniel, cuja presença estruturou redes de interdependência entre Igreja, escola, Estado e comunidade. Com base na teoria figuracional de Norbert Elias, evidenciou-se que sua autoridade não se restringiu à dimensão religiosa, mas se expandiu para os campos educacional, político e social, configurando liderança centralizadora em um contexto marcado por fragilidades institucionais, disputas territoriais e carências estruturais.

Os documentos analisados revelam uma concepção de ordem fundamentada na disciplina, na formação ética e na organização normativa da vida coletiva. A escola, nesse cenário, constituiu-se como instrumento privilegiado do que pode ser interpretado como projeto civilizatório, no qual educação, moral cristã e controle das condutas se articulavam de forma indissociável. A autoridade do diretor-padre, legitimada tanto por sua posição hierárquica quanto pela dependência da comunidade, expressava-se em práticas rigorosas que naturalizavam a disciplina como condição para o progresso.

Ao mesmo tempo, a análise evidenciou a ambivalência dessa liderança. Se, por um lado, os relatos destacam traços de autoritarismo, centralização e rigidez, por outro, registram gratidão, reconhecimento e heroização de sua figura. Tal ambiguidade sugere que o poder exercido foi, em grande medida, internalizado e reinterpretado à luz dos resultados obtidos, como a recepção e o acompanhamento integral de migrantes, a expansão da escolarização, a organização paroquial, a mediação política e a emancipação municipal. A memória coletiva tende, assim, a ressignificar a dureza disciplinar como elemento necessário à consolidação institucional, reforçando vínculos simbólicos de dívida e reconhecimento.

Sua morte evidenciou o vazio de liderança e a necessidade de reorganização institucional, indicando o grau de centralidade que exercia. Seu legado permaneceu inscrito em hábitos, práticas pedagógicas e na cultura local por longo período, revelando que a herança de sua atuação ultrapassou a dimensão biográfica e se sedimentou como parte constitutiva da identidade comunitária. Assim, a trajetória de Padre José Daniel pode ser compreendida como expressão de um processo histórico no qual autoridade religiosa, educação e organização social se entrelaçaram em uma ordem local específica, marcada por tensões, ambivalências e permanências.

A partir do exposto, identificamos lacunas que indicaram possibilidades para pesquisas futuras, tais como: o estudo das escolas rurais de Vicentina, das escolas dos distritos, da Colônia Japonesa, dos ritos e celebrações escolares e o aprofundamento da investigação sobre o curso de magistério e o curso técnico em contabilidade.

Considerando os limites inerentes a toda investigação e a necessidade de estabelecer um ponto final, ainda que o desejo fosse de continuidade, foi possível concluir que o Padre José Daniel demonstrou profundo envolvimento com suas atividades e possuiu uma capacidade singular de mobilizar pessoas e recursos para alcançar os objetivos que estabeleceu. Atuou de acordo com sua vocação religiosa, atendeu a população na vida sacramental e seguiu os princípios nos quais fora formado. Esforçou-se para suprir as necessidades das famílias que chegaram à região e para garantir a existência de uma escola que atendesse à comunidade de forma ampla, contando com o apoio de figuras que integraram seu círculo de confiança. Assumiu, assim, um cargo de liderança não institucionalizado e, em virtude de sua condição de sacerdote e de um dos primeiros moradores da região, exerceu poder significativo na condução do povoado até sua emancipação política.

Transitar por essas múltiplas figurações lhe impôs desgaste físico e emocional, ainda que pouco exteriorizado. Como líder reconhecido, sustentou esse cansaço até o fim, deixando um legado em Vicentina após 23 anos de missão, não apenas nas obras realizadas, mas, sobretudo, na formação dos indivíduos que, mesmo décadas após sua morte, relataram não esquecer suas condutas, sua voz firme e seus conselhos. O Padre José Daniel faleceu, mas permaneceu na memória coletiva, nas práticas docentes de seus ex-alunos, nas normas institucionais, no nome da escola que passou a homenageá-lo, na avenida principal da cidade e na Paróquia Rainha dos Apóstolos, por ele fundada.

Por fim, embora esta pesquisa tenha evidenciado o papel estruturante do Padre José Daniel na consolidação da educação vicentinense, torna-se fundamental problematizar os limites e as implicações desse modelo formativo, fortemente ancorado em princípios religiosos e em uma liderança centralizadora. Se, por um lado, tal configuração possibilitou a organização social, a ampliação do acesso à escolarização e a constituição de uma identidade comunitária coesa, por outro, também pode ter restringido a pluralidade de perspectivas pedagógicas e a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A naturalização de práticas disciplinares rígidas e de uma moral única sugere a necessidade de refletir criticamente sobre as tensões entre formação civilizadora e controle social, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades institucionais. Nesse sentido, compreender essa experiência histórica não implica apenas reconhecê-la como fundadora, mas também interrogá-la à luz de seus silêncios, de suas contradições e de seus efeitos duradouros, contribuindo para o debate mais amplo acerca das relações entre educação, poder e religião na constituição de comunidades e indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- AMARAL, I. M. B. do. **Entre rupturas e permanências**: a Igreja Católica na região de Dourados (1943-1971). 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/INEZ-MARIA-BITENCOURT-DO-AMARAL.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.
- AMARO, E. M. **Escola Franciscana Imaculada Conceição**: história da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975). 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1021>. Acesso em: 8 maio 2026.
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6. ed. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- BENEDUZI, L. F. **Imigração Italiana e Catolicismo**: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EDPUCRS, 2008.
- BENEDUZI, L. F. **Os fios da nostalgia**: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.
- BENFICA, T. A. H. Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira de Dourados (1920-1960): conservadorismo e mudança de práticas culturais. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 7, p. 16-37, 2014.
- BIASOLI, V. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2010.
- BORBA, M. S. **Entre leigos e franciscanos**: da escola paroquial a escolas reunidas, Vila São Pedro, distrito de Dourados - MT/MS (1957-1979). 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1636>. Acesso em: 7 maio 2026.
- BORTOLANZA, E. **A história do município e da educação de Três Barras do Paraná**. 2022. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6470>. Acesso em: 7 maio 2026.
- CARLI, M. A. F. **A Colônia Agrícola Municipal de Dourados**: colonização e povoamento (1946-1956). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.
- CATTELAN, C. **A escola primária nas colônias agrícolas nacionais de General Osório-PR e de Dourados-MT**: concepções políticas e pedagógicas do ruralismo

(1943-1959). 2019. 352 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214626>. Acesso em: 5 maio 2026.

CAVALCANTI, L. da S. **Histórias e memórias de professores(as) de escolas rurais no sul de Mato Grosso** (1968-1978). 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4897>. Acesso em: 2 maio 2026.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CENTRO DE MEMÓRIA VICENTINA (CMV). **Grupo Centro de Memória Vicentina**. Facebook, criado em 20 set. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/725998754494270>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CRUZ, J. V. Q. da. **Congregações religiosas, religiosidade e educação em Vale Vêneto-RS** (1886–1945). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16961>. Acesso em: 29 abr. 2026

CUNHA, M. T. S. (Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente. **História da Educação**, [S. l.], v. 25, e110244, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3216/321669707013/>. Acesso em: 29 abr. 2026.

ELIAS, N. **A sociedade da corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, A. H. **História de vida de professores no Mato Grosso do Sul (1987–2018)**: masculinidades, interdependência, poder e gestão. 2022. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5352>. Acesso em: 28 abr. 2026.

FELIN, S. Quarta colônia: identidade, fundação, costumes e tradições de Vale Veneto. **Revista Latino-Americana de História**, Santa Maria, v. 2, n. 6, p. 356-367, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rlah/article/view/11200>. Acesso em: 18 jan. 2026.

FORQUIN, J.-C. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREITAG, A. C. “Dai a César o que é de César...”: um caso do litígio pela terra em Terra Roxa – PR (1953-1962). 2007. 85 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2007.

FREITAG, A. da C. **Os padres palotinos, nas fronteiras do sagrado**: poder político ou poder simbólico no extremo-oeste paranaense? 2011. 34 f. Monografia (Graduação em Sociologia Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/39420>. Acesso em: 29 abr. 2026.

FREITAG, L. C. **Extremo-Oeste Paranaense**: história territorial, região, identidade e (re)ocupação. Franca: UNESP, 2007.

FREITAG, L. C. **Fronteiras perigosas**: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937–1954). Cascavel: Edunioeste, 2001.

GALETTI, L. da S. G. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. **Texto de História**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 48-81, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.unb.br/index.php/textohistorico/article/view/27635>. Acesso em: 18 jan. 2026.

GALETTI, L. S. G. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. 274 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GALVÃO, M. C. B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de Epidemiologia**. São Paulo, 2. ed., v. A, n. 398, p. 1-77, 2010.

GEBARA, A.; LUCENA, R. Formação de professores e hegemonia cultural: o campo educacional como espaço de disputa. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 56-66, set. 2011. Disponível em: <https://www.alesde.ufpr.br/revista>. Acesso em: 18 jan. 2026.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.

GIRALDES, M. P. M. **A constituição da escolarização do município de Orlandia/SP de 1914 a 1946**: um estudo por meio de aspectos da história do Grupo Escolar “Coronel Francisco Orlando”. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

GIRARDI, L. L. **No princípio era a selva**: 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso. Suplemento da Revista Rainha. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 1979. p. 1.

GONÇALVES NETO, W.; MAGALHÃES, J. O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. *In*: ARAÚJO, M. M. (org.). **História(s) comparada(s) da educação**. Brasília: Liber Livro, 2009. p. 161-198.

KNOB, P., O. F. M. **A missão franciscana do Mato Grosso**: em comemoração dos 50 anos de fundação. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LUCHESI, T. Â. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145–161, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/histeduar/article/view/51721>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MAGALHÃES, J. Municípios e história da educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9-20, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47464>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MARIN, J. R. (org.). **Quarta Colônia**: novos olhares. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia (EST), 1999.

MARIN, J. R. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 30, p. 149–169, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2127>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MARIN, J. R. Relações entre Igreja Católica e Estado na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. *In*: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (org.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 147-170.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, dez. 1996. Disponível em: [https://codecamp.com.br/artigos\\_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf](https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf). Acesso em: 7 maio 2026.

MEIHY, J. C. S. B. Memória, história oral e história. **Oralidades – Revista de História Oral**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 179-191, 2010.

MEIHY, J. C. S. B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, [S. l.], n. 155, p. 191-203, 2006. Disponível em: [https://revistas.usp.br/revhistoria/pt\\_BR/article/view/19041](https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/19041). Acesso em: 7 maio 2026.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. H. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.



MENEZES, A. P. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/ANA-PAULA-MENEZES.pdf>. Acesso em: 7 maio 2026.

MENEZES, A. P. Colônia Agrícola Nacional de Dourados – história, memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1412>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MIGNOT, A. C. V.; CUNHA, M. T. S. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. **Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 40–61, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8286>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MOYA, A. T. B. A. **Uns partiram, outros ficaram: análise sócio-histórica do processo de colonização de Vicentina no antigo sul de Mato Grosso (1954-1987)**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2020/11/Dissertacao-Adnara-Moya.pdf>. Acesso em: 8 maio 2026.

NAGLIS, S. G. B. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/152>. Acesso em: 7 maio 2026.

NURMBERG, M. A. **História da educação do município de Enéas Marques – 1960 a 1992: das escolas rurais à nuclearização**. 2017. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3012>. Acesso em: 7 maio 2026.

OLIVEIRA, B. C. de (org.). **Histórias que (re)contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Dourados-MS: Editora UFGD, 2013.

OLIVEIRA, B. C. de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937–1945)**. 1999. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

OTTO, C. **Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)**. Florianópolis: Insular, 2006.

PILLA, M. C. B. A. **A arte de receber: distinção e poder à boa mesa**. Curitiba: Instituto Memória, 2011.

PONCIANO, N. P. Entre o moderno e o sacro: a prática pedagógica católica de moralização da primeira metade do século XX e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. **Perspectivas Contemporâneas**, Dourados, v. 3, n. 2, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1564>. Acesso em: 18 jan. 2026.

PONCIANO, N. P. **Fronteira, religião, cidade**: o papel da Igreja Católica no processo de organização socioespacial de Fátima do Sul/MS (1943–1965). 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/4d302d35-40e1-44ec-b02b-9010f5177dcf>. Acesso em: 7 maio 2026.

PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, [S. l.], n. 10, p. 45-67, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103>. Acesso em: 29 abr. 2026.

POSSAMAI, P. C. “O sepulcro do pudor”: o combate aos bailes e a imposição de uma moral monacal pelos missionários imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. **Métis: história & cultura**, Passo Fundo, v. 2, n. 4, p. 247-262, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.upf.br/seer/index.php/metis/article/view/1991>. Acesso em: 18 jan. 2026.

POSSAMAI, P. C. Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945). **Revista de História**, São Paulo, n. 141, p. 75-90, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18990>. Acesso em: 18 jan. 2026.

PRADO, E. M. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 16, n. 31, p. 124-133, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2444>. Acesso em: 29 abr. 2026.

PRANDI, R. **Um sopro do espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo: Edusp, 1998.

PRANDI, R.; DOS SANTOS, R. W. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 351-379, 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/349/15>. Acesso em: 18 jan. 2026.

QUADROS, C. de B. **O patrimônio cultural religioso**: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5805>. Acesso em: 7 maio 2026.

QUEIROZ, P. R. C. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, L. P. (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados-MS: Editora UFGD, 2009. p. 15-76.

QUEIROZ, P. R. C. Notas sobre divisionismo e identidade em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. **Raído**, Dourados, v. 1, n. 1, p. 137-163, 2007. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/raido/article/view/1223>. Acesso em: 18 jan. 2026.

REGINATO, P. **História de Palotina 1954-1979**. Santa Maria-RS: Palloti, 1979.

EVANGELISTA, M. B.; ROVAI, M. G. O.; RIBEIRO, S. L. S. Audiovisual e história oral: utilização de novas tecnologias em busca de uma história pública. **Oralidades – Revista de História Oral**, [S. l.], ano 5, n. 10, p. 89-105, 2011. Disponível em: <https://producoeseconhecimentos.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/02/evangelista-m.-b.-rovai-m.-g.-o.-ribeiro-s.-l.-s.-audiovisual-e-histc3b3ria-oral.-utilizac3a7c3a3o-de-tecnologias-em-busca-de-uma-histc3b3ria-pc3bablica.-revista-oralidades.pdf>. Acesso em: 8 maio 2026.

ROBERTO, J. As relações entre a Igreja e o Estado na Colônia Agrícola Federal de Dourados. In: SIMPÓSIOS DA ABHR, 13., 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABHR, 2012. p. 1-15. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/388>. Acesso em: 18 jan. 2026.

RODELINI, C. F. C. **A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na educação escolar em Itaporã – MT (1958-1972)**. 2022. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5353>. Acesso em: 9 maio 2026.

ROSSATO, M. B. **O patrimônio cultural no distrito de Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS: histórias e personagens contadas num caderno didático**. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25021>. Acesso em: 10 maio 2026.

SANTOS, C. S. de. **Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola de Dourados (1940-1970)**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/147?mode=full>. Acesso em: 7 maio 2026.

SARAT, M. “Literatura de viagem”: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 7, n. 2, p. 33-54, 2011. Disponível em: <https://revistas.unesp.br/index.php/patrimonio-e-memoria/article/view/1635>. Acesso em: 18 jan. 2026.

SARAT, M.; SANTOS, R. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Editora UFGD, 2010. p. 49-78. Disponível em:

<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/fontes-e-metodos-em-historia-da-educacao-celio-juvenal-costa-jose-joaquim-pereira-melo-e-luiz-hermenegildo-fabiano-orgs.pdf>. Acesso em: 7 maio 2026.

SCHRAMM, M. M. F. **História da educação de Roraima**: o Colégio Normal Monteiro Lobato (1965-1970). 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/651>. Acesso em: 8 maio 2026.

SEAWRIGHT, L. **Vidas machucadas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2023.

SILVA, A. A. S. da. **Institucionalização da educação no sul de Mato Grosso**: a primeira escola de Fátima do Sul (1950-1974). 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/ADRIELE%20APARECIDA%20SQUINCALHA%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 8 maio 2026.

SILVA, A. F. da. **A inserção dos Palotinos na Quarta Colônia de Imigração Italiana**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22832>. Acesso em: 8 maio 2026.

SILVA, G. F. da. **Memórias da cidade**: modernidade, sociabilidades e práticas educativas em Cáceres/MT (1909-1948). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016. Disponível em: [https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1393/1/DISS\\_2016\\_Giuslane%20Francisca%20da%20Silva.pdf](https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1393/1/DISS_2016_Giuslane%20Francisca%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 8 maio 2026.

SILVA, G. T. M. da. **Colonização, terra, conflitos e religião**: a atuação da congregação dos palotinos no Oeste do Paraná. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3801>. Acesso em: 8 maio 2026.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOMAZ, F. N.; ZILIANI, J. C. A missão palotina e suas influências na cidade de Vicentina e na escolarização dos migrantes (1950-1980). **Horizontes – Revista de Educação**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 67-83, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontes/article/view/31276>. Acesso em: 18 jan. 2026.

VIDAL, D. G.; ABDALA, R. D. A fotografia como fonte para História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3745>. Acesso em: 29 mar. 2026.



## **APÊNDICE A – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

No dia 7 de outubro de 2023, realizamos uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de localizar trabalhos sobre a História da Educação de municípios/cidades, no que se refere à sua caracterização e constituição. Utilizamos como descritor inicial “História da Educação de Município”, o que resultou em 190 trabalhos. Em seguida, delimitamos a busca com a inclusão do termo “Cidade”, obtendo 42 pesquisas. Posteriormente, refinamos com o descritor “Educação”, alcançando 21 estudos.

Desses, realizamos a leitura dos títulos, resumos e sumários, buscando identificar trabalhos que tratassem especificamente da história, memória, trajetória e constituição da educação em determinado município ou cidade. A partir desse levantamento, selecionamos cinco trabalhos, os quais apresentamos a seguir.

**Quadro 1:** História da educação de municípios na BDTD

| Título                                                                                                                                                              | Autor/a                       | Orientador/a                         | Universidade                                                                                 | Tipo        | Defesa | Município            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|--------|----------------------|
| Do império à república: história e educação no município de Ubá-MG (1831-1930)                                                                                      | Roberta Geraldo Pereira       | Prof. Dr. Denilson Santos de Azevedo | Universidade Federal de Viçosa                                                               | Dissertação | 2017   | Viçosa/MG            |
| História Da Educação: Mapeando os Espaços Escolares do Município de Viçosa, Minas Gerais (1930-1964)                                                                | Paulo Vitor do Vale Cunha     | Denílson Santos de Azevedo           | Universidade Federal de Viçosa                                                               | Dissertação | 2020   | Viçosa/MG            |
| A constituição da escolarização do município de Orlândia/SP de 1914 a 1946: um estudo por meio de aspectos da história do Grupo Escolar “Coronel Francisco Orlando” | Maria Paula Martelli Giraldes | Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho    | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências | Dissertação | 2018   | Marília/SP           |
| História da educação do município de Enéas Marques – 1960 a 1992: das escolas rurais à nuclearização                                                                | Maricélia Aparecida Nurmberg  | Prof. Dr. André Paulo Castanha       | Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Centro de Ciências Humanas                        | Dissertação | 2017   | Francisco Beltrão/PR |
| A História do Município e da Educação de Três Barras do Paraná                                                                                                      | Eliza Bortolanza              | Paulino José Orso                    | Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE                                            | Dissertação | 2022   | Cascavel/PR          |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após essa seleção, realizamos a leitura integral dos trabalhos, buscando compreender seus objetos de estudo, referencial teórico, objetivos, metodologias utilizadas e principais resultados.

Pereira (2017) teve como objetivo conhecer as ações educacionais adotadas no município de Ubá (MG), no período de 1831 a 1930. Utilizou pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem quali-quantitativa. Parte da dimensão regional e local, adotando o município como unidade de observação e análise histórica, a partir das contribuições de Justino Magalhães e Gonçalves Neto. Como resultados, aponta que a nomeação de professores para atuarem nas primeiras instituições criadas em Ubá demorou alguns anos e que, entre os nomeados, poucos eram normalistas, o que evidencia formação insuficiente para o exercício da função. Além disso, verificou-se que a maioria dos docentes nomeados era composta por homens, assim como predominavam discentes do sexo masculino entre os matriculados.

Cunha (2020) objetivou mapear as trajetórias dos espaços escolares na região de Viçosa (MG), entre 1930 e 1964, contemplando aspectos sociais, econômicos e políticos do município e seus possíveis impactos no setor educacional, com ênfase na criação e no funcionamento de escolas primárias, em núcleos rurais, mantidas pelo poder municipal. Utilizou pesquisa de caráter histórico-documental. Conclui que o município de Viçosa atuou de forma participativa na promoção da educação pública, oportunizando à população acesso aos primeiros níveis de ensino e, em alguma medida, a inserção de jovens no ensino médio e superior, com o auxílio de bolsas de estudo custeadas pela prefeitura.

Giraldes (2018) buscou reconstituir aspectos históricos da Escola Coronel Francisco Orlando, primeira escola primária da cidade de Orlândia (SP), no interior paulista, entre 1914 e 1946. Utilizou abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica. A análise das fontes foi realizada à luz da História Cultural. Nos resultados, indica que, em 1934, a população em idade escolar do município era composta por 3.006 alunos, distribuídos em 30 unidades escolares, o que representa uma média de 9,9 unidades para cada 100 crianças. Observou-se que as turmas eram separadas por gênero e por períodos distintos, visando atender uma população majoritariamente descendente de imigrantes italianos, pobre e, em grande parte, analfabeta.

Nurmberg (2017) analisou a constituição da história educacional a partir dos contextos histórico, político, social, local, regional e nacional, com o objetivo de



identificar as escolas existentes no passado, seus mentores ou organizadores, suas formas de estruturação, os perfis dos professores e alunos atendidos, bem como as instituições que ainda permanecem em funcionamento. Utilizou fontes documentais, bibliográficas e orais, com base no materialismo histórico-dialético. Nos resultados, a autora observa que aspectos políticos, econômicos, religiosos e históricos influenciam a organização da educação e a forma como as políticas educacionais foram e são estruturadas. No início da escolarização, os professores possuíam formação mínima, predominando aqueles com escolaridade até a 4ª série.

Bortolanza (2022) teve como objetivo investigar a história do município e da educação de Três Barras do Paraná. Utilizou pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de questionários como instrumento de coleta de dados, compostos por perguntas respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador. As análises foram realizadas com base no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica. Nos resultados, observa-se que os métodos de ensino reproduzidos nas escolas foram influenciados, ao longo do tempo, por teorias hegemônicas, nas quais o professor era identificado como facilitador do processo educativo.

Nessa categoria, foi possível identificar como objetivo comum a investigação da história da educação nos municípios de Ubá, Viçosa, Orlândia, Enéas Marques e Três Barras, bem como a relevância dessas pesquisas para a compreensão do fenômeno educacional em contextos locais. Destaca-se, ainda, a predominância de trabalhos desenvolvidos em universidades estaduais, nos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, bem como a concentração de pesquisas realizadas no âmbito do mestrado em Educação, com defesas entre 2017 e 2022.

Além desses aspectos, observa-se que a estrutura dos trabalhos, conforme apresentada nos sumários, em sua maioria, organiza-se em torno da discussão da educação em seus aspectos históricos e da história dos municípios, seguida do mapeamento das escolas existentes. No que se refere aos conceitos e referenciais teórico-metodológicos, a maioria dos estudos fundamenta-se na teoria marxista, embora também haja trabalhos vinculados à Nova História Cultural, incluindo o uso do conceito de Município Pedagógico. Em relação às metodologias adotadas, predomina a pesquisa documental, havendo apenas um estudo baseado em entrevistas.

Realizamos, ainda, busca na mesma categoria, com os mesmos descritores (“história da educação”, “município”, “cidade” e “educação”), no Repositório DSpace/UFGD, localizando 36 trabalhos. No entanto, apenas dois se aproximavam da proposta desta pesquisa. Os demais tratavam da história, memória e trajetória de cursos, instituições, grupos escolares e centros de formação.

**Quadro 02:** História da educação de municípios na UFGD

| Título                                                                                                                          | Autor                                | Orientador                              | Tipo        | Programa | Ano  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------------|-------------|----------|------|
| História da Educação de Roraima: o Colégio Normal Monteiro Lobato (1965-1970)                                                   | Milen Margareth Fernandes Schramm    | Prof. Dr. Ademir Gebara                 | Dissertação | PPGEDU   | 2013 |
| Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na Educação Escolar em Itaporã-MT (1958- 1972) | Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini | Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado | Tese        | PPGEDU   | 2022 |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A pesquisa de Rodelini (2022) tem como objetivo analisar a atuação educacional da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, buscando compreender a contribuição das religiosas para a implantação e a consolidação da educação escolar de orientação católica no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972. O estudo ancora-se nos conceitos de estratégias e táticas, de Certeau (1998). A autora utiliza pesquisa documental, com consulta a arquivos institucionais e pessoais. Entre os principais resultados, aponta-se que as Irmãs Franciscanas fundaram a Escola Santo Antônio, em 1960, instituição confessional católica, cujo propósito consistia em viabilizar a atuação das religiosas em diferentes níveis de ensino em Itaporã. As Irmãs da Penitência e Caridade Cristã, em articulação com os Franciscanos, construíram táticas e estratégias para que o ensino fosse ofertado e legitimado no município, não apenas em escolas confessionais, mas também em diferentes instituições, inclusive na rede pública local. Desse modo, produziram normas e práticas voltadas a forjar, instruir e catequizar.

A investigação de Schramm (2013) objetivou realizar um estudo sobre o Colégio Normal Monteiro Lobato, no período de 1965 a 1970. O trabalho apresenta peculiaridades da região de inserção da instituição, considerando sua localização em

tríplice fronteira (Venezuela–Brasil–Guiana Inglesa) e seu processo de povoamento. A autora utiliza pesquisa documental, com consulta a arquivos institucionais, e fontes orais. Conclui que a implantação desse nível de ensino no extremo norte relaciona-se a estratégias de povoamento e de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o ensino, no início da República, era compreendido por intelectuais e políticos como sinônimo de civilidade, induzindo a um movimento que pretendia conformar um padrão de civilização das massas, adequado ao modelo republicano.

Podemos observar que ambos os trabalhos pertencem ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD, sendo uma tese e uma dissertação. Essas pesquisas contribuem para aproximar o fenômeno educacional da atuação de congregações religiosas, neste caso, da Congregação Franciscana, bem como para evidenciar interesses presentes na constituição de instituições e cursos no município, conforme indicado por Rodelini (2022).

Também realizamos uma busca por trabalhos que abordassem a temática da Missão Palotina ou a figura de São Vicente Pallotti, fundador dessa ordem. Na BDTD, utilizamos como descritores iniciais os termos “Palotino” e “Vicente Pallotti”, encontrando 126 pesquisas. Em seguida, refinamos a busca com o descritor “Educação” e localizamos 23 estudos. Desses, analisamos título, resumo e sumário, com o objetivo de identificar trabalhos que relacionassem o carisma palotino à educação ou à colonização, resultando na seleção de três pesquisas alinhadas a essa perspectiva.

**Quadro 03:** Trabalhos selecionados na BDTD sobre a Missão Palotina

| Título                                                                            | Autor/a              | Orientado r/a                               | Universidade                                                              | Tipo        | Ano  | Município      |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------|------|----------------|
| Congregações religiosas, religiosidade e educação em Vale Veneto – RS (1986-1945) | Jorge Vinicius Cruz  | Profa. Dra. Marta Rosa Borin                | Universidade Federal de Santa Maria                                       | Dissertação | 2019 | Santa Maria/RS |
| A inserção dos palotinos na quarta colônia de imigração italiana                  | Algir Facco da Silva | Profa. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini | Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria | Dissertação | 2020 | Santa Maria/RS |

|                                                                                                    |                                |                                |                                                     |             |      |                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------|------|-------------------------|
| Colonização, terra, conflitos e religião a atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do Paraná | Gabriela Thaís Mattia Da Silva | Prof. Dr. Davi Félix Schreiner | Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE | Dissertação | 2018 | Marechal Candido Rondon |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------|------|-------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na leitura dos estudos, podemos elencar algumas informações relevantes sobre cada um.

Cruz (2019) teve como objetivo compreender de que forma a religiosidade de um grupo de imigrantes italianos desempenhou papel central no processo de formação de Vale Vêneto, por meio do empenho de seus habitantes na construção de vínculos entre religião, educação e vida comunitária. Utilizou pesquisa bibliográfica e documental. O estudo evidencia a influência da congregação palotina e das Irmãs do Imaculado Coração de Maria na constituição de uma rede de assistência religiosa e educacional. Como resultados, aponta que o início do povoado foi marcado pela fé, pela devoção popular e pela coletividade. Os colonos custearam a vinda das congregações, buscavam manter vínculos com a Igreja, e a educação constituía uma estratégia de aproximação das crianças ao espaço religioso.

Silva (2020) propôs investigar a inserção dos padres palotinos na Quarta Colônia de Imigração Italiana, no Rio Grande do Sul, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados indicam que, ao se inserirem nos núcleos coloniais, os palotinos implementaram seu projeto missionário alinhado à doutrina da Cúria Romana, o que gerou resistências por parte de lideranças locais, grupos anticlericais e padres diocesanos de orientação liberal, que não viam positivamente o avanço da missão. Além do auxílio religioso, os palotinos empenharam-se na construção de igrejas, escolas e serviços de assistência social destinados à população.

Silva (2018) objetivou debater as relações que envolvem as disputas por terras como uma das dimensões da constituição agrária dos municípios de Palotina e Terra Roxa. A autora analisou um confronto judicial envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai, a partir de um estudo de caso, com base em pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados demonstram que os padres atuavam inicialmente por meio dos serviços religiosos e da assistência às famílias recém-

chegadas, além de adquirirem terras com o objetivo de ampliar o patrimônio da Igreja Católica, viabilizando a construção de pastorais, capelas e do Seminário São Vicente Pallotti, em decorrência do crescimento e da expansão do município de Palotina.

A análise desses trabalhos evidencia a forte presença da missão palotina nos processos de colonização e na organização da educação local, frequentemente associada a interesses que extrapolavam o âmbito estritamente religioso. Trata-se de pesquisas desenvolvidas em programas de mestrado em História, fundamentadas principalmente em fontes documentais e bibliográficas, defendidas entre 2018 e 2020.

Também realizamos busca no Repositório DSpace da UFGD, utilizando os mesmos descritores, e localizamos 21 pesquisas. Destas, apenas seis contribuem diretamente para esta investigação, por apresentarem dados relacionados à missão palotina e à atuação do Padre José Daniel, figura central dessa ordem religiosa na CAND.

**Quadro 04:** Trabalhos sobre a missão Palotina no repositório da UFGD

| Título                                                                                                                        | Autor/a                           | Orientador/a                        | Tipo        | Programa/Ano              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|-------------|---------------------------|
| Os Colonos e a igreja católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados: (1940-1970)                              | Claudete Soares de Andrade Santos | Claudio Alves de Vasconcelos        | Dissertação | Mestrado em História/2008 |
| Contando Histórias: a Escola Estadual Dom Bosco por meio de seu acervo fotográfico (década de 1950 a 2000)                    | Poliana Gianello Santini          | Prof. Dr. Reinaldo dos Santos       | Dissertação | PPGEDU/2012               |
| Entre Leigos e Franciscanos: da Escola Paroquial a Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979) | Marcel dos Santos Borba           | Profa. Dra, Maria do Carmo Brazil   | Dissertação | PPGEDU/2019               |
| O Patrimônio Cultural Religioso: História e Memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS                | Camila de Brito Quadros Lara      | Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi | Dissertação | Mestrado em História/2017 |
| Histórias e Memórias De Professores(As) de                                                                                    | Lucélia da Silva Cavalcanti       | Profa. Dra. Alessandra              | Dissertação | PPGEDU/2021               |

|                                                                                                                                  |                                     |                                         |      |             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------|------|-------------|
| Escolas Rurais no Sul de Mato Grosso (1968-1978)                                                                                 |                                     | Cristina Furtado                        |      |             |
| A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na Educação Escolar em Itaporã-MT (1958-1972) | Claudiani Ferreira da Cunha Rodelin | Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado | Tese | PPGEDU/2022 |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Santos (2008), já mencionada anteriormente, aborda em seu texto a presença da Igreja Católica no movimento de ocupação da região denominada 2ª zona. A autora cita a missão palotina e o Padre José Daniel em diversos momentos, como na página 54, quando afirma: “Nesse contexto, a Igreja Católica tratou de acompanhar a expansão da ocupação dos colonos. O Padre José Daniel foi o primeiro padre palotino a chegar a Mato Grosso. Logo após negociar com o bispo D. Orlando e iniciar os trabalhos na Vila São Pedro, foi convidado pelo administrador da colônia a se estabelecer na região que aguardava novas demarcações de terras. O convite foi aceito pelo religioso, que se estabeleceu nessas áreas em período concomitante ao dos colonos, desenvolvendo, junto a essas populações, o trabalho denominado de missões palotinas”.

Santini (2012), em sua pesquisa, traz contribuições significativas ao contextualizar as ordens religiosas presentes na CAND. Nas páginas 49–50, afirma: “Juntamente com os colonos, vieram para a CAND algumas comunidades religiosas, a maioria católica; dentre elas, podemos destacar os palotinos, franciscanos e salesianos. A Ordem dos Franciscanos foi fundada por São Francisco de Assis e já atuava na cidade de Dourados desde 1941, quando iniciou seus trabalhos, voltados inicialmente ao atendimento indígena, sendo somente na década de 1950 que passou a atender a população de colonos. A seguir, temos os padres palotinos, denominados Sociedade do Apostolado Católico, fundada em 1835, pelo padre Vicente Pallotti. Quando vieram para a região de Dourados, a partir de 1954, dedicaram-se exclusivamente aos trabalhos dentro da CAND, dando preferência ao atendimento dos colonos que residiam na 2ª zona, isto é, após o rio Dourados. Por fim, há a Congregação dos Salesianos, última comunidade religiosa a se instalar no interior da Colônia Agrícola; vieram para a CAND na década de 1950 e ficaram responsáveis

pelos colonos assentados na 1ª zona, isto é, na região da sede da colônia, englobando os atuais distritos de Vila São Pedro e Indápolis”.

Borba (2019), em sua dissertação, apresenta dados relevantes sobre os franciscanos – temática central de seu estudo –, mas também faz referência aos palotinos e ao Padre José Daniel. Borba (2019, p. 97-98) registra: “Os padres palotinos receberam a Paróquia de São Pedro e Glória de Dourados na Colônia Federal, ajudaram por um ano os padres franciscanos, pioneiros na cidade de Dourados. A Paróquia de São Pedro foi criada em 25 de março de 1955 por Dom Orlando Chaves, bispo de Corumbá. Ficou empossado o seu 1º pároco, Pe. Luiz Vandrúscolo, em 3 de abril, pelo Delegado do Sr. Bispo Frei Teodardo Lettz, vigário e decano de Dourados, tendo como coadjutores os padres José Daniel e Amadeu Amador”.

Quadros (2017), em sua dissertação de mestrado, faz menção aos palotinos e ao Padre José Daniel ao analisar a atuação religiosa na CAND. O autor destaca que, em 6 de janeiro de 1954, o Padre José Ferreira chegou à colônia para exercer seu sacerdócio de forma efetiva, substituindo a atuação dos franciscanos. No entanto, permaneceu apenas seis meses na região, transferindo a missão e a administração religiosa aos padres palotinos do Rio Grande do Sul, representados pelo Padre José Daniel, conforme registrado no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936–1970).

Cavalcanti (2021), em sua dissertação, apresenta contribuições relevantes para esta investigação ao analisar o processo de expansão urbana e educacional de Fátima do Sul, anteriormente denominada Vila Brasil. A autora evidencia que o crescimento acelerado da população, em meados da década de 1950, tornou insuficiente a capacidade da vila para acolher seus habitantes, apesar da resistência da administração da CAND à ocupação da margem direita do rio Dourados.

Diante desse cenário, moradores organizaram-se de forma autônoma, redistribuindo terrenos para a construção de moradias. Nesse contexto, foi edificada, em 1954, a primeira capela da região, denominada Nossa Senhora Aparecida, sob a responsabilidade do Padre José Daniel. A autora ressalta, ainda, que a educação escolar teve origem na iniciativa da Igreja Católica, com a chegada dos padres palotinos e a criação de uma escola paroquial, assumindo responsabilidades que, formalmente, competiam ao Estado.

Observamos que, embora esses estudos não tenham como objeto central a missão palotina, abordam a temática de forma consistente, apoiando-se em fontes documentais que possibilitam a recomposição do contexto no qual os padres palotinos

atuaram. Destaca-se, também, a articulação entre evangelização e educação, bem como a presença recorrente do Padre José Daniel nessas pesquisas.

No levantamento sobre a história da educação em Vicentina, realizamos busca na BDTD com os descritores “história”, “educação” e “Vicentina”, obtendo 105 resultados. Após o refinamento com os termos “cidade” e “município”, restaram seis trabalhos, dos quais nenhum tratava especificamente da educação no município de Vicentina.

Em seguida, no Repositório DSpace/UFGD, utilizamos os termos “Vicentina” e “Padre José Daniel”, localizando inicialmente dois trabalhos diretamente relacionados ao município, sendo um voltado à missão palotina e outro ao processo de colonização.

**Quadro 05:** Trabalhos localizados sobre Vicentina-MS

| Autor/a                         | Título                                                                                                                                 | Orientador/a                  | Universidade                                                                     | Tipo                           | Ano  |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|------|
| Fernanda Niz Tomaz              | A missão Palotina e suas influências na cidade de Vicentina e na escolarização dos migrantes (1950- 1980)                              | Prof. Dr. José Carlos Ziliani | Universidade Federal da Grande Dourados – Licenciatura em História               | Trabalho de conclusão de curso | 2015 |
| Adnara Thais Bordan Aranda Moya | Uns partiram, outros ficaram: análise Sócio Histórica do Processo de colonização de Vicentina no antigo Sul de Mato Grosso (1954-1987) | Prof. Dr. Leandro Baller      | Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados | Dissertação                    | 2018 |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Tomaz e Ziliani (2015) abordam a presença da Igreja Católica e suas influências na educação escolar a partir da criação da CAND. O foco da pesquisa recai sobre a cidade de Vicentina, com ênfase em Fátima do Sul. Foram utilizadas fontes documentais e bibliográficas, bem como entrevistas. Como resultados, os autores indicam que o movimento palotino esteve presente nos processos de formação de diversos núcleos e que, por meio de sua atuação no interior da CAND, especialmente nos campos religioso e educacional, os palotinos construíram a própria imagem como “fundadores e civilizadores” desse espaço, com o apoio da população, sendo, por isso, lembrados e rememorados anualmente. Observa-se, ainda, a influência, sobretudo palotina, no processo de escolarização dos migrantes, com o objetivo de lhes oferecer uma “cultura elevada e religiosa”, favorecendo a inserção dos ensinamentos católicos.



Moya (2018) analisa a configuração da colonização da 2ª Zona da CAND, a instalação da subsede e a formação de Vicentina. A autora busca evidenciar os diversos sujeitos históricos presentes na região, para além dos migrantes colonos inseridos no projeto de colonização do governo federal, bem como suas relações com a Igreja Católica, representada, nesse contexto, pela figura do Padre José Daniel. Examina, ainda, de que modo essa relação legitimava ou deslegitimava a posse das terras em disputa, problematizando a atuação da Igreja na organização social e em suas mediações nas relações de sociabilidade. Metodologicamente, utiliza fontes orais, por meio de entrevistas, e fontes escritas. Entre os resultados, aponta que, se por um lado a Igreja prestava assistência aos migrantes católicos, contribuindo para sua adaptação na CAND, por outro, sua atuação dificultava a inserção de outros sujeitos históricos na subsede da colônia, sobretudo em razão da intransigência religiosa presente desde os primeiros momentos de organização local. Além disso, reforçava visões estereotipadas e a utilização de um vocabulário de matriz medieval no enfrentamento das diferenças, especialmente em relação aos indígenas e paraguaios, frequentemente representados como não civilizados.

Os trabalhos analisados apresentam relevância central para esta pesquisa, na medida em que contribuem para compreender a constituição do município de Vicentina, as bases sobre as quais a cidade foi construída e o chamado “processo civilizador”, atravessado pelo movimento da Marcha para o Oeste e pela atuação do Padre José Daniel, em especial no âmbito da Igreja Católica.

Nessa busca, também foi possível identificar quatro trabalhos que não têm como lócus ou objeto o município de Vicentina, mas que mencionam o Padre José Daniel e a cidade ao longo de suas análises e apresentação de dados, contribuindo, de modo complementar, para a investigação proposta.

**Quadro 06:** Trabalhos que mencionam o município de Vicentina-MS

| Autor/a                            | Título                                                                                                | Orientad or/a                                     | Universidade                            | Tipo        | Cidade/Ano    |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------|---------------|
| Adriele Aparecida Squinca da Silva | Institucionalização da Educação no Sul de Mato Grosso: A Primeira Escola de Fátima do Sul (1950-1974) | Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani | Universidade Federal da Grande Dourados | Dissertação | Dourados 2017 |

|                       |                                                                                                                                                       |                                    |                                        |      |                       |
|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|----------------------------------------|------|-----------------------|
| Carla Cattelan        | A Escola Primária nas Colônias Agrícolas Nacionais de General Osório-PR e de Dourados/MT: Concepções Políticas e Pedagógicas do Ruralismo (1943-1959) | Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos | Universidade Federal de Santa Catarina | Tese | Florianópolis<br>2019 |
| Nilton Paulo Ponciano | Fronteira, Religião, Cidade: O Papel da Igreja Católica no Processo de Organização Sócio-Espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)                     | Prof. Dr. Sidinei Gall             | Universidade Estadual Paulista (UNESP) | Tese | Assis<br>2006         |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os trabalhos de Silva (2017) e Ponciano (2006) têm como locus o município de Fátima do Sul, distante cerca de 10 km de Vicentina, à qual esteve subordinado antes de sua emancipação, em 1989. Nesse sentido, ambos mencionam Vicentina e contribuem para a compreensão do contexto desta investigação.

Cattelan (2019), por sua vez, faz referência à CAND e à subsede da colônia, estabelecida quando Vicentina ainda era um vilarejo. Seu estudo também auxilia na compreensão dos fatores históricos e sociais inerentes a esta pesquisa.

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “ Padre José Daniel e a história da educação de Vicentina - MT/MS (1958-1983): entre arquivos e memórias”. Meu nome é Luana Tainah Alexandre Braz, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é História da Educação, memória e sociedade. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via email (luana\_tainah@hotmail.com.) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (67)99892-8950/(67) 99919-2083. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados**, pelo telefone (67) 3410-2853 ou e-mail cep@ufgd.edu.br.

#### 1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

- A presente pesquisa ao qual a pesquisadora pretende realizar está intitulada “ Padre José Daniel e a história da educação de Vicentina - MT/MS (1958-1983): entre arquivos e memórias” e possui como objetivo analisar por meio da figura do Padre José Daniel a história e memória da educação e a formação escolarizante em Vicentina-MT/MS. Partimos da questão norteadora que almeja saber: Como o Padre José Daniel conduziu a Educação
- Escolar na cidade de Vicentina-MT/MS, no período de 1958-1983?
- Para que essa pesquisa seja realizada faremos uso da coleta e análise documental nos arquivos da Escola Padre José Daniel e nas secretarias paroquiais de (Dourados, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Amambai e Vicentina) bem como o uso de entrevistas com professores que atuaram na educação de Vicentina neste período proposto e que tiveram contato direto com o Padre José Daniel. Nas entrevistas com estes participantes usaremos um aparelho celular para gravar o áudio e também um segundo aparelho para gravar a imagem do entrevistado, caso este permita, de modo a ser possível transcrever o áudio e posteriormente elaborar um documentário audiovisual com a temática “Vida de Professor”. Serão disponibilizados pela pesquisadora cópias dos áudios e das imagens coletadas para os entrevistados por meio de um *pen drive*.
- Sendo assim, tendo ciência que será usado a captura de informações, áudios e imagens no ato da entrevista:
  - ( ) Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;
  - ( ) Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.
- É importante lembrar que durante as entrevistas faremos perguntas que perpassam: a escolarização na infância, a formação docente, a prática docente e a relação com o Padre José Daniel no intuito de compor a sua trajetória enquanto indivíduo e professor/a e a sua influência na educação de Vicentina. Assim, caso ocorra um possível *desconforto emocional* e/ou possíveis *riscos psicossociais* como (constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, irritação, mal-estar etc.) as entrevista será inicialmente pausada e podendo ser cancelada ou remarcada a qualquer momento pelo/a entrevistado/a. A pesquisadora utilizará meios para minimizar ou sanar os potenciais riscos deixando o entrevistado à vontade, conduzindo com vagareza as questões; bem como deixando que o entrevistado decida se quer responder ou não tais questões;

- Ao aceitar participar desta pesquisa o/a participante tem garantia de total sigilo caso opte por usar um nome fictício para assegurar a sua privacidade e anonimato. Do contrário, caso possa usar e divulgar a identificação do participante, será divulgado o seu nome caso o mesmo não tenha objeção. Sendo assim:

( ) Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

( ) Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

- O/A participante possui liberdade garantida de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado ou à continuidade de seu tratamento;
- O/A participante possui liberdade garantida de se recusar a responder questões que lhe causem *desconforto emocional* e/ou *constrangimento* em entrevistas que forem aplicados na pesquisa;
- É importante dizer que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não caso o/a participante autorize por meio deste termo;
- Os resultados serão divulgados por meio da escrita e publicação da Tese de doutoramento, bem como em artigos, periódicos, livros, capítulos de livros, resumos, textos completos apresentados em eventos científicos e na produção de um documentário audiovisual sobre “Vida de Professores”.
- É importante ressaltar que essa pesquisa fará uso do armazenamento em banco de dados pessoal ou institucional, dos documentos e entrevistas realizadas, logo toda pesquisa a ser feita com os dados que foram coletados deverá ser autorizada pelo/a participante e também será submetida novamente para aprovação do CEP institucional e, quando for o caso, à CONEP. Assim, visando a execução de investigações futuras, por pela necessidade de ainda fazer uso de dados que não foram usados/esgotados em sua totalidade na presente pesquisa e pela relevância que essa investigação tem para o campo educacional, os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não. Nesse sentido, o/as participantes devem autorizar a guarda do material coletado para uso em pesquisas futuras ou assinalar o desejo de manter somente para essa pesquisa informada:

( ) Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados;

( ) Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados;

- O/A participante tem o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes de sua participação na pesquisa caso seja comprovado por meio de especialistas, de forma comprovada e com a fundamentação devida.

**1.2 Consentimento da Participação da Pessoa como participante da Pesquisa:**

Eu,

....., inscrito(a) sob o RG/CPF/n.º ....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Padre José Daniel e a história da educação de Vicentina - MT/MS (1958-1983): entre arquivos e memórias”. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora(a) responsável Luana Tainah Alexandre Braz, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Vicentina-MS, ..... de ..... de .....

---

Assinatura por extenso do(a) participante

---

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável  
Página 3 de 3